



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOSÉ GLADSTONE ALMEIDA JÚNIOR

ANÁLISE DA TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA DA CONSCIÊNCIA

FORTALEZA

2014

JOSÉ GLADSTONE ALMEIDA JÚNIOR

ANÁLISE DA TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA DA CONSCIÊNCIA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Mente.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A448a Almeida Júnior, José Gladstone.
Análise da teoria da superveniência da consciência / José Gladstone Almeida Júnior. – 2014.
92 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2014.
Orientação: Prof. Dr. André Leclerc.
1. Consciência. 2. Teoria da superveniência da consciência. 3. Filosofia da mente. I. Título.
CDD 100
-

JOSÉ GLADSTONE ALMEIDA JÚNIOR

ANÁLISE DA TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA DA CONSCIÊNCIA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Mente.

Aprovada em ____/____/2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Leclerc (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Roberto Horácio de Sá Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dra. Joelma Marques

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus avós, Noélia e Gladstone. À minha
mãe, Nayara, e à minha noiva, Ramoniela.

AGRADECIMENTOS.

Aos meus familiares, pois sem o apoio, paciência e dedicação que eles conferem a mim não conseguiria realizar nada. Amo todos vocês.

Ao professor André Leclerc, que sempre foi muito solícito. Suas aulas sempre foram muito inspiradoras e sua orientação foi de crucial importância para minha pesquisa.

Ao professor Roberto Horácio de Sá, por sua gentileza ao aceitar participar da minha banca de defesa e por suas grandes contribuições para minha pesquisa.

Ao professor Cícero Barroso, que além meu mentor em filosofia desde a graduação é um grande amigo.

À professora Joelma Marques, por suas importantes contribuições para o desenvolvimento de minha pesquisa.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFC. Em especial aos professores Manfredo Araújo Oliveira e Maria Aparecida Montenegro, que dentro e fora de sala me ensinaram bastante.

A todos aqueles que compõem a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFC. Em especial à Alexandra Gondim.

A todo o corpo docente do curso de filosofia da UFCA. Devo muito do que sei a todos vocês.

A todos os amigos da turma de mestrado 2012.1 e aos amigos que fiz durante este período. Vocês tornaram minha estadia em Fortaleza muito mais agradável

A CAPES/REUNI, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de estudos.

RESUMO

Certamente a consciência é algo extremamente familiar e, ao mesmo tempo, enigmático para nós. Seu aspecto fenomenal, denominado de consciência fenomenal, impõe inúmeras barreiras às abordagens reducionistas propostas pelo quadro teórico fisicista/funcionalista. Tamanhas são as dificuldades suscitadas pela consciência fenomenal a estas abordagens reducionistas que o problema referente a este aspecto da consciência constitui o “problema difícil da consciência”. Considerando sua aparente irreduzibilidade, se faz necessário analisar um quadro teórico que tenha como cerne a tentativa de conciliar a consciência fenomenal com um compromisso mínimo com o fisicismo, na medida em que se pressupõe a necessidade de um substrato físico que instancie nossas experiências conscientes. Diante deste impasse a teoria da superveniência da consciência surge com o objetivo de demonstrar uma relação de dependência/determinação estabelecida entre o conjunto de propriedades da consciência e o conjunto de propriedades físicas do cérebro sem, no entanto, implicar necessariamente em uma redução do primeiro ao segundo conjunto. Desta forma, o objetivo estabelecido neste trabalho consiste em analisar pormenorizadamente a teoria da superveniência da consciência e o quadro teórico no qual esta se insere e, posteriormente, argumentar sobre os motivos que fazem desta uma teoria incapaz de fornecer uma relação substancial entre a consciência e seu substrato físico.

Palavras-chave: Consciência. Teoria da superveniência da consciência. Filosofia da mente.

ABSTRACT

Certainly consciousness is something extremely familiar and, at the same time, enigmatic for us. Its phenomenal aspect, called phenomenal consciousness, imposes a number of barriers to reductionist approaches proposed by physicist/functionalist framework. Such are the difficulties raised by phenomenal consciousness to that reductionist approaches that the problem concerning that aspect of consciousness is the “hard problem of consciousness”. Considering its apparent irreducibility, it is necessary to analyze a framework which have as core an attempt to conciliate the phenomenal consciousness with a minimum commitment with physicalism, insofar as the necessity of a physical substrate that instantiates our conscious experiences is presupposed. Given that impasse the supervenience of consciousness theory arises with the aim of demonstrating a relation of dependence/determination established between the set of consciousness proprieties and the set of physical proprieties of the brain without, however, necessarily entailing a reduction of the former to the last set. Thus, the aim established in this work consist in analyzing in details the supervenience of consciousness theory and the framework which it inserts and, posteriorly, arguing about the reasons that make that theory unable to provide a substantial relation between consciousness and its physical substrate.

Key-works: Consciousness. Supervenience of consciousness theory. Philosophy of mind.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O QUE É A CONSCIÊNCIA?.....	17
2.1	Características estruturais da consciência.....	20
2.1.1	Subjetividade: Os conceitos fenomenal e psicológico de consciência.....	20
2.1.2	Unidade.....	26
2.1.2.1	Tese dos blocos de construção da consciência.....	26
2.1.2.1.1	Split-brain.....	27
2.1.2.1.2	Sistemas perceptivos de processamento e a assincronia temporal.....	29
2.1.2.2	Tese da unidade da consciência.....	31
2.1.2.2.1	Unidade psicológica, falha da unidade psicológica e unidade fenomenal.....	33
2.1.2.2.2	Unidade fenomenal.....	37
2.1.3	Intencionalidade.....	39
2.2	Síntese da caracterização da consciência.....	43
2.3	O problema fácil e o problema difícil da consciência.....	45
2.3.1	Lacuna explicativa.....	49
3	TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA.....	53
3.1	Conceito de superveniência.....	53
3.2	Tipos de superveniência.....	55
3.2.1	Superveniência fraca.....	56
3.2.2	Superveniência forte.....	59
3.2.3	Distinção entre diferentes definições de superveniência fraca e forte.....	60
3.3	A superveniência global é equivalente à superveniência forte?.....	62

4	PROBLEMAS COM A TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA.....	66
4.1	Pode a teoria da superveniência resolver o problema difícil da consciência?....	66
4.2	O argumento da superveniência.....	74
5	CONCLUSÃO.....	83
	REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO.

Embora a noção de mente já estivesse presente no pensamento de filósofos como Platão e Aristóteles, na Grécia antiga, e alguns dos problemas abordados no texto que aqui se inicia tenham suas raízes nas obras de Descartes, a Filosofia da Mente enquanto uma área de interesse filosófico propriamente dita surgiu apenas em meados do século XX. Mesmo a mente tendo sido objeto de estudo de tais filósofos, somente no século XX se iniciou a ruptura gradativa da perspectiva mística tradicional da mente. Tal fato possibilitou a abordagem científica e filosófica desta área, proporcionando a formulação de quadros teóricos referenciais no interior dos quais determinadas teorias se articulam no intuito de dar respostas às questões postas atualmente acerca da mente.

Ainda que recente, a filosofia da mente se apresenta cada vez mais como fundamental para as discussões contemporâneas da filosofia, visto que inúmeras questões suscitadas por diversas áreas da filosofia estão arraigadas nela. Diversas questões tratadas na antropologia filosófica, na ética, na metafísica, na filosofia da linguagem, na filosofia da ação, na epistemologia e na filosofia da ciência possuem forte conexão com a filosofia da mente. As conexões existentes entre filosofia da mente e metafísica, por exemplo, podem ser ilustradas através dos inúmeros trabalhos dedicados ao tradicional problema do livre-arbítrio, ou ao próprio problema mente-corpo enquanto um problema ontológico. Já as abordagens minuciosas acerca da redução inter-teórica e dos modelos de explicação científica, por outro lado, demonstram a forte conexão existente entre a filosofia da mente e a filosofia da ciência. Atualmente os desdobramentos das questões tratadas nesta área possuem grande significatividade para a vertente da filosofia analítica a ponto de, inclusive, o filósofo Jesse Prinz, da Universidade de Nova Iorque, declarar em sua conferência no II Congresso da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica que devemos abandonar a reviravolta linguística e nos voltarmos para a filosofia da mente.

Ao passo em que o distanciamento com a perspectiva mística adotada pela tradição foi se consolidando, a mente passou a ser compreendida não mais como uma substância possuidora de estatuto ontológico distinto de tudo que há no mundo, mas como um conjunto de capacidades de sentir e representar algo para um indivíduo consciente. Notemos que nesta tentativa abrangente de caracterização da mente fizemos uso de outro termo mentalista, a saber, consciência. Grande parte dos principais problemas levantados hoje em filosofia da mente possui a consciência como fio condutor, a consciência (mais

especificamente a consciência fenomenal como ficará claro no decorrer do texto) é o elo que mantêm interligados, por exemplo, o problema mente-corpo e o problema da causação mental. A consciência é sem dúvida o cerne das discussões em filosofia da mente e sobre ela a presente pesquisa se debruça. Nomeadamente, o objetivo principal desta pesquisa, como evidenciado por seu título, é o exame crítico acerca da teoria da superveniência da consciência. Será analisado o quadro teórico no qual esta teoria se inscreve, o modo como através dela a consciência é compreendida e as limitações que fazem desta uma teoria inapropriada. Desse processo resultarão algumas valiosas indicações que possibilitarão esboçar conclusões referentes a um quadro teórico que aborda a consciência de modo mais adequado.

Para a realização do objetivo traçado, o percurso metodológico adotado aqui terá início com a delimitação, no segundo capítulo, do nosso objeto de estudo: a consciência. “O que é a consciência?” esta pergunta norteará as discussões deste capítulo no qual serão expostas três características que se constituem como elementos essenciais a serem tratados em uma teoria da consciência: o aspecto subjetivo, a unidade e a intencionalidade. A primeira destas características talvez seja a mais fundamental na caracterização da consciência. Embora nos seja algo muito familiar, nosso arcabouço teórico-científico tem se mostrado limitado ao tentar explicar a consciência. Esta limitação se deve principalmente ao caráter subjetivo da consciência, todo estado consciente específico só é possível na medida em que é instanciado por um indivíduo, isto é, a existência de um sistema que apresente as propriedades necessárias para dar origem aos estados conscientes obviamente é sua condição de possibilidade. Como consequência disto somos levados a dizer que a consciência é algo que depende de uma perspectiva, sempre há algo de inescrutável em nossas experiências conscientes aos olhos de terceiros. Supostamente, mesmo o estudo acurado dos correlatos neurais de nossas experiências não é capaz de predicar estes aspectos qualitativos, *aquilo que é como ser o indivíduo* que experimenta determinada sensação a partir de sua própria perspectiva. A este aspecto qualitativo intrinsecamente associado a nossas experiências conscientes que, aparentemente, não é tangível pelo conhecimento neurobiológico dá-se o nome de *qualia*.

Não obstante, os *qualia* não esgotam toda a extensão do conceito de consciência. Muitos conceitos associados a processos e estados cognitivo-intencionais tais como, por exemplo, a aprendizagem e a crença, são plenamente funcionalmente analisáveis. Ou seja, embora se tratem de duas categorias distintas, uma vez que a aprendizagem é um processo

mental e a crença é um estado mental, estes conceitos podem ser completamente analisados em termos da execução de uma determinada função no interior do sistema cognitivo que os instancia. Em outros termos, diversos estados e processos cognitivo-intencionais não se caracterizam por ter algo que é como ser o indivíduo que instancia estes processos, sua principal característica, ao contrário, é a realização de uma determinada função causal ou explicativa do comportamento. Enquanto processo mental, a análise da aprendizagem deve descrever não só o papel realizado pelo processo como um todo, mas também deve descrever o papel realizado por todos os estados que compõem este processo. Mesmo assim podemos apresentar de modo genérico a aprendizagem como aquele processo pelo qual o indivíduo adapta o seu comportamento adequadamente em relação aos estímulos a que é submetido e mantém os mesmos padrões de respostas apropriadas ao mesmo tipo de estímulos. A crença, por sua vez, pode ser definida de forma abrangente como sendo o estado consciente no qual o indivíduo age de modo adequado como se o conteúdo de sua crença fosse realmente o caso. Sendo assim, o que há de essencial no conceito destes estados conscientes é sua função causal ou explicativa do comportamento do indivíduo, como corolário, uma teoria funcionalista da consciência é totalmente capaz de explicá-los. Embora na maior parte das vezes nos deparemos com a co-ocorrência de ambos os aspectos, o que deve ficar claro é que a associação destes estados cognitivo-intencionais com os *qualia* é apenas contingente.

Em razão da ambiguidade do conceito de consciência que abrange tanto estados essencialmente funcionais quanto aqueles que escapam à explicação funcional, estados que apresentam aspectos qualitativos denominados de *qualia*, deve haver uma fatoração deste conceito a fim de tornar mais específica a referência a um ou outro aspecto. Deste modo seguimos a distinção realizada por David Chalmers em *The Conscious Mind* e dividimos o conceito de consciência em dois: *consciência fenomenal* – referente aos *qualia*, estados conscientes que possuem uma experiência qualitativa; e *consciência psicológica* – referente aos estados conscientes cuja principal característica é a execução de determinada função causal/explicativa do comportamento, estados conscientes funcionalmente analisáveis. Esta diferenciação é fundamental para que possamos compreender o alcance explicativo das teorias da consciência.

Ao tratarmos sobre a segunda característica da consciência citada acima, ainda no segundo capítulo, serão expostas duas concepções concorrentes a respeito da estrutura de nossas experiências conscientes, são elas: a *concepção fragmentária e a concepção unitária da consciência*. Baseada na tese dos blocos de construção da consciência, a concepção

fragmentária afirma que a consciência se constitui como a sobreposição de micro-consciências referentes aos inúmeros estados conscientes específicos que possuímos a todo instante. Alicerçando esta posição estão alguns resultados de experimentos científicos que, resumidamente, apontam para a organização do cérebro em módulos autônomos cada um dos quais associados a um aspecto isolado de nossas experiências conscientes e cujas funções são exercidas independentemente uns dos outros. Isto implica que nossos estados e processos conscientes responsáveis pela realização de funções não são necessariamente interligados, estes estudos indicam uma falha na unificação de nossa consciência psicológica. Uma vez que os módulos que compõem o cérebro exercem funções independentes dos outros, os estados conscientes associados a cada um deles não constituem algo uno, não há uma unidade necessária entre os estados que se encaixam na denominação de consciência psicológica.

Porém, e quanto à consciência fenomenal? Estas conclusões também se aplicam a ela? Os argumentos utilizados em favor da concepção fragmentária da consciência não refutam a existência de uma possível unidade das experiências qualitativas de nossa consciência. A falha da unidade psicológica não implica necessariamente na falha da unidade fenomenal da consciência uma vez que parece inverossímil a existência de um indivíduo que possui duas experiências conscientes simultâneas, mas que não experimenta algo que é como estar em ambos os estados ao mesmo tempo. Baseados nisto é que defendemos uma concepção unitária da consciência tomando como central a noção de *unidade fenomenal*. Embora os argumentos supracitados sejam convincentes para a falha da unidade psicológica, eles não excluem a possibilidade da unidade fenomenal, o modo unificado como o indivíduo experimenta os *qualia* que instanciam em determinado momento. Com isto, a unidade da consciência consiste em um estado que reflete aquilo que é como ser o indivíduo que experimenta todos os estados qualitativos que ele experimenta simultaneamente, se trata de um estado qualitativo que subsume ele mesmo e todos os outros estados qualitativos específicos.

A seção seguinte do segundo capítulo é destinada à exposição da intencionalidade. A intencionalidade consiste na característica presente em nossos estados conscientes de se reportar a outra coisa que não eles mesmos, sejam a estados de coisas no mundo, ou a alucinações e personagens fictícios. Em decorrência desta possibilidade de dirigir-se a algo que não necessariamente existe, é que se vincula à intencionalidade a noção de “*in-existência intencional*”, no sentido de indicar a existência deste algo para o qual meus estados conscientes se referem apenas enquanto uma representação mental. Uma consequência da

“inexistência intencional” é que a intencionalidade não se configura como uma relação propriamente dita, pois pressupõe apenas a existência do indivíduo que instancia os estados conscientes, enquanto todas as relações necessariamente estão comprometidas com a existência efetiva de todos os relata envolvidos.

Evidentemente, como consequência da não univocidade do conceito de consciência, se faz necessário para a teoria da consciência que abordamos explicar tanto os estados e processos denominados como consciência psicológica quanto aqueles denominados como consciência fenomenal. Uma vez que o conceito de consciência foi fatorado abrangendo tanto os estados cognitivo-intencionais que primordialmente são caracterizados por sua função causal/explicativa, quanto os estados detentores de aspectos qualitativos que refletem aquilo que é como ser o indivíduo que os experimenta, então não haverá apenas um problema da consciência. Assim, outro ponto a ser abordado neste capítulo será a problematização de ambos os aspectos da consciência, trataremos dos problemas referentes às explicações da consciência psicológica e dos problemas referentes às explicações da consciência fenomenal.

Como antecipado, inúmeros estados cognitivo-intencionais são essencialmente estados que executam determinada função causal/explicativa do comportamento do indivíduo que os instancia. Tendo isto em mente é fácil perceber que estes podem ser reduzidos aos mecanismos subjacentes atuantes na realização de determinada função. Se os conceitos referentes a estes estados expressam essencialmente uma função específica realizada pelo agente cognitivo, então uma explicação suficiente destes é obtida ao explicarmos tais mecanismos. Em outras palavras, a possibilidade de uma análise funcional destes estados cognitivo-intencionais indica que estes estados são funcionalmente redutíveis.

Mesmo que a abordagem funcionalista suscite alguns problemas técnicos ao tentar individuar determinados estados conscientes, ou que seja acusada de trivial, é inegável que o quadro teórico funcionalista nos faz vislumbrar um modo bastante plausível de explicar uma parte significativa de nossa consciência. Ao passo que, a princípio, se mostra possível a explicação da consciência psicológica através da especificação dos mecanismos subjacentes que executam determinadas funções, a consciência psicológica não levanta grandes problemas metafísicos. Em virtude disto, os problemas referentes à consciência psicológica são denominados de “*easy problems*” (problemas fáceis). Não obstante, as explicações funcionais não são suficientes quando os *qualia* estão em jogo. Por se tratar de uma abordagem reducionista dos estados conscientes às funções realizadas pelo agente cognitivo, aquilo que é

subjetivo e que nos parece tão caro continua inescrutável. Somos seres que agem no mundo, mas por outro lado, supostamente, também somos seres que possuem estados qualitativos, seres que experimentam ser aquilo que somos e isto está além das funções que executamos. O quadro teórico funcionalista não se mostra capaz de responder questões como: “Por que processos neurobiológicos com certo grau de complexidade dão origem às experiências conscientes qualitativas?” ou mesmo “Por que alguns estados cognitivo-intencionais são acompanhados de aspectos qualitativos?”.

Como disse anteriormente, a consciência fenomenal é o cerne de grande parte das discussões em filosofia da mente. Os obstáculos impostos por este aspecto da consciência às teorias reducionistas, em especial às teorias funcionalistas, são evidenciados com auxílio de alguns experimentos de pensamento. Exporemos dois: o argumento do zumbi, e o argumento do espectro invertido. Basicamente, estes argumentos se concentram na possibilidade lógica de concebermos um mundo possível onde um indivíduo fisicamente idêntico a mim, o que também implica dizer que se trata de um indivíduo funcionalmente idêntico a mim, instancia experiências qualitativas distintas das instanciadas por mim ou mesmo não possui nenhuma experiência qualitativa. Ou seja, são argumentos de concebtibilidade que demonstram que a identidade física/funcional não implica necessariamente na identidade qualitativa das experiências conscientes. Os conceitos que utilizamos para nos referir a estados conscientes que possuem este aspecto fenomenal não são completamente analisáveis com o auxílio do quadro teórico funcionalista. O que torna o problema da consciência fenomenal o “*hard problem*” (problema difícil), o verdadeiro problema da consciência.

Considerando a possibilidade lógica expressa nestes argumentos de concebtibilidade, supõe-se que isto indica a existência de duas propriedades distintas e irreduzíveis, uma cisão da realidade entre aquilo que é explicável por meio de uma redução física/funcional e os *qualia* inteiramente subjetivos. Os fatos físicos que compõem o mundo não são suficientes para explicar os *qualia*. Segue-se disto que existe uma espécie de *lacuna explicativa* entre as explicações geradas pelas teorias funcionalistas e os aspectos qualitativos da consciência, uma diferença epistemológica entre os aspectos da consciência explanados pelo funcionalismo e a consciência fenomenal.

A distinção entre dois tipos de propriedades que parece ser alicerçada pela falha das teorias reducionistas ao tratar da consciência fenomenal nos conduz a considerar um quadro teórico que tente conciliar ambas de forma a expor as interconexões necessárias para a

formulação de explicações. Um quadro teórico que busque explicar a relação de dependência entre os *qualia* e seu substrato neurobiológico, onde os *qualia* são determinados pelas configurações deste substrato, sem, no entanto, que esta relação implique em uma redução de uma propriedade à outra. Ou seja, um quadro teórico que possua um compromisso mínimo com o fisicismo (fiscismo minimalista) na medida em que pressupõem a necessidade de um substrato físico que dê origem às experiências conscientes, mas que não esteja comprometido com a redução das propriedades. Tal quadro teórico tem no conceito de *superveniência* o seu cerne. Assim, uma análise da teoria da superveniência da consciência se justifica pelo grande interesse filosófico sobre esta abordagem principalmente por sua possível aplicação ao problema da consciência.

O terceiro capítulo será destinado a uma análise pormenorizada do quadro teórico no qual a teoria da superveniência está inscrita, das distinções entre diferentes tipos de relação de superveniência e das particularidades suscitadas por elas. A princípio podemos definir superveniência como a relação estabelecida entre um conjunto de propriedades de base, por exemplo, o substrato neurobiológico, e um conjunto de propriedades supervenientes, por exemplo, os *qualia*, por meio da qual as propriedades supervenientes são dependentes das propriedades de base, de forma que o segundo conjunto é determinado pelo primeiro, mas não há necessidade expressa de redução do segundo conjunto ao primeiro. Na verdade, as relações de superveniência constituem por vezes um posicionamento neutro que não se compromete necessariamente com a redutibilidade nem com a irredutibilidade de um conjunto ao outro.

Dentre os diferentes tipos de superveniência analisados aqui, nosso foco principal será na distinção entre as relações de *superveniência fraca* e *superveniência forte*. A diferença entre ambas se dá na força modal atribuída por cada uma à relação entre os dois conjuntos. A superveniência fraca indica uma relação de superveniência estabelecida em um determinado mundo possível. A superveniência forte, como o próprio nome sugere, indica uma relação mais forte que se estabelece em todos os mundos possíveis.

Diante deste contexto, a teoria da superveniência da consciência (ou superveniência psicofísica) tem como principal objetivo resolver o problema difícil da consciência através da demonstração da relação de dependência/determinação estabelecida entre estas propriedades e seu substrato físico. A resolução deste problema passa invariavelmente por uma explicação positiva acerca da interconexão entre os *qualia* e os processos físicos do cérebro. Não obstante, a teoria da superveniência da consciência

apresenta alguns problemas que impedem tal resolução e a exposição destes problemas será o objetivo do quarto capítulo.

O quarto capítulo que trata dos problemas suscitados pela teoria da superveniência será dividido em duas partes principais. No primeiro nos orientaremos por duas perguntas centrais: A teoria da superveniência psicofísica realmente fornece uma explicação positiva acerca da relação estabelecida entre o conjunto de propriedades fenomenais da consciência e o conjunto de propriedades físicas do cérebro? Esta é uma proposta filosoficamente substancial para o problema difícil da consciência? Como será argumentado, a resposta para ambas as questões é “não”. A teoria da superveniência psicofísica não resolve o problema difícil da consciência, pois ela falha em fornecer uma relação de dependência/determinação entre estes conjuntos. Na verdade, da afirmação da superveniência da consciência apenas é possível extrair a existência de uma co-variação entre ambos os conjuntos, o que não resolve o problema, ao contrário, apenas reafirma a necessidade de explicação sobre esta co-variação. Esta teoria também não se configura como uma proposta substancial para o problema, porque a superveniência da consciência ao seu substrato físico é um compromisso partilhado por diversas posições conflitantes sobre este problema, dentre elas, a teoria da identidade e o emergentismo.

Na segunda parte do quarto capítulo, intitulado “o argumento da superveniência”, será demonstrado que a superveniência da consciência não é capaz de solucionar o problema da causação mental. Como dito anteriormente, a consciência fenomenal mantém interligados o problema mente-corpo e o problema da causação mental. Por fim, a título de conclusão, faremos uma breve recapitulação de tudo que foi trabalhado nesta pesquisa e com base nisto podemos vislumbrar um modo de conceber um quadro teórico mais apropriado para a abordagem deste tema.

2 O QUE É A CONSCIÊNCIA?

Se nos reportarmos à filosofia desenvolvida na Grécia antiga, é possível encontrarmos uma noção que até hoje permeia a psicologia popular e é alvo de muitas discussões na filosofia contemporânea. Esta é a noção de mente. Platão, em seu diálogo intitulado Teeteto, faz uma analogia entre a mente e uma gaiola, onde esta serviria de abrigo para os pássaros assim como aquela para as ideias. Pensamentos, crenças, ideias, o ato de raciocinar e todas as coisas semelhantes, as quais não ocupam lugar no espaço, teriam a mente como sua sede. Pode-se dizer que o conceito de mente surge na filosofia como o lugar onde habitam as coisas incorpóreas.

Apesar de tão antiga, é notória a dificuldade da tarefa de dar uma definição precisa e não problemática do que vem a ser a mente. Não irei propor uma definição aqui, contudo podemos caracterizar a mente de maneira genérica não como uma coisa propriamente dita, mas como um conjunto de capacidades de sentir e representar algo para um indivíduo consciente. Entretanto, o que é a consciência? Este é o ponto central de toda discussão da filosofia da mente e de onde decorre a imensa maioria dos problemas postos atualmente. Sendo assim, o foco principal do trabalho que aqui se inicia será sobre a consciência e alguns dos principais problemas suscitados por ela. O filósofo estadunidense John Searle, chega a afirmar que:

A razão para enfatizar a consciência numa explicação da mente é que ela é a noção mental central. De uma maneira ou de outra, todas as outras noções mentais – como intencionalidade, subjetividade, causação mental, inteligência etc. – só podem ser plenamente compreendidas como mentais por meio de suas relações com a consciência. (SEARLE, 2006, p. 125, 126)¹

Não há nada mais no mundo que se apresente ao mesmo tempo de modo tão familiar e tão enigmático como a nossa consciência. A consciência se mostra para cada indivíduo com extrema vivacidade, e sua existência é raramente negada. Descartes, inclusive, defendeu durante toda sua obra filosófica que este “eu”, denominado pelo autor francês de *res cogitans*, se constitui como substrato ineliminável de todo conhecimento indubitável. Porém, nosso arcabouço teórico-científico até hoje tem pouco a nos relatar especificamente sobre a consciência. Isto que, ao menos em princípio, é algo inconfundível com o mundo físico que nos circunda, mas que nos é tão próximo, não se mostra tão claro quanto o conhecimento que temos sobre o funcionamento do sistema reprodutivo do ser humano, ou o conhecimento que

¹ Devo salientar, contudo, que a noção de causação mental, ao contrário da concepção de Searle, não necessita ser vinculada à consciência para ser compreendida como mental. Muitos estados mentais disposicionais, em oposição aos estados ocorrentes ou manifestos, supostamente executam função causal no nosso organismo.

temos da lei da dilatação térmica dos sólidos, ou mesmo o conhecimento que temos acerca da força de gravitação exercida pelos corpos celestes.

De que modo surge a consciência? Como algo puramente mental pode ser gerado a partir de determinadas estruturas físicas e das relações estabelecidas no interior destas estruturas? Em outras palavras, como é possível algo com tais características peculiares advir de uma base estritamente neurobiológica? De que maneira misteriosa a consciência, por sua vez, pode se relacionar com o domínio físico de modo a causar algum evento neste? Como é possível a existência de algo com características tão singulares em um mundo físico que é satisfatoriamente explicado pelas ciências naturais tais como a química, a física e a biologia? Estas são somente algumas das principais questões que surgem ao pesquisar este assunto.

Em decorrência destas e de outras dificuldades inerentes ao ponto sobre o qual nos debruçamos, é que se originam os problemas em tentar se atribuir uma definição minuciosa da consciência. Por vezes, consciência é associada à posse de pensamentos, percepções e sentimentos, no entanto, até mesmo esta tentativa abrangente de caracterização é falha, visto que nem todos estes processos e estados são sempre conscientes, muitos processos e estados mentais são disposicionais. Apesar de todo este entrave, nossa concepção de consciência de senso comum nos possibilita o emprego “correto” deste termo nas mais variadas situações. Amíúde nos comunicamos em nosso cotidiano utilizando expressões como “Fulano tem consciência do que representa.”, ou “Não se preocupem, ele sofreu um acidente, mas está consciente!”, ou ainda “O motorista foi preso sob a acusação de dirigir após o consumo de substâncias que produzem estados alterados de consciência.”

Podemos inclusive listar uma série de estados acerca dos quais podemos afirmar serem estados conscientes. Devemos esclarecer, contudo, que não se pretende construir uma taxonomia de estados e processos conscientes através desta lista, muito menos de fornecer uma definição precisa e inequívoca destes, tais definições não serão necessárias para nosso propósito. O intuito é apenas apresentar uma breve lista de estados e processos que certamente com base em nosso conhecimento de senso comum afirmaríamos serem conscientes e fazer uma descrição genérica destes.

Sensações. O conjunto de afecções às quais estamos sujeitos a todo o momento quando estamos em contato com o ambiente. Abordado aqui de modo abrangente, este conjunto de sensações inclui, entre outros, as experiências táteis (que proporcionam uma das experiências espaciais mais ricas, e variam desde a desagradável sensação de tocar um porco-

espinho, à sensação prazerosa de sentir a textura da pele da pessoa amada), experiências olfativas (como, por exemplo, o cheiro de um perfume que foi marcante em algum dado momento e que nos traz recordações bem vívidas), e experiências visuais (que podem ser exemplificadas pela sensação de experimentar a vermelhidão de um tomate maduro. A visão é um sentido tão fundamental para o ser humano, que mais da metade de nosso córtex é voltado a funções visuais).

Crenças. Esta é uma variedade das denominadas “atitudes proposicionais” que se configuram como estados possuidores de um aspecto semântico, ou seja, possuem um conteúdo proposicional, conteúdo este que é uma proposição acerca de determinado fato no mundo. A crença pode ser individualizada como o estado no qual um indivíduo permanece e age de modo apropriado como se o conteúdo de sua crença fosse realmente verdade, uma concatenação entre o estado consciente do indivíduo e uma proposição referente ao mundo. O indivíduo que crê age de modo específico sob as condições específicas, assim se o indivíduo crê que está chovendo ele usará um guarda-chuva ao sair de casa. Deve-se ressaltar também o duplo aspecto das atitudes proposicionais enquanto atitudes ocorrentes e enquanto estados disposicionais. Atitudes ocorrentes, como o nome deixa claro, são aquelas atitudes proposicionais das quais o indivíduo efetivamente está consciente, neste caso, são crenças das quais o indivíduo efetivamente está consciente. Em contrapartida há o caráter disposicional das crenças, ou seja, a crença se caracteriza como uma propensão do indivíduo a crer que P, o que implica que o indivíduo nem sempre está ciente dela.

Medos. Em uma primeira aproximação podemos defini-los como sendo aqueles estados conscientes gerados a partir de determinados estímulos ambientais aos quais o indivíduo foi submetido e que acarretam na produção de um comportamento temeroso, fazendo com que o indivíduo passe a evitar ou aja de forma mais cautelosa quando se encontrar novamente na mesma situação, mas que também possuem um aspecto qualitativo intrínseco. Novamente se faz necessário notar o caráter disposicional das fobias, que são inclinações de determinados indivíduos a produzirem comportamento temeroso acerca de algo.

Aprendizagem. Este último exemplo, além de complexo é muito importante para a caracterização de um aspecto da consciência (esta questão será abordada com maior detalhamento na subseção 2.1.1). É possível descrevê-la como o processo através do qual o indivíduo adéqua seu comportamento tendo em vista a estimulação ambiental a qual foi

submetido, de modo que ao se deparar novamente com o mesmo tipo de estimulação o indivíduo apresentará os mesmos padrões comportamentais. Deve-se salientar, mais uma vez, que a aprendizagem também possui um caráter disposicional, uma vez que se caracteriza também como a propensão do indivíduo apresentar comportamento adequado ao se deparar novamente com determinado estímulo ambiental.

Obviamente esta lista é muito limitada e em alguns casos carece de maior precisão em suas definições, mas, em todo caso, qualquer pessoa as definiria como sendo estados conscientes. Estas são apenas mais algumas provas de que possuímos certo conhecimento de senso comum sobre a consciência. Somos capazes de em alguns casos empregar corretamente o termo “consciência” e até mesmo de apontar e descrever alguns estados conscientes. Contudo, não é este tipo de conhecimento que objetivamos por não ser suficiente para uma possível elaboração de uma teoria sobre a consciência. Sendo assim, precisamos avançar para um conhecimento filosófico da consciência, mas, tendo em vista a imensa dificuldade revelada acima em fornecer uma definição precisa desta, optaremos por uma caracterização geral da consciência.

2.1 Características estruturais da consciência.

Nosso objetivo nesta seção é discorrer sobre algumas características básicas que constituem elementos essenciais da estrutura de uma teoria da consciência. São elas: a subjetividade, a unidade e a intencionalidade. É óbvio que, assim como tudo que envolve a consciência, algumas destas características podem ser alvo de críticas dependendo do ponto de vista que o inquisidor assuma, porém estas características de modo algum passam despercebidas na elaboração de uma teoria da consciência.

2.1.1 Subjetividade: Os conceitos fenomenal e psicológico da consciência.

O aspecto subjetivo é uma característica fundamental da consciência. Muitos filósofos chegam inclusive a afirmá-la como a característica mais importante, por outro lado, é inegável que ela suscita as mais difíceis questões sobre a consciência. Toda experiência consciente só é possível na medida em que é instanciada por um indivíduo, isto é, a existência de um sistema que possua as propriedades necessárias para a produção da consciência é condição de possibilidade para a ocorrência de um estado consciente específico. Por esta razão é possível afirmar que todo estado consciente é necessariamente um estado consciente de um determinado indivíduo. Em decorrência deste fato, a consciência é uma característica

perspectivista, ou seja, sempre é referente ao ponto de vista do sujeito que é seu possuidor e isto parece ser algo intransponível.

Para utilizar um exemplo recorrente em filosofia da mente, atualmente nós possuímos conhecimento bem fundamentado sobre diversos aspectos dos morcegos. Como, por exemplo, seus hábitos noturnos, o fato de algumas espécies serem hematófagas, e seu sistema de eco-localização que é uma espécie de sonar pelo qual os morcegos identificam os obstáculos a partir da reverberação dos sons emitidos em alta frequência. Contudo, tal conhecimento nos mostra o que é um morcego a partir de sua própria perspectiva? Apesar de todo esse conhecimento objetivo acerca do morcego, não somos capazes de saber “o que é ser como” um morcego, como salienta Thomas Nagel em seu artigo “*What is like to be a bat?*”

Esta intransponibilidade não se deve somente ao fato de o morcego e nós não comungarmos da mesma forma de vida, como se poderia objetar a partir do pensamento de Wittgenstein, visto que até mesmo um estudo completo da fisiologia e das conexões causais do sistema nervoso de um homem não nos tornaria aptos a compreender como é estar em um determinado estado consciente a partir da perspectiva deste homem. Em uma palavra, mesmo de posse dos correlatos neurais da consciência (CNC) de um ser humano, não teríamos acesso à sua perspectiva de primeira pessoa de sua consciência. Disto decorre que há um aspecto qualitativo intrinsecamente associado à experiência consciente que não seria apreendido nem mesmo se tivéssemos um conhecimento quantitativo completo sobre a neurobiologia do indivíduo. Este aspecto qualitativo é denominado de *qualia*. Vejamos esta passagem da obra de João de Fernandes Teixeira:

Detectamos a existência desses *qualia* – privados e inescrutáveis – ao considerarmos que o caráter subjetivo de certas experiências não poderia ser completamente mapeado em relação a qualquer estado cerebral. O exame e a descrição de qualquer estado cerebral correlato a uma determinada experiência seria insuficiente para determinar como seus *qualia* estariam sendo vivenciados pelo sujeito. Em outras palavras, os *qualia* não seriam capturados pela linguagem intersubjetiva sobre a qual se assenta a ciência (TEIXEIRA, 2011, p. 95)

Frank Jackson foi outro filósofo a argumentar fortemente sobre esta distinção, a princípio, entre os *qualia* e os aspectos quantitativos do substrato físico da consciência. Seu argumento da impossibilidade de se conhecer os *qualia* através dos métodos científicos (argumento do conhecimento) está presente em dois famosos artigos: “*Epiphenomenal Qualia*”, e “*What Mary didn't know*”. Em seu exemplo mais famoso, Jackson sugere que Mary é uma excelente cientista que tem conhecimento completo sobre todos os fatos físicos relevantes sobre cores e o nosso processamento visual das cores, conhecendo todos os

comprimentos de onda emitidos por elas, e o modo como são percebidas por nós. Mary possui conhecimento completo sobre os processos neurofisiológicos relevantes para o processamento visual das cores.

No entanto, Mary foi forçada desde seu nascimento a viver em um quarto onde não tem contato com nenhuma cor que não seja uma variante de preto ou branco, seu quarto é todo pintado em preto e branco, os livros pelos quais estudou são todos em preto e branco, e sua TV também não é a cores. Depois de passar toda sua vida assim, Mary é colocada diante de um tomate maduro e experimenta pela primeira vez a sensação de ver o vermelho. Será que Mary está conhecendo algo novo?

Ao que parece, as descrições físicas sobre as cores e o funcionamento do cérebro que Mary possuía, não contemplam a experiência subjetiva de ver o vermelho. Os *qualia* se mostram como algo além da mera descrição objetiva dos fatos físicos através de nossa linguagem, que é essencialmente intersubjetiva. São aspectos puramente subjetivos que parecem ser irredutíveis a qualquer objetividade. Jackson resume o argumento do conhecimento desta maneira:

Claramente o mesmo estilo de argumento do conhecimento poderia ser estendido para o tato, audição, sensações corporais e, genericamente falando, para os diversos estados mentais os quais são ditos ter (como é posto variadamente) sensações brutas, características fenomenais ou *qualia*. A conclusão em cada caso é que os *qualia* são deixados de fora da história fisicista. E a força polemizadora do argumento do conhecimento é que é muito difícil negar a afirmação central que se pode ter toda a informação física sem ter toda a informação que há para ter. (JACKSON, 1982, p. 130)²

Searle, ao contrário da perspectiva que adotaremos, estende esta característica estrutural à consciência em sua totalidade, ele defende que estes aspectos qualitativos estão presentes em todo e qualquer estado consciente que um indivíduo possa vir a ter. Searle afirma que os *qualia*, ou seja, os aspectos fenomenais da consciência perpassam todos os tipos de estados conscientes, inclusive estados cognitivo-intencionais como a aprendizagem e a crença, por exemplo. De acordo com o autor:

Mesmo o pensamento consciente tem uma impressão qualitativa própria. Por exemplo, pensar que dois mais dois é igual a quatro. Não há como descrever isto senão dizendo que se trata do caráter de pensar conscientemente que dois mais dois é igual a quatro. Mas, se acreditarmos que isto não tem um caráter qualitativo próprio, basta tentar pensar a mesma coisa numa língua que não conhecemos bem. Se penso, em francês, “deux et deux fait quatre”, descubro que a impressão provocada é bastante diferente. Ou então podemos pensar algo mais difícil: “dois mais dois é igual a cento e oitenta e sete”. (SEARLE, 2010 b, p. 58)

² As traduções das citações são minhas.

Não obstante, neste texto não seguiremos a perspectiva defendida por Searle. Como ficará claro no decorrer desta seção, adotaremos aqui um quadro teórico referencial que defende que a associação de processos e estados cognitivo-intencionais, tais como a aprendizagem e a crença, com os *qualia* é contingencial. Isto nos indica que o aspecto fenomenal, ou os *qualia*, não exaure a consciência. Alguns estados não necessariamente possuem a característica de “como é ser” um indivíduo que os vivencia. O estado consciente de aprendizagem não se caracteriza essencialmente como um estado consciente no qual existe algo que “é como” estar em um estado de aprendizagem. O que há de essencial nele é a produção de um comportamento adequado aos estímulos aos quais o indivíduo está sendo submetido e a manutenção desta mesma resposta adequada a estímulos semelhantes.

Evitando uma definição mais precisa, David Chalmers em *The Conscious Mind* caracteriza a consciência a partir da noção central de “*subjective quality of experience*” (qualidade subjetiva da experiência), noção esta expressa por inúmeros outros termos, por exemplo, “*qualia*”, “experiência consciente”, “aspecto fenomenal da consciência”, “fenomenologia” e etc. A distinção entre estes termos não passa de sutilezas conotativas, todos eles se referem à subjetividade inerente aos sistemas conscientes, mais especificamente a sistemas conscientes de espécies superiores. A centralidade atribuída ao aspecto subjetivo da consciência por parte de Chalmers, fato que o aproxima do pensamento de Nagel, fica clara nesta passagem:

Dito de outro modo, podemos dizer que um estado mental é consciente se possui uma sensação qualitativa – uma experiência qualitativa associada. Estas sensações qualitativas são também conhecidas como qualidades fenomenais, ou *qualia* para ser breve. (CHALMERS, 1996, p. 4)

Porém, como explicar a consciência? Se rememorarmos algumas teorias científicas fundamentais de nosso arcabouço teórico contemporâneo, como a teoria da evolução gradual das espécies e a teoria atômica da matéria, é possível chegar a conclusões objetivas que garantem boas razões para compreender o surgimento e o desenvolvimento da consciência. Considerando a teoria atômica, é possível compreender que inúmeros fenômenos macroscópicos podem ser elucidados através de uma análise microscópica, ou seja, esta teoria demonstra a possibilidade de sistemas complexos serem “causalmente explicáveis” pelos pequenos sistemas que os compõem. A teoria evolucionista, por sua vez, evidencia que alguns organismos submetidos a processos evolutivos durante séculos desenvolveram subsistemas de células e que, dentre eles, algumas espécies chegaram a um sistema nervoso extremamente complexo. Complexo de tal modo que alguns processos, como impulsos eletroquímicos e

liberação de neurotransmissores através das fendas sinápticas, produzem no organismo a capacidade de reagir a estímulos com comportamento apropriado, a capacidade de produzir conhecimento, de desenvolver um sistema linguístico, de interagir com outros indivíduos e construir uma sociedade de relações cada vez mais complexas, e assim por diante.

Todavia, apesar desta perspectiva objetiva proporcionada pelo discurso científico ser extremamente elucidativa em diversos pontos, não fica clara a razão pela qual, além de todas estas características mencionadas, estes sistemas nervosos produzem estados mentais qualitativos, os *qualia*. Toda a pesquisa científica voltada para os fatos físicos ou, mais especificamente, para os processos cerebrais, embora proporcione muitos avanços na compreensão de alguns estados cognitivo-intencionais, não exaure todos os aspectos da consciência.

A descrição da dor como a estimulação das fibras do tipo C que geram um determinado estado mental no indivíduo que acaba acarretando a produção de um comportamento aversivo, é fundamental para a compreensão físico-funcional do fenômeno, porém esta descrição não abrange todas as características inerentes ao fenômeno. Algo crucial não é tocado por este prisma teórico, a saber, o aspecto subjetivo que acompanha o aspecto psicológico funcional. Chalmers exemplifica desta forma a questão suscitada:

Quando alguém toca C médio no piano, uma complexa cadeia de eventos é posta no lugar. Vibrações sonoras no ar e uma onda viajam para meu ouvido. A onda é processada e analisada em frequências dentro do meu ouvido, e um sinal é enviado para o córtex auditivo. Novos processos tomam lugar aqui: isolamento de certos aspectos do sinal, categorização e reação, finalmente. Tudo isto não é tão difícil de compreender em princípio. Mas por que isto deve ser acompanhado por uma *experiência*? (CHALMERS, 1996, p. 5)

Do que até aqui foi exposto, fica patente uma ambiguidade imanente ao conceito de consciência que necessita ser diferenciada para a elaboração de uma teoria minuciosa da consciência. Inúmeras vezes foi explicitado por Chalmers o aspecto qualitativo da consciência, a experiência consciente que por definição é subjetiva, contudo em muitas outras passagens foi feita referência a estados mentais que não comungam das mesmas características dos anteriores, em outras palavras, estados em que não existe algo que é como (*what is like*) estar neste estado. Em estados mentais como a produção de conhecimento, o desenvolvimento de uma língua ou a produção de comportamento apropriado como forma de reação a um estímulo, não necessariamente está presente uma experiência consciente, e sua principal característica, ao contrário dos outros tipos de estados conscientes, é a execução de determinada espécie de função causal.

Em suma, podemos “fatorar” o conceito de consciência em dois mais fundamentais: o conceito de consciência fenomenal, que se refere àqueles estados mentais que possuem uma experiência qualitativa, os *qualia*; e o conceito de consciência psicológica, que se refere a estados mentais que tem como principal característica a execução de uma função causal/explicativa específica do comportamento. Essa distinção feita por Chalmers tem uma evidente proximidade com a distinção feita por Ned Block entre consciência de acesso e consciência fenomenal (c.f. BLOCK, 1995). Block caracteriza um estado mental como acesso-consciente quando o conteúdo deste estado é disponível para relato verbal, para inferência racional e/ou para controle deliberado do comportamento. O que há de mais importante nestes estados é sua função causal. Já a consciência fenomenal, assim como em Chalmers, é vista como o tipo de consciência presente nos estados mentais que envolvem experiências qualitativas.

De início deve ficar claro que o termo “psicológico” utilizado por Chalmers na verdade é uma convenção realizada a partir da associação da psicologia com a ciência cognitiva. Os cientistas cognitivos, assim como os neurocientistas, têm como objetivo a redução da mente em sua totalidade a processos neurofisiológicos ou físicos. Sendo assim, na explicação do comportamento, os cientistas cognitivos se referem aos estados mentais como estados internos que possuem relevância causal e/ou explicativa no comportamento. Os estados mentais aos quais a ciência cognitiva se debruça são estados que devem exercer função causal na produção de determinado comportamento ou, no mínimo, papel adequado em uma explicação do comportamento.

Vale ressaltar que muitas noções mentais possuem ambos os aspectos, como o exemplo da dor descrito anteriormente. É evidente a presença da experiência consciente da dor que é particular do indivíduo, e a execução de determinada função causal que culminou na exteriorização do comportamento. Muitos estados cognitivo-intencionais são, por assim dizer, acompanhados por uma experiência consciente. A dor é um exemplo claro da co-ocorrência dos aspectos fenomenal e psicológico da consciência. Por um lado a dor é caracterizada como a estimulação das fibras nervosas do tipo C, e possui função causal/explicativa no comportamento do indivíduo como sendo aquele estado interno que reage às estimulações ambientais com a resposta de um comportamento aversivo em relação aquilo que o afeta. No entanto, encontra-se presente em muitos casos a experiência consciente. O ocasionamento do aspecto psicológico que possui papel fundamental na elucidação do comportamento ocorre concomitantemente ao aspecto fenomenal que é a experiência individual de estar neste estado.

Como corolário desta co-ocorrência, o conceito mentalista de dor, assim como vários outros, pode ser mais bem compreendido como uma combinação do conceito fenomenal e psicológico.

2.1.2 Unidade.

Nesta subseção argumentaremos em favor da unidade da consciência. Será destinada maior atenção a esta característica tão somente para evidenciar a íntima ligação existente entre ela e o problema difícil da consciência. Para tal, exporemos as ideias de concepções concorrentes acerca desta característica estrutural das experiências conscientes. Primeiramente trataremos da concepção fragmentária da consciência, que se fundamenta na tese dos blocos de construção; no segundo momento será abordada a concepção unitária da consciência, que se fundamenta na tese da unidade fenomenal.

2.1.2.1 Tese dos blocos de construção da consciência

Boa parte dos neurocientistas adotam a tese segundo a qual a consciência é formada por blocos de construção. Esta posição defende que a consciência tal como a pensamos é, na verdade, construída a partir da conjunção de inúmeras micro-consciências, cada uma relativa a um estado consciente específico. Podemos defini-la como uma abordagem fragmentária da consciência.

De acordo com esta concepção, se a neurociência algum dia chegar a descobrir o correlato neural da consciência (CNC) de alguma micro-consciência específica, isto tornaria a busca dos outros CNC das outras inúmeras micro-consciências uma tarefa muito mais simples. Pensando dessa forma, a chave para a resolução do problema da consciência seria o mapeamento do CNC de blocos específicos. Se esse mapeamento for possível em todos os blocos de consciência, o campo consciente seria conhecido em sua totalidade.

Para melhor ilustrar esta abordagem, as próximas duas subseções serão destinadas à exposição de dois importantes resultados de experimentos neurocientíficos. O primeiro é conhecido como *split-brain*, ou calosotomia, que consiste na secção do corpo caloso, que é a principal comissura que liga os dois hemisférios do cérebro. As conclusões apresentadas por Michael S. Gazzaniga nortearão nossa apresentação deste experimento. A outra subseção será dedicada à exposição da hipótese levantada por Semir Zeki sobre a modularização do sistema visual em diversos sistemas perceptivos de processamento paralelo e a hierarquia temporal constatada entre estes sistemas.

2.1.2.1.1 Split-brain

A calosotomia, também conhecida como *split-brain* (cérebro dividido), é uma cirurgia indicada somente em casos graves de epilepsia e consiste na secção do corpo caloso, que é a principal comissura que realiza a conexão entre os dois hemisférios do cérebro. A separação do corpo caloso servia de modo a não permitir que as descargas iniciadas em um hemisfério passassem para o outro. Após anos de controvérsias sobre os efeitos desta cirurgia nas capacidades funcionais do cérebro do paciente, Michael Gazzaniga iniciou uma série de pesquisas sobre a *split-brain syndrome*.

Juntamente com Roger Sperry, um dos precursores destes estudos, eles chegaram à conclusão de que após a cirurgia os hemisférios esquerdo e direito não eram capazes de trocar informações sobre os inputs que chegavam a cada hemisfério separadamente. Muitos testes visuais corroboraram esta conclusão, que posteriormente foi percebida ao se testar o tato, a audição, e o olfato. Basicamente, o experimento visual consistiu em projetar imagens distintas nos campos visuais direito (cujos inputs são processados pelo hemisfério esquerdo) e esquerdo (cujos inputs são processados pelo hemisfério direito). Ao ser perguntado sobre as imagens que vê, o paciente relata exclusivamente a imagem captada pelo campo visual direito. Contudo, ao ser interpelado pelo examinador para apontar com a mão esquerda para um objeto similar ao projetado, o paciente aponta para um objeto similar ao posto em seu campo visual esquerdo.

Por exemplo, se a imagem de uma flor for exibida ao campo visual esquerdo e a imagem de uma pedra ao campo visual direito de um paciente, este afirmará ver apenas a pedra, pois o hemisfério esquerdo domina a linguagem. A resposta dada será a mesma se se pede ao paciente que escreva o que vê com a mão direita (controlada pelo hemisfério esquerdo). Por outro lado, ao escrever o nome do objeto com a mão esquerda (controlada pelo hemisfério direito), o paciente escreverá “flor”.

A partir destes experimentos Gazzaniga chegou à conclusão, partilhada também por outros pensadores, que o cérebro é organizado modularmente (Gazzaniga, 1998, p.53). Apesar da existência de casos raros de plasticidade e variação individual (Gazzaniga, 1998, p. 53) nos quais, após a cirurgia, o paciente desenvolve a capacidade de realizar funções características de um hemisfério através de comandos do outro, a princípio, o nosso cérebro não é uma máquina cujos componentes podem exercer qualquer função. Ele é composto por elementos destinados a funções distintas. A partir dessa constatação, Gazzaniga formula sua hipótese da construção da consciência através da superposição de blocos de construção. Para

ele, os módulos cognitivos que compõem a estrutura funcional do cérebro estão associados a aspectos isolados das nossas experiências conscientes.

Entretanto é inegável que possuímos a impressão de que toda nossa vida consciente é completamente integrada, de forma que nossas experiências parecem convergir para uma unidade de alguma forma. Como é possível explicar este fenômeno sob o viés da tese dos blocos de construção?

Com base na modularização das funções cerebrais, Gazzaniga elabora uma resposta bastante plausível. Ao pesquisar mais profundamente as capacidades cognitivas dominadas pelo hemisfério esquerdo, o autor descobriu aquilo que denominou de falsa memória, que consiste na capacidade inventiva e narrativa oriunda deste hemisfério. Buscando responder de que forma o hemisfério esquerdo responde ao comportamento produzido pelo direito, foram apresentadas diferentes imagens aos campos visuais de um paciente *split-brain*. Ao campo direito foi apresentada a imagem do pé de uma galinha juntamente com outras quatro imagens menores, das quais apenas uma tinha relação com a primeira. Ao esquerdo foi apresentada a imagem de um jardim coberto de neve junto com outras quatro imagens menores, das quais, tal como no outro lado, apenas uma possuía relação com a primeira. O paciente conseguiu apontar corretamente, em ambos os lados, para a imagem menor que possuía relação com a maior. Contudo, ao ser perguntado por que sua mão esquerda (controlada pelo hemisfério direito) apontara para uma pá, o hemisfério esquerdo do paciente, que via as imagens relacionadas com a galinha e que é dominante da fala, foi ativado e formulou a explicação de que a pá serviria para limpar o galinheiro.

Como corolário desta surpreendente capacidade do nosso cérebro, Gazzaniga afirma que, apesar da vasta modularização, nos referimos a nós mesmos e a nossas experiências conscientes como algo unitário em virtude da tentativa de nosso cérebro de buscar explicações que ultrapassem a simples observação daquilo que se apresenta. Vejamos esta citação de Gazzaniga:

Nossa habilidade unicamente humana pode ser produzida em um minuto e circunscrita em redes neuronais. E ainda assim o nosso cérebro altamente modularizado gera o sentimento em todos nós de que somos integrados e unificados. Como isto é possível, dado que somos uma coleção de módulos especializados? A resposta pode ser que o hemisfério esquerdo procura explicações sobre o porquê dos eventos ocorrerem. A vantagem de tal sistema é óbvia. Indo além da simples observação dos eventos e perguntando por que eles acontecem, o cérebro pode lidar melhor com estes mesmos eventos, caso eles venham a acontecer novamente. (GAZZANIGA, 1998, p. 55)

Em suma, da constatação da vasta modularidade cerebral e do fato de que após uma calosotomia os hemisférios executam suas funções de maneira autônoma e independente um do outro, Gazzaniga sugere a existência de dois centros de consciência em pacientes com

cérebros divididos. João de Fernandes Teixeira explicita esta constatação de Gazzaniga neste trecho:

Esses experimentos – e vários outros semelhantes – levaram Sperry e Gazzaniga a especular que quando o cérebro é biseccionado, passamos a observar dois “eus” separados, como se o organismo, quando dividido, passasse a ter duas unidades mentais, cada uma com suas memórias e seu próprio arbítrio. Elas estariam “competindo” pelo controle do organismo. (TEIXEIRA, 2011, p. 56.)

2.1.2.1.2 Sistemas perceptivos de processamento e a assincronia temporal

Outro trabalho que dá respaldo à concepção fragmentária da consciência é o do neurocientista Semir Zeki. Entre outras coisas, seus estudos levaram a duas importantes descobertas: a modularização de nosso sistema visual em inúmeros sistemas perceptivos de processamento, e a assincronia temporal de nossas percepções visuais. Estas duas descobertas corroboram a concepção fragmentária da consciência.

Zeki introduz essa ideia ao relatar uma das principais descobertas das últimas décadas sobre o sistema visual. Anteriormente considerada a região responsável pela visão, a área visual primária (ou simplesmente V1) localizada no córtex occipital passou a ser vista nos estudos mais recentes como o primeiro estágio de um mecanismo cortical complexo. Os inputs recebidos por V1 são de algum modo codificados em vários sinais visuais especializados e em seguida enviados para as inúmeras áreas visuais próximas a V1. Cada uma destas áreas desempenha uma função específica como, por exemplo, o centro de cores e o centro de movimento, produzindo assim diferentes modos de conhecer tudo o que se apresenta à nossa visão. Contrastando com a concepção anterior que atribuía uma localização cortical separada para a visão e a compreensão dos objetos, esta descoberta evidencia que cada área visual especializada é responsável pela captação e compreensão de atributos específicos daquilo que é visto, e determinadas áreas do córtex visual podem ser ativadas sem necessariamente ativar outras áreas.

Esta constatação sugere que um dano a uma destas áreas específicas levaria a defeitos visuais específicos, ao invés da cegueira total. Esta descoberta lança luz sobre determinadas patologias tais como a acromatopsia (incapacidade de ver cores), que resulta de alguma avaria no centro de cores, além de problemas cognitivos específicos como, por exemplo, a incapacidade de reconhecer rostos familiares.

Em decorrência da detecção dos diversos módulos autônomos do sistema visual destinados à decodificação de dados específicos, diferentes correlatos conscientes estão vinculados a cada uma das percepções resultantes. Ou seja, nosso sistema visual é, na verdade, a união de diversos campos destinados a características diferentes do que é captado

pela retina, sendo que a ativação de cada um destes campos produz uma experiência consciente específica. Logo podemos concluir que a consciência como um todo, a exemplo da consciência restrita ao sistema visual, não se configura como algo unitário, mas como a incessante produção de diversas “consciências”, ou de diversos blocos de construção da consciência. Vejamos esta passagem de Zeki:

Neste ensaio, apresento a proposição de que a realidade de muitas áreas visuais diferentes, cada grupo tendo sua própria especialização, reflete outra realidade – que existem diferentes sistemas visuais para adquirir diferentes tipos de conhecimento sobre a cena visual. A atividade em cada um conduz à visão e compreensão de um atributo visual particular, digamos movimento ou cor, sem a participação obrigatória dos outros sistemas; cada um, em outras palavras, possui uma determinada autonomia. Como corolário, a atividade em cada uma possui seu próprio correlato consciente separado. Consciência visual não é, portanto, uma entidade unitária; na verdade, é um sistema modular distribuído; quando um dos subsistemas componentes está comprometido, a outra consciência visual, resultante da atividade em outro sistema perceptivo de processamento visual autônomo, não precisa estar; eles podem, na verdade, permanecer mais ou menos intactos. Não há, em outras palavras, nenhuma área central única para a experiência consciente do mundo visual. (ZEKI, 1998, p. 366)

Dada a aparente unidade da imagem visual, pode-se pensar que há uma zona integradora que recebe das diversas áreas visuais os inputs necessários para formar uma imagem unitária. Contudo, Zeki assinala que estudos anatômicos mostram que não existe área cortical que apenas recebe os inputs das diversas áreas visuais, não há um único terminal perceptivo no cérebro. A ideia de que a unidade da consciência visual se deve a uma área do córtex é assim descartada. Estes estudos baseados em inúmeros experimentos com técnicas de imagem têm contribuído para a hipótese da especialização funcional do sistema visual. Eles convergem para a ideia de que uma das principais características do sistema visual humano é a presença de diversos sistemas de processamento espacialmente distribuídos que processam paralelamente diferentes atributos da imagem.

Mas a inexistência de uma zona cortical que garanta a unidade da consciência por si só não implica na impossibilidade dessa unidade. Poderia haver uma espécie de concepção temporal de unidade que necessitaria de um sincronizador central das atividades sub-modulares. Entretanto, Zeki e Konstantinos Moutoussis mostraram que este não é o caso, devido à descoberta da assincronia temporal das percepções visuais, outro alicerce da concepção de blocos de construção da consciência defendida por Zeki.

Através de estudos psicofísicos, eles puderam perceber que quando um indivíduo é apresentado a uma imagem que ative seus centros de movimento e cor, estes atributos não são percebidos no mesmo momento. Os resultados obtidos pelo centro de cor são percebidos pelo indivíduo cerca de 60 a 80ms antes da percepção dos resultados obtidos pelo centro de movimento. Esta assincronia perceptiva ocorre até mesmo quando sinais de movimento

surtem no córtex antes de sinais de cor (ZEKI, 1998, p. 369). O que nos leva a supor a existência de uma hierarquia temporal perceptiva entre o sistema perceptivo de processamento da cor e o sistema perceptivo de processamento do movimento e, conseqüentemente, uma hierarquia temporal entre as experiências conscientes advindas destes sistemas.

Esta assincronia perceptiva dos diferentes módulos do sistema visual se torna um grande obstáculo ao se tentar sustentar qualquer espécie de unidade temporal da experiência visual consciente. Segundo o autor, já que o processamento e, portanto, a percepção da cor e do movimento ocorrem em períodos distintos, a nossa impressão de conexão entre as duas experiências se dá pelo fato de o cérebro ligar, de algum modo, a experiência de cor ocorrida em t e a experiência de movimento ocorrida em t_1 (ZEKI, 1998, p. 369).

Podemos sintetizar o pensamento de Semir Zeki exposto até aqui como mostrando a impossibilidade de duas formas de compreensão da unidade da consciência visual e, conseqüentemente, da unidade da consciência como um todo. Primeiro, é impossível que a unidade da consciência seja uma característica derivada de alguma região do cérebro para onde convergem todas as informações processadas pelos vários sistemas perceptivos, pois não há nenhuma região do cérebro caracterizada somente por receber os inputs destes sistemas como um terminal. Segundo, é impossível que a unidade temporal da consciência visual resulte de uma espécie de sincronizador das atividades submodulares devido à assincronia perceptiva dos sistemas de cor e movimento (o que provoca obviamente uma assincronia das experiências conscientes). Isto fica explícito nesta passagem do artigo de Zeki:

Estas duas características – paralelismo e hierarquia temporal – permitem testar a proposição geral de que a atividade em um sistema perceptivo de processamento individual ou em um determinado nível de um sistema perceptivo de processamento também tem consciência como correlato, sem necessariamente implicar em atividade no conjunto inteiro de sistemas paralelos, e que sistemas perceptivos de processamento individuais não têm de relatar os resultados de suas atividades a uma área central (ou áreas) do cérebro que são capazes sozinhas de dotar os sistemas com um componente consciente. Isto nos permite, em suma, verificar a proposição de que a consciência visual não é um estado unitário, mas algo distribuído, modular. (ZEKI, 1998, p. 370)

2.1.2.2 Tese da unidade da consciência

A tese dos blocos de construção da consciência levanta uma questão crucial que necessita ser respondida pelos seus defensores e que é muito discutida na psicologia cognitiva e na neurofisiologia: o problema da integração das experiências conscientes. Como cada micro-consciência específica pode se ligar a inúmeras outras para, em casos normais, dar a aparência de uma sequência unificada relativa a um único sujeito? Como é possível que diferentes experiências visuais conscientes convirjam para a formação de uma única imagem?

É imprescindível para uma concepção fragmentária da consciência explicar esta disposição cerebral à integração.

John Searle propõe uma concepção unitária da consciência denominada de campo consciente unificado. Ele defende que o indivíduo possui um campo unificado de consciência que é modificado de várias formas pelos estímulos a que é submetido, e não que micro-consciências distintas surgem de cada estímulo. Segundo esta concepção, uma consciência base pré-existente é o que possibilita os inúmeros estados conscientes que um indivíduo pode ter. O problema da integração dos estados conscientes, pelo menos do modo como é posto à teoria dos blocos de construção, não surge para esta outra teoria, visto que todos os estados conscientes específicos interagem na medida em que são modificações de um único e mesmo campo de consciência.

A tese do campo consciente unificado parece tornar muito mais plausível o modo como estes diversos estímulos que me afetam concomitantemente podem resultar em diversas experiências conscientes relativas a um único sujeito. Deste modo, a busca da neurociência pelos correlatos neurais da consciência não deve se restringir à busca pelo CNC da visão, da audição e etc., mas pelo CNC do campo de consciência unificado como, por exemplo, padrões massivos de descargas eletroquímicas no sistema tálamo-cortical. Esta posição é descrita por Searle deste modo:

Em vez de pensar meu estado atual de consciência como constituído de várias partes – a percepção da tela do computador, o som do riacho lá fora, as sombras projetadas na parede pelo sol do fim da tarde –, devemos pensar tudo isso como modificações e formas que o campo consciente basal subjacente assume depois de meus terminais nervosos periféricos serem acionados pelos vários estímulos externos. Do ponto de vista da pesquisa científica, isto implica que devemos pesquisar a consciência como característica cerebral que resulta das atividades de grandes massas de neurônios, característica esta que não pode ser explicada pelas atividades de neurônios individuais. (SEARLE, 2010 b, p. 86)

A noção de campo consciente unificado é intimamente ligada à noção de subjetividade. A admissão de que necessariamente toda experiência consciente só é possível na medida em que é instanciada por um sujeito implica, segundo Searle, em um único centro de consciência. Esta noção e todas as outras variações daquela que podemos caracterizar como uma concepção de unidade subjetiva não só são plausíveis como são verdadeiras por definição, uma vez que o conjunto de experiências de um sujeito em certo tempo são, necessariamente, subjetivamente unificadas. Porém, estas concepções unitárias que se valem do sujeito para se legitimar não trazem à tona contribuições mais substanciais para a ideia de unidade da consciência. A extensão explicativa das concepções de unidade subjetiva não dá

conta de casos específicos onde é possível observar certa “desunião” da consciência, como será exposto posteriormente.

Apesar da impossibilidade de justificarmos a tese da unidade da consciência baseando-a nas concepções de unidade explicitadas até aqui, David Chalmers alega que existe um modo de justificá-la. Podemos fazê-lo se considerarmos que as múltiplas microexperiências conscientes de um indivíduo são subsumidas em um único estado de consciência abrangente. Na visão de Chalmers, este estado consciente total não deve ser caracterizado apenas como uma conjunção das inúmeras experiências do sujeito, o que poderia incorrer nos problemas atribuídos à unidade subjetiva, mas como um estado consciente por si próprio.

2.1.2.2.1 Unidade psicológica, falha da unidade psicológica e unidade fenomenal

A partir da distinção entre os dois conceitos de consciência é possível formular duas noções de unidade correspondentes a estes conceitos (embora Chalmers, em seu artigo “*What is the unity of consciousness?*”, utilize a nomenclatura apresentada por Ned Block para se referir a ambos os conceitos de consciência, nós continuaremos utilizando a nomenclatura proposta por Chalmers para que não haja uma quebra terminológica no texto.). Dois estados psicologicamente conscientes são psicologicamente unificados quando o conteúdo de ambos pode ser acessado pelo indivíduo ao mesmo tempo, ou seja, o conteúdo de ambos deve ser conjuntamente acessível ao indivíduo de forma que eles podem desempenhar determinada função no interior do sistema. A outra noção de unidade é denominada de unidade fenomenal e ocorre quando dois estados fenomenais são conjuntamente experimentados de modo que existe algo que é como estar em ambos ao mesmo tempo. Neste momento trataremos da associação entre unidade fenomenal e unidade psicológica com a concepção de unidade subsumida que, segundo Chalmers, é a concepção mais forte de unidade.

Chalmers assume que um conjunto de estados conscientes é subsumidamente psicologicamente unificado quando a conjunção de seus conteúdos é disponível para relato verbal e para controle comportamental e do raciocínio do sujeito em determinado tempo (cf. CHALMERS, 2003, p. 10). Digamos que um sujeito possui simultaneamente um estado consciente A com conteúdo X e um estado consciente B com conteúdo Y. Tais estados conscientes A e B do sujeito serão subsumidamente psicologicamente unificados se e somente se a conjunção de seus conteúdos, no caso X&Y, executa alguma determinada função no interior do sistema cognitivo do sujeito. Em outras palavras, a unidade psicológica subsumida se dá quando o sujeito está psicologicamente consciente do estado conjuntivo que subsume os

estados originais A e B, isto é, quando o sujeito é psicologicamente consciente do estado abrangente A&B que possui conteúdo X&Y.

Para exemplificar a unidade psicológica subsumida (por brevidade a chamaremos de unidade psicológica), imagine que estou consciente de um carro parado à minha frente com o som ligado. Meu estado de consciência nesse caso é um estado que abrange dois estados conscientes mais específicos, um que se refere ao carro e o outro à música. Devido ao meu acesso ao estado abrangente, posso relatar que a música que está tocando no carro é “Comportamento geral” de Gonzaguinha. Também é possível que, ao acessar esse estado, eu produza o comportamento de ir ao carro e aumentar o volume do som. Sendo assim, a acessibilidade ao conteúdo do estado que subsume os estados perceptivos individuais possibilita a execução de uma função.³

Por sua vez, a associação entre a unidade fenomenal e a unidade subsumida é denominada pelo autor de 'unidade subsumida fenomenal'. Um conjunto de estados é subsumidamente fenomenalmente unificado quando existe um estado fenomenal abrangente que reflete o que é como estar em cada um dos estados fenomenais individuais que compõem este conjunto simultaneamente. Se A e B são estados fenomenalmente conscientes de um sujeito em determinado tempo, existe algo que é como o sujeito estar em A, e existe algo que é como o sujeito estar em B. De acordo com o autor, estes estados serão subsumidamente fenomenalmente unificados se e somente se existe algo que é como estar em um estado fenomenal conjuntivo A&B que subsume cada um dos estados individuais. Pondo em outros termos, a unidade subsumida fenomenal (por brevidade chamaremos de unidade fenomenal) se dá quando o sujeito possui um estado abrangente A&B cuja fenomenologia reflete simultaneamente a fenomenologia dos estados individuais A e B.

Por exemplo, quando bebo uma dose de uísque enquanto escuto uma música de Gonzaguinha, ocorrem dois estados fenomenais: um que é como degustar o uísque e outro que é como ouvir a música. No entanto, embora distintos, é plausível que exista algo que é como estar em ambos simultaneamente, isto é, um estado fenomenal cuja experiência qualitativa nada mais é do que a conjunção das experiências qualitativas de degustar o uísque e de ouvir a música. Sendo assim, a concepção de unidade fenomenal aponta para a existência de um único estado fenomenal total cuja experiência qualitativa deriva da conjunção das

³ Deve-se explicitar que para um estado ser psicologicamente consciente não é necessário que o conteúdo deste seja efetivamente acessado, mas que seja potencialmente acessível. Como corolário, a unidade psicológica não necessita que o conteúdo conjuntivo dos estados seja simultaneamente acessado, contudo é necessário que este conteúdo conjuntivo seja simultaneamente acessível.

experiências qualitativas referentes aos inúmeros estados fenomenais individuais que o sujeito possui em determinado momento.

Pode ser objetado que esta concepção de unidade é tão trivial quanto a concepção de unidade subjetiva, visto que a conjunção de todos os estados fenomenais de um sujeito em determinado tempo implica obviamente em uma certa unidade. Contudo, o que há de substancial na concepção de unidade fenomenal é que esta afirma que a conjunção dos estados fenomenais individuais é por si só um estado fenomenal total, cuja fenomenologia subsume a fenomenologia dos estados individuais do sujeito. Em outras palavras, é óbvio que a conjunção das experiências qualitativas de um sujeito em determinado tempo implica em uma unidade, porém não é óbvio que a esta unidade corresponda por si só uma experiência qualitativa. Vejamos como Chalmers expõe esta concepção de unidade:

Como um caso especial, podemos dizer que o conjunto de todos os estados conscientes de um sujeito em determinado tempo é fenomenalmente unificado se existe algo que é como para o sujeito ter todos estes estados imediatamente, onde esta fenomenologia subsume a fenomenologia dos estados individuais. Se assim for, então o sujeito tem um estado fenomenal total que abrange todos os estados fenomenais do sujeito. Pode-se pensar de um estado fenomenal total como capturando o que é como ser o sujeito em determinado tempo. (CHALMERS, 2003, p. 12)

A diferenciação entre unidade psicológica e unidade fenomenal nos possibilita a compreensão de casos particulares onde parece ocorrer certa “desunião” da consciência, como falamos anteriormente. Chalmers formula a tese da unidade psicológica (utilizando a terminologia de Block) como se segue: “Necessariamente, todo conjunto de estados acesso-consciente do sujeito em determinado tempo é acesso-unificado” (CHALMERS, 2003, p. 11). Entretanto, esta tese suscita alguns problemas. O primeiro deles é que esta generalização é muito improvável. Em um dado espaço de tempo o sujeito possui um grande número de estados psicologicamente conscientes, de modo que a conjunção de todos estes estados psicologicamente conscientes se torna algo tão complexo que parece impossível um sistema cognitivo que possui certas limitações relatar ou guiar seu raciocínio e comportamento tendo em vista a conjunção completa.

Esta não é a única dificuldade enfrentada pela tese da unidade psicológica. É bem verdade que é possível que um sujeito, ao estar psicologicamente consciente do conteúdo X de um estado psicologicamente consciente A e do conteúdo Y de um estado psicologicamente consciente B, estará também psicologicamente consciente da conjunção X&Y. Porém dizer que isso é necessário é inviável. Ao analisar os resultados de alguns experimentos científicos isto fica patente. Um experimento citado por Chalmers é o de George Sperling.

O experimento de Sperling consiste em apresentar a um indivíduo durante apenas 250 milissegundos uma matriz que possui três linhas com quatro letras cada. Após a matriz se apagar o indivíduo era interpelado para que relatasse o conteúdo de cada linha individualmente. Em média, os indivíduos que participaram do experimento acertaram 3.3 de quatro letras. Porém, quando questionados sobre o conteúdo da matriz inteira, os participantes acertaram em média 4.5 de doze letras.

Embora esteja sujeito a diferentes interpretações, o experimento parece indicar que os indivíduos estavam psicologicamente conscientes dos conteúdos das linhas L1, L2 e L3 separadamente, mas o conteúdo da matriz não estava disponível para relato verbal e muito menos para controle do raciocínio e do comportamento do indivíduo. Mas se o conteúdo conjuntivo dos estados psicologicamente conscientes do sujeito em determinado tempo não é psicologicamente unificado, então a tese da unidade psicológica é falsa. Essa é a conclusão de Chalmers (Cf. CHALMERS, 2003, p. 15).

Se analisarmos minuciosamente os casos *split-brain* que foram descritos anteriormente a partir do quadro teórico proporcionado pela distinção entre os conceitos de consciência e de unidade, respectivamente, podemos chegar à conclusão de que eles também refletem uma falha da unidade psicológica.

Partindo do pressuposto de que a secção do corpo caloso não provoca a separação de duas consciências distintas criando assim dois sujeitos⁴, parece evidente que o sujeito tem acesso tanto ao estado psicologicamente consciente originado pelos inputs advindos do campo visual esquerdo, quanto ao estado psicologicamente consciente originado pelos inputs advindos do campo visual direito, mas não tem acesso ao conteúdo conjuntivo de ambos. Como no exemplo dado na subseção 2.1.2.1.1, o indivíduo está psicologicamente consciente da imagem da pedra colocada em seu campo visual direito (controlado pelo hemisfério esquerdo) como prova o fato de ele poder relatar a existência da pedra, como também está psicologicamente consciente da imagem da flor colocada em seu campo visual esquerdo (controlado pelo hemisfério direito), pois se pedirmos para escrever com a mão esquerda o nome do objeto que vê o indivíduo escreverá “flor”. Entretanto, em nenhum momento ele relata a existência simultânea das duas imagens quando perguntado pelo examinador, o que é um forte indício de que não está psicologicamente consciente do conteúdo conjuntivo de ambos os estados. Novamente, o que vemos nos experimentos de Gazzaniga com pacientes

⁴ Suposição esta aceita por Teixeira, como mostra a última citação da subseção 2.1.2.1.1. Note, porém, que a distinção entre dois sujeitos portadores de duas consciências distintas, ainda permanece compatível com a tese da unidade na medida em que esta exige a existência de uma única consciência para cada sujeito.

split-brain é mais um caso de falha da unidade psicológica, porque o conteúdo conjuntivo dos estados psicologicamente conscientes do sujeito em determinado momento não está disponível para possibilitar o relato verbal ou o controle deliberado do raciocínio e do comportamento.

2.1.2.2.2 Unidade fenomenal

Os argumentos explicitados na subseção anterior demonstram que em certo sentido existe uma “desunião” na consciência, contudo isto não implica que a consciência é em si algo completamente fragmentado, há ainda um sentido forte em que a unidade da consciência perdura. Isto se justifica pelo fato de que a falha da unidade psicológica não implica necessariamente na falha da unidade fenomenal. Os casos de falha na unidade psicológica descritos acima permanecem compatíveis com a unidade fenomenal subjacente e é sobre isto que argumentaremos agora.

Realmente parece inconcebível pensar em um sujeito que possui dois estados fenomenais simultâneos sem que haja algo que é como estar em ambos ao mesmo tempo, sem a existência de uma fenomenologia que subsuma a fenomenologia de todos os estados instanciados pelo sujeito em determinado momento. Recorrendo à nossa análise dos experimentos de Sperling e dos casos *split-brain*, é possível conceber que a unidade fenomenal do sujeito resiste à falha de sua unidade psicológica, de modo que a tese da unidade fenomenal formulada por Chalmers não é falseada nestes casos.

Nos experimentos de Sperling, independente do que venha a ser experimentado pelo sujeito ao ver as linhas individuais, não há razão para supor a ausência do aspecto fenomenológico de ver a matriz inteira. Se a experiência qualitativa do sujeito ao ver as linhas individuais for da forma detalhada de cada letra, então a fenomenologia que subsumirá as experiências qualitativas individuais envolverá as formas detalhadas das doze letras. Por outro lado, se a experiência qualitativa do sujeito ao ver as linhas individuais não for da forma detalhada de cada letra, então a fenomenologia que subsumirá as experiências qualitativas individuais envolverá algo um tanto nebuloso.

O mesmo vale para os pacientes *split-brain*. Por mais que o sujeito não seja psicologicamente consciente do conteúdo conjuntivo de seus estados, isto não implica que ele não seja fenomenalmente consciente da pedra e da flor em seu campo visual. Estes casos parecem mostrar que em algumas situações a consciência psicológica e a consciência fenomenal não são interligadas, o sujeito pode ser fenomenalmente consciente da conjunção de estados, mas não psicologicamente consciente dela. A partir da premissa da falha da

unidade psicológica não é possível deduzirmos a falha da unidade fenomenal, não existem evidências que nos levem a esta negação. Nestes casos é plausível assegurar que o sujeito experimenta ambas as experiências conscientes. Estabelecer a falha da unidade fenomenal requer argumentos suplementares. O que nos leva a pensar que a unidade psicológica implica em uma unidade fenomenal, mas não o inverso.

Outro ponto que deve ser mencionado sobre a unidade fenomenal é que a relação de subsunção que é crucial para postular a existência desta unidade é mantida entre *tokens* de estados conscientes. Além disso, como ressalta Chalmers (CHALMERS, 2003, p. 21), esta relação muito provavelmente possui três propriedades formais de profunda importância: (I) é uma relação reflexiva, ou seja, um estado fenomenal subsume ele mesmo; (II) é uma relação transitiva, ou seja, se um estado fenomenal A subsume um estado fenomenal B, e B subsume um estado fenomenal C, então A subsume C; (III) é uma relação antissimétrica, isto é, se o estado fenomenal A subsume um estado fenomenal B e B, por sua vez, também subsume A, então o estado fenomenal A é idêntico ao estado fenomenal B.⁵

Devemos notar que a propriedade de reflexividade estabelecida na relação de subsunção elimina a possibilidade de se objetar a regressão ao infinito. Por exemplo, pode-se objetar que se um estado fenomenal A subsume os estados B, C e D, então se faz necessário a existência de um estado fenomenal adicional X que garanta a união de A, B, C e D, e a existência de outro estado fenomenal Z que garanta a união de X, A, B, C e D, e assim por diante. De fato, dado que um estado fenomenal subsume a si mesmo, não há necessidade de um estado X para subsumir A e seus componentes.

Um aspecto que torna esta concepção de unidade fenomenal da consciência uma concepção substancial, além daqueles já expostos, é que o fator preponderante para caracterizar um estado consciente como possuidor de uma propriedade fenomenal, a saber, a existência de algo que é como estar neste estado, é o mesmo fator preponderante para caracterizar a unidade fenomenal entre estados distintos. Aquilo que determina a união de dois estados não é nada além daquilo que determina os próprios estados enquanto tais, isto é, não existe uma segregação entre a união e os estados fenomenalmente conscientes. Se este não fosse o caso seria possível imaginarmos uma situação onde dois estados fenomenais distintos não são unificados por não partilharem do fator que possibilita a união.

⁵ As propriedades reflexiva, transitiva e antissimétrica caracterizam a relação de continência na teoria dos conjuntos.

Em resumo, foi exposto nesta subseção dedicada à unidade da consciência que duas possíveis concepções desta se mostraram inviáveis. Primeiramente, devido ao paralelismo dos sistemas perceptivos de processamento, a unidade da consciência enquanto uma região central do cérebro não é possível, pois não existe nenhuma região do cérebro para onde convirjam todas as informações processadas pelos diversos sistemas perceptivos de processamento. Todos os sistemas perceptivos de processamento são capazes de, individualmente, gerarem experiências conscientes. Em segundo lugar, a unidade temporal também deve ser descartada. De acordo com os experimentos de Zeki, a constatação de uma assincronia perceptiva entre os sistemas de cor e movimento implica em uma assincronia das experiências conscientes oriundas destes sistemas. Desta forma, a concepção de unidade temporal da consciência não se sustenta. Porém, a constatação da grande modularização de nosso cérebro não implica necessariamente na adoção de uma compreensão fragmentária da consciência. De fato, existe um problema capital a ser respondido por esta concepção: o problema da integração. A noção de unidade da consciência é tão fortemente intuitiva que os resultados das experiências apresentadas não são suficientes pra abandoná-la.

2.1.3 Intencionalidade

Derivada do termo latim *intentio*, que significa uma movimentação para ou em direção a algo, a intencionalidade é definida por John Searle desse modo: “Intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de objetos e estados de coisas no mundo.”(SEARLE, 2002 a, p. 1). Ou seja, é uma característica de estados mentais em geral de se dirigem a outra coisa que não eles mesmos, de se reportarem acerca de algo, ou mesmo de serem orientados para um objeto ou estado de coisas no mundo. Por exemplo, minha lembrança de meu cachorro Zico, é um estado consciente intencional que se refere ao meu cachorro, e a percepção que tenho do som que está tocando na rua, é uma percepção direcionada a este som. Esta característica também se encontra presente quando nos remetemos ao passado e ao futuro. Minha crença de que Bob Marley e The Wailers fizeram um show memorável em Santa Bárbara, Estados Unidos, em 1979, é um estado mental acerca do show desta banda. Já o nervosismo que sei que tomará conta de mim no dia da defesa desta dissertação, é um estado consciente intencional sobre este fato. De forma resumida, intencionalidade é a capacidade de dirigir-se a algo e os objetos aos quais os estados conscientes intencionais são direcionados são denominados de objetos intencionais.

Grandes avanços sobre a pesquisa acerca da intencionalidade se devem aos estudos realizados por Franz Brentano, em sua obra intitulada “Psicologia do ponto de vista empírico” (1874). De acordo com Brentano, este aspecto representacional dos estados mentais é o que os delimita e o que os diferencia de todos os outros fenômenos, isto é, a intencionalidade dos estados mentais, enquanto característica que os torna voltados a algo, é aquilo que demarca o domínio do mental, a característica central dos “fenômenos psíquicos”. Em outras palavras, Brentano defendia que todo fenômeno psíquico é intencional, e que esta é uma característica exclusivamente mental. Como corolário, nenhum objeto físico dispõe da característica de dirigir-se a algo, haja vista que esta é exclusivamente atribuída aos fenômenos psíquicos.

Em sua exposição da intencionalidade, Brentano introduziu a noção de “inexistência intencional” como sendo a capacidade de algo existir somente enquanto representação mental independentemente de sua materialidade. O prefixo “in” de inexistência se refere à localização e não à negação da existência disto ao qual estou me direcionando através de minha representação mental. Sendo assim, esta noção retrata a “in-existência”, ou existência em, uma representação mental. Minha lembrança de meu cachorro Zico é um estado consciente intencional referente a um ser que realmente possui um corpo material, é plenamente concebível me reportar a ele mesmo que não esteja aqui ao meu lado. Porém, por vezes nos direcionamos a algo que não possui existência efetiva, algo que não possui um referente material. Quando numa conversa com um amigo eu me refiro a João Grilo, personagem de O Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna, obviamente me refiro a um ser que não existe efetivamente, um ser que não possui nenhuma referência em nosso mundo, contudo ele existe em uma representação mental, existe enquanto uma representação que me direciona a um personagem da literatura.

Esta possibilidade de dirigir-me a algo que não existe efetivamente implica no fato de que a intencionalidade não se configura como uma relação propriamente dita. Seja numa relação onde P causa Q, ou seja numa relação assimétrica onde o indivíduo Y é mais velho que o indivíduo X e mais novo que o indivíduo Z, se faz necessário a existência de todos os elementos envolvidos, isto é, numa relação qualquer é pressuposto que todos os *relata* existam efetivamente. Este pressuposto, contudo, não está presente em diversos casos de estados conscientes intencionais como, por exemplo, na alucinação. Apesar da semelhança formal (P causa Q; X alucina Y), o objeto sobre o qual o indivíduo forma esta alucinação não existe.

Logo, a intencionalidade não se configura como uma relação, porque muitos estados mentais pressupõem somente a existência do agente cognitivo, por esta razão, Brentano chamava a intencionalidade de uma “quase relação”. Outro fato que corrobora esta afirmação é que a generalização existencial não se aplica à intencionalidade, ao contrário das outras relações. Partindo da relação de causação que utilizei de exemplo, P causa Q, pode-se inferir que $\exists x \exists y (x \text{ causa } y)$. Esta mesma inferência não pode ser realizada com a alucinação.

Decorre desta concepção que a intencionalidade é a marca do domínio mental, pois todo estado consciente representa um objeto intencional que in-existe intencionalmente, de forma que intencionalidade é uma característica intrínseca à consciência. É possível afirmar que ser consciente é ser consciente de algo. Isto demonstra a proximidade da tese de Brentano e do pensamento de Michael Tye (2009) na medida em que este defende que só estamos conscientes de um objeto qualquer quando a representação deste objeto faz parte do conteúdo de nosso estado consciente e a partir dela podemos executar uma atitude proposicional sobre tal objeto. Em outras palavras, Tye assegura que um indivíduo só está consciente de algo, seja este algo efetivamente existente ou não, quando isto se configura como objeto intencional in-existente intencionalmente enquanto conteúdo do estado consciente do indivíduo. Uma vez que este algo está representado no estado consciente, torna-se possível que o indivíduo se reporte a ele.

Para que o pensamento de Tye fique mais claro, tomemos este exemplo do autor. Imaginemos que uma mariposa pousa no tronco de uma árvore e fica completamente camuflada. Eu vejo a árvore por completo, tenho uma visão nítida de seu tronco, porém não noto a presença da mariposa. Não percebo nem mesmo a existência de qualquer inseto no tronco. Nesta situação é possível afirmar que estou consciente da mariposa? Alguns defendem a ideia de que estou consciente da mariposa na medida em que, por ter uma visão nítida do tronco, tenho uma experiência visual consciente de uma determinada área marrom do tronco, área na qual a mariposa está pousada. Para justificar este posicionamento argumenta-se que, caso a mariposa mudasse de cor, novamente eu possuiria uma experiência visual consciente de uma área do tronco vermelha, por exemplo. Assim, se estou consciente de uma determinada área do tronco, seja marrom ou vermelha, estou consciente da mariposa pousada nesta área.

Entretanto, a experiência visual consciente de uma determinada área do tronco da árvore é uma experiência consciente que representa apenas esta determinada área do tronco da

árvore, e não a mariposa que está nessa área. Conseqüentemente, a mariposa não é o objeto intencional conteúdo de minha experiência consciente. De posse desta experiência consciente seria impossível que eu perguntasse, por exemplo, “O que é aquilo no tronco da árvore?”, pois minha experiência não representaria algo na árvore, mas apenas uma área do tronco da árvore. A experiência consciente de ver a mariposa é somente aquela na qual a mariposa é o objeto intencional conteúdo da minha experiência visual consciente. Como corolário, sou consciente da mariposa se meu estado consciente representa a mariposa. Vejamos esta passagem de Tye:

A sugestão geral, então, é como se segue: Se meu estado fenomenalmente consciente é tal que, no mínimo, me torna capaz de ao menos perguntar “O que é isso?” com respeito a alguma entidade, e o faz diretamente com base de seu caráter fenomenal sozinho, então estou consciente dessa entidade. (TYE, 2009, p. 14)

Não irei me deter em toda a problemática que envolve a intencionalidade para que não percamos o foco de nossa discussão, mas devemos esclarecer rapidamente um ponto acerca da tese de Brentano de que todo fenômeno mental é intencional e que esta é uma característica exclusivamente mental. Alguns filósofos, dentre eles Searle, acreditam que nem todo estado consciente é intencional, sendo estas características completamente dissociáveis. Vejamos este trecho de Searle:

Nem todos os estados conscientes têm intencionalidade neste sentido. Há estados de ansiedade ou depressão, por exemplo, nos quais não há uma razão específica para uma pessoa estar ansiosa ou deprimida; pode ser apenas um mau humor. Não se trata, por tanto, de um estado intencional. (SEARLE, 2010, p. 9, 10)

De acordo com a concepção searliana, estes estados citados por ele não se referem a nada específico, visto que esta ansiedade e esta depressão descritas não possuem motivo aparente. Disto Searle conclui que estes, apesar de conscientes, não são estados intencionais. No entanto, a depressão e a ansiedade, em última instância, se referem à situação do sujeito portador destes estados no mundo, ou seja, apesar de não apontarem um motivo pelos quais se dão, estes estados conscientes são intencionais pelo fato de inexoravelmente serem direcionados ao indivíduo que os instancia. Pode haver depressões que não são vinculadas a nenhum estado de coisas do mundo, porém não há depressão que não se refira à situação do sujeito depressivo no mundo. Do mesmo modo alguns argumentam que experiências sensoriais como a dor não são intencionais. A dor é acerca de que? Neste caso a resposta é ainda mais fácil! A dor é uma representação sensorial de uma mudança ocorrida em estados físicos internos ou externos, uma representação de um dano qualquer que afeta o organismo neste instante. Deste modo, a dor é um estado consciente intencional que se direciona a uma parte específica do corpo onde a dor é sentida.

2.2 Síntese da caracterização da consciência.

A subseção que se encerrou teve como objetivo a delimitação do nosso objeto de estudo: a consciência. Contudo, atribuir uma definição minuciosa da consciência que não gere diversos problemas está longe de ser uma tarefa simples, devido à amplitude deste conceito e dos pressupostos que podem estar envolvidos dependendo do quadro teórico que se assuma. Em virtude disto evitamos tal tarefa e voltamos nossos esforços para uma caracterização geral do nosso objeto de estudo que será sintetizada em poucas palavras nesta subseção. Assim, o objetivo da primeira parte do segundo capítulo foi expor três características fundamentais da consciência: seu aspecto subjetivo, a unidade e a intencionalidade.

O aspecto subjetivo da consciência, característica que constitui o cerne de nosso objeto de estudo, certamente é o principal entrave para o estudo científico da consciência. O aspecto subjetivo da consciência é uma característica que se deve à necessidade da existência de um indivíduo enquanto condição de possibilidade para a instanciação dos estados conscientes, ou seja, todo estado consciente pressupõe, obviamente, a existência de um indivíduo que o experimenta. Isto leva a supor a existência de algo sempre inescrutável ao conhecimento de terceira pessoa. Em outras palavras, a perspectiva objetiva parece ser incapaz de capturar aquilo que é como ser o indivíduo que experimenta determinada sensação a partir de seu próprio ponto de vista. Supõe-se que há um aspecto qualitativo intrínseco às nossas experiências conscientes denominado de *qualia*. Os *qualia*, portanto, constituem algo irreduzível e inacessível a outros indivíduos exceto aquele que os instancia, são os aspectos qualitativos de nossas experiências conscientes.

Por outro lado a consciência não se resume aos *qualia*, haja vista que os estados cognitivo-intencionais não têm como principal característica a existência deste aspecto qualitativo que representa aquilo que é como para o indivíduo vivenciar determinada experiência, mas sua característica central, por outro lado, é a execução de determinada função causal/explicativa do comportamento. Processos cognitivo-intencionais tais como a aprendizagem são plenamente funcionalmente analisáveis, isto é, o que há de essencial no conceito destes estados pode ser apropriadamente expressado de acordo com a função que ele executa no interior do sistema cognitivo do indivíduo. Deste modo se constituem como estados conscientes funcionalmente redutíveis cuja associação aos *qualia* é apenas contingencial.

A existência desta ambiguidade inerente ao conceito de consciência indica que sob a extensão do conceito de consciência estão tanto os *qualia*, que são os estados conscientes caracterizados por seu aspecto qualitativo, quanto os estados cognitivo-intencionais, que são os estados funcionalmente explicáveis. Isto denuncia a necessidade da distinção do conceito de consciência em dois: consciência fenomenal – referente aos *qualia*; e consciência psicológica – referente aos estados cognitivo-intencionais. Em síntese, a subseção 2.1.1 se destina à exposição de uma abordagem bi-dimensional do conceito de consciência que objetiva evitar a ambiguidade do uso deste conceito e focar em um ou em outro aspecto relevante da consciência.

A subseção 2.1.2 basicamente consiste na exposição da concepção fragmentária e da concepção unitária da consciência. Experimentos científicos como, por exemplo, o *split-brain*, indicam que o cérebro é organizado em módulos autônomos destinados a determinados aspectos de nossas experiências conscientes e cujas funções são executadas independentemente das funções dos outros módulos. Estes experimentos constituem o fundamento da concepção fragmentária da consciência. Concepção esta que se baseia na tese dos blocos de construção da consciência que afirma, por sua vez, que a consciência é formada pela sobreposição de inúmeras micro-consciências relativas às experiências conscientes geradas pelos diversos módulos de nosso cérebro. Consequentemente os estados e processos conscientes que atuam na realização de funções em nosso organismo não são necessariamente interligados, o que implica na falha de qualquer suposta unidade psicológica da consciência.

Não obstante estes argumentos não conduzem à negação de algum tipo de unidade referente ao outro aspecto da consciência, a saber, a consciência fenomenal. Apesar de a autonomia dos módulos cerebrais indicarem uma falha da unidade referente à consciência psicológica, ainda é possível supor uma unidade fenomenal da consciência. Na verdade todo indivíduo possui diversas experiências conscientes a todo o momento, agora, por exemplo, tenho a experiência tátil consciente do teclado do computador, a experiência visual consciente da tela do computador e a experiência consciente do vento batendo em minhas costas. Parece contra-intuitivo imaginar que eu experimento aquilo que é como experimentar a primeira experiência consciente, a segunda e a terceira sem, contudo, experimentar aquilo que é como estar em todas estas ao mesmo tempo. Assim, defendemos que todos os *qualia* instanciados pelo indivíduo em determinado período são subsumidos em um estado qualitativo reflexivo que espelha aquilo que é como experimentar todas as experiências conscientes a que o sujeito

se submete neste espaço de tempo. Esta argumentação, em resumo, fundamenta a concepção de unidade fenomenal da consciência.

Por fim, a subseção 2.1.3 se destina à exposição da intencionalidade. Intencionalidade é a característica dos estados conscientes de se dirigirem a algo, de se direcionarem a objetos ou estados de coisas no mundo. De acordo com Brentano, a intencionalidade se configura como a marca do domínio mental visto que estar consciente é estar consciente sobre algo, ou seja, todo estado consciente possui um objeto intencional como seu conteúdo. Por vezes outros autores afirmam que estados sensoriais como a dor, apesar de conscientes, não são intencionais. Contudo a dor é um estado consciente intencional, pois se trata de uma representação sensória de uma mudança ocorrida em estados físicos internos ou externos, seu objeto intencional, neste caso, é a representação de um determinado dano ao organismo

Deve-se ressaltar também que o objeto intencional ao qual meu estado consciente se refere não necessariamente precisa existir de fato, pois é possível que o objeto intencional seja fruto de uma alucinação ou mesmo que o indivíduo se refira a um personagem literário, por exemplo. Por esta razão foi introduzida a noção de “in-existência intencional” como a capacidade de algo existir apenas enquanto representação mental. O prefixo “in” indica a localização disto a que o indivíduo se refere como algo presente no estado intencional. Como corolário, a capacidade de nos dirigirmos a algo que não existe efetivamente implica no fato de que a intencionalidade não se constitui como uma relação, haja vista que se pressupõe somente a existência do agente cognitivo, ao contrário das relações que necessitam da existência de todos os objetos envolvidos.

2.3 O problema fácil e o problema difícil da consciência.

Em decorrência da distinção imanente ao conceito de consciência exposta anteriormente na subseção 2.1.1, o assim chamado *problema da consciência* também deve ser distinguido em dois para que possa ser mais bem compreendido. Quando definindo a consciência, a ambiguidade presente neste conceito conduziu a uma fatoração deste em consciência psicológica e consciência fenomenal, do mesmo modo esta ambiguidade demonstra a necessidade da diferenciação entre o problema referente à consciência psicológica e à consciência fenomenal. Faz-se necessário fatorar o problema da consciência entre, por um lado, aqueles concernentes aos estados cognitivo-intencionais e, por outro lado, aqueles que se referem à experiência consciente.

Os aspectos psicológicos da consciência levantam muitos problemas técnicos para a ciência cognitiva, porém não suscitam enigmas metafísicos complexos. Entendida enquanto ciência da simulação, a ciência cognitiva objetiva a reprodução das propriedades determinantes para a organização funcional de um sistema, ou sua invariante organizacional (cf. TEIXEIRA, 2004, p. 21), no intuito de construir um modelo psicológico que possa ser efetivamente testado. Deste modo o que está em jogo nesta concepção não é a replicação de todos os aspectos da vida mental de um ser humano, mas a reprodução das relações causais estabelecidas em um sistema cognitivo tendo em vista a relação entre input e output. Tomando as explicações funcionais padrão, a redução de processos cognitivo-intencionais como a aprendizagem aos mecanismos subjacentes relevantes para a execução de determinada função parecem suficientes para explicar aquilo que há de essencial neste processo. Em última instância, a aprendizagem pode ser caracterizada como a função causal presente quando determinado sistema físico complexo produz comportamento adequado em virtude de uma estimulação ambiental e este mesmo padrão de resposta é produzida novamente ao sofrer o mesmo tipo de estímulo. Seguindo o mesmo padrão, a capacidade de o sujeito acessar e relatar seus próprios estados internos pode ser explicada através da exposição dos mecanismos subjacentes relevantes que possibilitam a integração das informações obtidas pelos diversos sistemas perceptivos de processamento, o armazenamento destas informações e a disponibilidade destas para o relato verbal.

Embora possa haver divergências quanto à análise mais adequada acerca destas noções, o que há de essencial em aprender ou relatar estados internos são, respectivamente, a capacidade de o sujeito produzir comportamento adequado ao input ambiental, e a capacidade de expressar as informações internas linguisticamente. Genericamente falando, explicar um estado cognitivo-intencional é explicar o papel causal/explicativo realizado por ele no interior do sistema. Apesar de a ciência cognitiva estar longe de uma explicação completa destes estados, o quadro teórico funcionalista proporciona um programa de trabalho que fornece uma ideia plausível de como eles podem sê-los, e por esta razão são denominados por Chalmers de problemas fáceis (*easy problems*) da consciência (cf. CHALMERS, 1995, p.4). Em outras palavras, a possibilidade da análise conceitual em termos funcionais das noções atribuídas aos aspectos psicológicos da consciência nos faz vislumbrar um meio de explicá-las sem deixar nada crucial sobre estes de fora da explicação.

Este tipo de explicação redutiva é muito comum nas ciências da natureza, na genética podemos explicar os genes especificando o ADN como mecanismo subjacente que

executa a função de armazenar e transmitir hereditariamente informações para gerações subsequentes, por exemplo. No entanto, os *qualia* não são suscetíveis a este tipo de abordagem.

Por que quando nos cortamos com um objeto, além do estado cognitivo-intencional que executa um papel causal no interior de nosso sistema culminando na exteriorização de algum comportamento aversivo, surge uma experiência consciente que reflete o que é como estar em um estado de dor? Como explicar o fato de que quando olhamos um livro vermelho, além do processamento de informações captadas por nosso sistema visual, possuímos a sensação qualitativa da vermelhidão? Pondo em outros termos, por que determinados processos neurobiológicos dão origem a estados fenomenais, ou mesmo por que algumas propriedades psicológicas são acompanhadas por propriedades fenomenais? Esta é a enorme pedra no sapato das teorias reducionistas da consciência.

As limitações das teorias reducionistas no que concerne à explicação dos *qualia* podem ser demonstradas através de experimentos de pensamento fundamentados no argumento da conceitabilidade, isto é, na possibilidade de concebermos um mundo possível fisicamente indiscernível ao mundo atual, mas que não possui ou que apresenta estados qualitativos completamente diferentes dos atuais. Abordaremos rapidamente estes dois experimentos de pensamento para demonstrar a falha das explicações reducionistas.

O primeiro, também conhecido como argumento do zumbi, foi apresentado por Chalmers (cf. CHALMERS, 1996, p. 95) e consiste na possibilidade lógica de concebermos uma criatura fisicamente indiscernível ao ser humano, mas que não possui experiências conscientes. A ideia exposta por Chalmers através deste experimento de pensamento é bastante próxima do que pensou Descartes quando este defendeu que os animais eram seres meramente autômatos. Segundo o pensamento cartesiano, apesar de os animais apresentarem condições necessárias para a instanciação de uma vida mental, tendo em vista que eles possuem características físicas (*res extensa*) próximas às dos seres humanos, estas não são suficientes para a instanciação de uma mente imaterial (*res cogitans*). Consequentemente o comportamento dos seres autômatos é inteiramente explicável em termos mecanicistas, nada além da própria física é necessário para explicar seus comportamentos.

De forma genérica, o argumento do zumbi pode ser formulado de modo a tornar concebível um mundo zumbi que seria um mundo fisicamente idêntico ao atual, porém onde não ocorrem aspectos qualitativos das experiências conscientes. O fato de um zumbi ser

fisicamente idêntico a mim, por exemplo, significa que ele é uma réplica idêntica célula por célula a mim, e supondo que ele vive em um mundo fisicamente idêntico ao nosso, então ele se encontra imerso em um ambiente semelhante ao atual. Isto implica que este zumbi é funcionalmente análogo a mim. Enquanto estou tendo a experiência visual do livro vermelho à minha frente, a experiência tátil do teclado do computador e a sensação do vento que bate em minhas costas, o zumbi está processando as mesmas informações e, de acordo com elas, produzirá um comportamento adequado para os inputs do ambiente. Em suma, eu e o zumbi somos psicologicamente idênticos. Entretanto, não há qualquer experiência qualitativa envolvida nisto, não há nada que é como ser este zumbi.

Provavelmente a existência de uma criatura indiscernível a um ser consciente também seria consciente, na realidade, o que torna a ideia do zumbi descrita acima algo nomologicamente impossível. Porém o cerne da questão é a mera coerência conceitual, a situação descrita não reflete nenhuma contradição. A análise funcional das noções psicológicas de um ser humano e de um zumbi não demonstraria nenhuma diferença entre ambos, deste modo uma teoria que pretenda reduzir a consciência às propriedades funcionais instanciadas pelo sistema cognitivo deixaria as propriedades fenomenais intocadas. A mesma conclusão pode ser obtida através do segundo experimento de pensamento.

A incapacidade de uma teoria funcionalista tratar da consciência em toda sua amplitude também fica evidente em situações onde a identidade funcional não garante a identidade das experiências conscientes. O argumento do espectro invertido (cf. CHALMERS, 1996, p. 99; SHOEMAKER, 1982) consiste numa situação hipotética onde dois seres fisicamente indiscerníveis e, conseqüentemente, funcionalmente indiscerníveis possuem experiências qualitativas cromáticas invertidas. Por exemplo, imagine a situação onde dois indivíduos A e B olham em direção a um livro vermelho, mas A tem a experiência consciente do vermelho enquanto B tem a experiência consciente do azul. Independente do fato de ambos se referirem ao objeto como um livro vermelho, as experiências instanciadas por B são do mesmo tipo daquelas instanciadas por A quando este vê objetos azuis, e as experiências instanciadas por B ao ver objetos azuis são do mesmo tipo daquelas instanciadas por A ao ver objetos vermelhos. Mais uma vez a possibilidade lógica do argumento do espectro invertido mostra que a redução funcional da consciência não é capaz de transpor os obstáculos impostos pelos *qualia*.

A situação descrita acima que fundamenta o argumento do espectro invertido reflete um problema epistemológico tradicional na filosofia da mente: o problema das outras mentes. Embora sejam seres funcionalmente idênticos imersos em um mesmo ambiente, o que garante a semelhança dos estímulos e das respostas de ambos, o caráter subjetivo e inescrutável das experiências conscientes impossibilita o conhecimento efetivo daquilo que é experimentado pelo outro indivíduo em questão.

Como consequência da possibilidade lógica dos argumentos citados acima, chegamos à conclusão que as teorias funcionalistas não são capazes de responder por que, além das funções executadas por tais sistemas cognitivos, estes ainda possuem um aspecto qualitativo. A pergunta pela possibilidade de propriedades fenomenais está além da capacidade destes prismas teóricos reducionistas. Por esta razão Chalmers denomina o problema dos *qualia* como o problema difícil (*hard problem*) da consciência (cf. CHALMERS, 1995, p. 3), o verdadeiro problema da consciência. Do mesmo modo, obviamente, por se tratar de uma característica atribuída aos aspectos subjetivos da consciência, ou seja, por ser a unidade fenomenal da consciência um atributo referente à conjunção de todos os estados conscientes que refletem aquilo que é como ser o indivíduo em determinado momento, então não é possível vislumbrarmos uma explicação reducionista da unidade fenomenal considerando o aparato teórico-científico que dispomos no momento. Assim como as teorias reducionistas falham ao explicar os *qualia*, esta mesma falha é constatada ao tentarmos explicar a unidade fenomenal ou mesmo sua continuidade em casos onde ocorre uma quebra da unidade psicológica.

2.3.1 Lacuna explicativa.

Assim como a inacessibilidade às experiências conscientes do morcego, problematizada por Thomas Nagel, e o argumento do conhecimento proposto por Frank Jackson (ambos expostos na subseção 2.1.1), os argumentos de conceitabilidade expostos logo acima (argumento do zumbi e argumento do espectro invertido) parecem convergir para uma conclusão unívoca: os fatos físicos do mundo são insuficientes para explicar a consciência fenomenal. Supostamente, mesmo que venha a ser descoberto o correlato neural instanciado no momento em que vejo uma rosa vermelha, ainda parece obscuro por que experimento a “vermelhidão” da rosa. Genericamente falando, sejam os *qualia* idênticos a determinados processos ocorridos no sistema tálamo-cortical (no caso de teorias da identidade psicofísica), ou a determinadas funções causais/explicativas executadas no interior de um

sistema cognitivo tendo em vista seus inputs e outputs (no caso de teorias funcionalistas), ainda parece oportuna a pergunta: por que tenho experiências conscientes em geral? Em poucas palavras, tudo que foi apresentado até este momento no texto nos leva a concluir a total insuficiência do que podemos chamar de programa fisicista/funcionalista.

Em decorrência desta lacuna entre as teorias reducionistas e os aspectos qualitativos da consciência, autores como Colin McGinn defendem uma posição cética em relação à obtenção de uma explicação acerca da consciência, configurando-se como algo extremamente misterioso que está para além de nosso entendimento. Trata-se de uma lacuna intransponível. Esta lacuna nada mais é do que um reflexo de nossa limitação cognitiva que impossibilita a compreensão de um fenômeno com tamanha complexidade. Nos termos de McGinn, há um “fechamento cognitivo” (MCGINN, 1989, p. 350) que nos impede de formular conceitos e explicações sobre os *qualia*. Não obstante, do fechamento cognitivo não se segue que a consciência não é uma propriedade real, nós apenas não podemos explicá-la. Sobre sua posição cética em relação à resolução do problema (difícil) da consciência, McGinn escreve:

A abordagem que sou favorável é naturalista, mas não construtivista: não creio que possamos alguma vez especificar o que no cérebro é responsável pela consciência, mas estou certo de que o que quer que seja não é inerentemente miraculoso. O problema surge, como desejo sugerir, porque a nossa própria constituição cognitiva nos impede de alcançar uma concepção desta propriedade natural do cérebro (ou da consciência) que explica a ligação psicofísica. Este é um tipo de nexos causal que estamos impedidos de alguma vez compreender, dado o modo que temos de formar nossos conceitos e desenvolver nossas teorias. (MCGINN, 1989, p. 350)

Tendo em vista esta falha das teorias reducionistas em explicar os *qualia*, outros filósofos adotaram posições antimaterialistas baseadas na asserção de que os aspectos fenomenais da consciência possuem ontologia distinta das estruturas funcionais. Em outras palavras, da constatação da diferença epistemológica entre propriedades fenomenais e propriedades funcionais evidenciada através dos argumentos de conceitabilidade, concluiu-se uma diferença metafísica entre as propriedades impossibilitando assim a identidade psico-funcional.

Kripke, por exemplo, em *Naming and Necessity* defende que afirmações de identidade que se utilizam de designadores rígidos só serão verdadeiras se forem verdadeiras em todos os mundos possíveis. Como é possível concebermos um mundo possível onde esta identidade não é o caso, logo a identidade entre a consciência e seu substrato físico é falsa. Ou seja, dado que da afirmação “O indivíduo X tem determinada propriedade físico-funcional”

não podemos deduzir a priori a afirmação “O indivíduo X tem *qualia*”, então não há conexão conceitual necessária entre aspectos físicos e os *qualia*. Deste modo a identidade psicofísica é impossível e o físico e o mental possuem status ontológicos distintos. Apesar de ser um argumento direcionado a teorias da identidade entre estados mentais e processos neurobiológicos, ele também se aplica a todas as teorias reducionistas.

No entanto, o que assegura a passagem daquilo que é concebível para o que é metafisicamente necessário? Por vezes, algumas situações concebíveis revelam-se metafisicamente impossíveis, assim como algumas vezes somos incapazes de conceber o que é metafisicamente possível. Isto demonstra que a conceitabilidade nem sempre é um fundamento confiável do qual podemos obter possibilidades metafísicas. Se compreendêssemos de que modo propriedades funcionais dão origem aos *qualia*, não seria possível concebermos zumbis ou indivíduos com espectro invertido, mas a diferença epistemológica não implica necessariamente em uma diferença metafísica. A impossibilidade de realizarmos a redução das experiências conscientes parece indicar muito mais uma questão epistêmica relacionada às nossas limitações teórico-cognitivas do que uma questão metafísica que independe de nossas capacidades cognitivas.

Desta forma, segundo Levine, os argumentos de conceitabilidade demonstram a existência de uma lacuna explicativa entre as teorias reducionistas e os aspectos qualitativos da consciência (cf. LEVINE, 1999.). Uma teoria funcionalista poderia definir o estado mental da dor como aquele originado pelo disparo das fibras do tipo C cujo papel causal culminou na exteriorização de um comportamento aversivo ao input ambiental, evitando assim maior dano ao organismo. Contudo, a existência de perguntas não respondidas como “Como este processo dá origem à experiência consciente da dor?” ou “Por que esta função causal que intermedeia a relação de estímulo e resposta é acompanhada por algo que é como estar com dores?” mostra que algo é deixado de fora destas explicações.

Em síntese, afirmar a lacuna explicativa é afirmar as limitações das teorias reducionistas, é defender que as explicações obtidas através delas não são capazes de tratar dos *qualia*. Na ciência cognitiva e nas teorias funcionalistas em geral, por exemplo, todos os esforços são voltados para a consciência psicológica enquanto a consciência fenomenal permanece um mistério. Note que a lacuna explicativa pode ser vista como uma conclusão mais modesta sobre os argumentos de conceitabilidade. Ao invés de defender uma distinção metafísica a partir da possibilidade de zumbis ou indivíduos com espectro invertido, como

propuseram alguns, Levine reconhece que não podemos realizar essa inferência necessariamente, e conclui que o máximo que podemos obter destes argumentos é uma diferença epistemológica. O que nos parece ser uma concepção muito mais apropriada ao caso. Vejamos esta passagem de Levine:

Não creio que esta intuição sustente a tese metafísica que Kripke defende – nomeadamente que as afirmações de identidade psicofísicas têm de ser falsas. Ao invés, penso que sustenta uma tese epistemológica intimamente relacionada com essa – nomeadamente, que as afirmações de identidade psicofísicas deixam uma lacuna explicativa significativa, e, como corolário, que não temos modo algum de determinar exatamente que afirmações de identidade psicofísicas são verdadeiras. (LEVINE, 1983, p. 354)

Do que foi exposto neste capítulo podemos concluir que, devido à lacuna explicativa entre os aspectos fenomenais da consciência e as explicações científicas baseadas em paradigmas físico-funcionais, os *qualia* são irreduzíveis a propriedades físico-funcionais. A realidade é distinguida em dois tipos de propriedades: as propriedades físicas e os *qualia*, que por sua vez, inegavelmente são instanciados por propriedades físicas. Dada esta situação insólita, de que forma a consciência pode ser inserida na ordem natural? De que modo uma teoria pode coadunar a constatação de que a consciência é algo irreduzível com o fato de que ela necessariamente deve ser instanciada por um substrato físico? O capítulo seguinte será dedicado à exposição pormenorizada de uma teoria que busque este objetivo, a saber, a teoria da superveniência da consciência.

3 TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA.

De que forma a consciência está inserida na ordem natural? Diante do contexto apresentado pelos dois capítulos precedentes que indicam a existência de dois tipos distintos de propriedades, nomeadamente, propriedades físicas e propriedades qualitativas, parece ser necessária a formulação de uma teoria que articule ambas as propriedades sob um quadro teórico que ressalte a dependência dos *qualia* em relação ao substrato físico sem, por outro lado, comprometer-se com a redução desses. Considerando esta problemática, a teoria da superveniência surge na filosofia da mente como uma tentativa não reducionista de explicação da consciência em termos físicos, isto é, uma teoria não reducionista, mas que possui um compromisso minimamente fisicista (fiscismo minimalista) na medida em que pressupõe uma primazia do nível físico. Este capítulo tem por escopo a exposição do quadro teórico referencial que pretende realizar esta tarefa tendo como elemento central o conceito de superveniência.

3.1 Conceito de superveniência

Ao contrário do que se pode pensar devido à sua subutilização na linguagem cotidiana, superveniência não é exclusivamente um termo técnico filosófico. O adjetivo superveniente é atribuído a propriedades ou eventos que aparecem ou vem após outros. O uso deste termo, então, indica uma ordem temporal, de forma que a propriedade ou evento superveniente se apresenta após a ocorrência da propriedade ou evento subveniente, também chamado de propriedade ou evento de base. Nesse sentido há certa proximidade com o conceito de efeito, mas nem sempre são sinônimos, como ficará claro logo mais.

Embora se deva à Leibniz a introdução do termo “superveniência”, não restam dúvidas de que este foi um termo muito recorrente no emergentismo britânico, por volta das décadas de 30 e 40 do século passado. A ideia central da corrente emergentista consiste basicamente na afirmação de que determinadas propriedades emergem de processos físico-químicos quando estes atingem determinado grau de complexidade, e Lloyd Morgan utilizou este termo “superveniência” como uma variante estilística de “emergente” para explicar sua teoria da evolução emergente. Contudo, o conceito de superveniência passou a ser tomado de modo mais meticuloso na filosofia da mente somente após a formulação do monismo anômalo de Donald Davidson. Vejamos sua citação:

Embora a posição que descrevo negue que existam leis psicofísicas, ela é consistente com a visão de que características mentais são, em algum sentido, dependentes, ou

supervenientes, das características físicas. Tal superveniência pode significar que não podem existir dois eventos semelhantes em todos os aspectos físicos, mas diferindo em algum aspecto mental, ou que um objeto não pode se alterar em algum aspecto mental sem se alterar em algum aspecto físico. Dependência ou superveniência deste tipo não implica redutibilidade através de leis ou definições: se fosse o caso, poderíamos reduzir propriedades morais a propriedades descritivas, e existem boas razões para acreditar que isso não pode ser feito. (DAVIDSON, 2001, p. 214)

Desta citação podemos extrair três noções fundamentais que representam o cerne de uma teoria da superveniência da consciência: co-variação, dependência e irredutibilidade. Na medida em que se afirma que determinadas propriedades sobrevêm a outras, torna-se evidente a presença de uma relação de co-variação entre ambas de modo que alterações nas propriedades supervenientes implicam necessariamente em alterações nas propriedades de base, porém é possível haver alterações nas propriedades de base sem alterações nas propriedades supervenientes. Isto é, toda mudança no nível das propriedades supervenientes deve ser precedida por uma mudança no nível das propriedades subvenientes. Uma vez que as propriedades subvenientes se configuram como o substrato sem o qual não é possível a existência das propriedades supervenientes, e que qualquer variação do segundo conjunto implica necessariamente em alguma variação do primeiro conjunto, então se supõe uma relação de dependência do segundo conjunto em relação ao primeiro. Sendo assim, a organização estrutural e as relações estabelecidas no nível subveniente determinam os aspectos observados no nível superveniente, explicitando assim a relação de dependência deste nível em relação ao anterior. Por fim, como ficou claro na passagem de Davidson, esta dependência superveniente não implica necessariamente em uma redução às propriedades de base. Como veremos posteriormente ao analisarmos a concatenação destas três noções no interior de uma teoria da superveniência da consciência a processos neurobiológicos, a dependência superveniente deve ser pensada como uma posição neutra, haja vista que ela é compatível tanto com a redutibilidade quanto com a irredutibilidade.

Partindo do pressuposto de que as propriedades e relações estabelecidas entre as partículas mais básicas⁶ são o que há de mais fundamental no domínio físico, é possível afirmarmos que todos os fatos que ocorrem neste domínio em nível macro se devem à instanciação de propriedades e às relações estabelecidas entre as partículas mais básicas em determinado tempo. Há uma dependência, em certo sentido, entre os fatos e propriedades de nível superior e os fatos e propriedades de nível inferior subjacentes. Esta dependência micro-

⁶ Alguns pesquisadores defendem que a microfísica não possui um nível fundamental e que a matéria é infinitamente divisível.

macro pode ser constatada independentemente de quais são as propriedades relevantes de nível inferior, a argumentação não se altera caso haja uma mudança na concepção da natureza destas propriedades.

Em decorrência deste fato, uma vez que todas as propriedades e relações básicas forem fixadas, todas as propriedades e relações estabelecidas no nível superior estarão determinadas. Por exemplo, a partir do momento em que os componentes mais básicos do domínio físico sejam eles quais forem são definidos, não há possibilidade de variação dos fatos que se constituem como objeto de estudo da geologia e da biologia, por exemplo. Neste sentido é possível afirmarmos que as propriedades geológicas e biológicas sobrevivem às propriedades físicas. Baseado nesta perspectiva é que a noção de superveniência busca fornecer um quadro teórico referencial para tratar sobre a aparente relação de dependência e determinação entre os fatos de nível macro, dentre os quais se destaca a consciência, e os fatos físicos em nível micro.

Podemos definir superveniência como o conceito que assegura uma relação de dependência entre dois conjuntos, o primeiro constituído por propriedades (ou mesmo de objetos, eventos, estados, fatos ou mundos) de base e o segundo constituído por propriedades supervenientes, onde o primeiro determina as propriedades supervenientes e estas, por sua vez, dependem das propriedades de base. As propriedades pertencentes ao segundo conjunto sobrevivem às propriedades pertencentes ao primeiro de forma que qualquer alteração nas propriedades supervenientes implica necessariamente em uma alteração nas propriedades de base. A solidez de uma rocha e todas as características específicas de cada formação rochosa são, conseqüentemente, supervenientes à configuração estrutural dos seus átomos e às relações estabelecidas entre eles. Chalmers propõe um modelo contrafactual para a definição de superveniência neste trecho: “Propriedades B sobrevivem a propriedades A se duas situações possíveis não são idênticas com respeito a suas propriedades A enquanto diferindo em suas propriedades B.” (CHALMERS, 1996, p. 33.)

3.2 Tipos de superveniência.

Se tomarmos a relação de superveniência aplicada apenas a propriedades de indivíduos particulares ou a padrões de distribuições de propriedades de mundos possíveis como um todo, então possuiremos dois tipos de superveniência: individual ou local e global. A superveniência individual, amiúde também denominada de superveniência local, é atribuída quando os conjuntos de propriedades analisadas são instanciados por indivíduos específicos.

A ideia por trás deste tipo de superveniência pode ser resumida afirmando que dois indivíduos distintos com relação às propriedades supervenientes devem ser distintos com relação às propriedades subvenientes.

Por outro lado, a superveniência global se atribui quando os conjuntos de propriedades analisadas não são restritas somente a indivíduos, mas a mundos possíveis por completo. Podemos resumi-la como a afirmação de que dois mundos possíveis não podem diferir com respeito às propriedades supervenientes sem diferir com respeito às propriedades subvenientes. As propriedades biológicas de um mundo possível fisicamente indiscernível ao nosso, por exemplo, provavelmente sobrevém globalmente às propriedades físicas. É necessário salientar duas coisas: primeiro, a superveniência global não implica na superveniência local, pois, por exemplo, embora as propriedades biológicas por meio das quais os indivíduos são classificados em determinadas espécies sobrevenham globalmente às propriedades físicas, dois indivíduos fisicamente indiscerníveis podem pertencer a espécies diferentes em decorrência de suas histórias evolucionárias distintas; segundo, ambos os tipos de superveniência podem ser apresentadas com diferentes forças modais.

No tocante à consciência, a distinção individual/global não possui muita relevância. Na medida em que supomos o realizacionismo físico da consciência, a identidade entre organismos implica na identidade estrutural das consciências. Obviamente o contexto pode levar organismos a instanciar experiências qualitativas diferentes, contudo a estrutura da consciência de ambos permanecerá a mesma. Assim, focaremos nos dois principais tipos de superveniência delineados por Jaegwon Kim, cuja diferenciação é fundamentada na força modal atribuída à co-variação necessária entre propriedades de base e propriedades supervenientes, a saber: superveniência individual fraca e superveniência individual forte (por brevidade denominaremos ambas de superveniência fraca e superveniência forte). Pondo em outros termos, a diferenciação entre estes tipos se dá pelo fato de, no primeiro caso, a co-variação necessária entre os dois conjuntos de propriedades se manter apenas em um determinado mundo possível sob avaliação e, no segundo caso, a co-variação necessária entre os dois conjuntos de propriedades se manter em todos os mundos possíveis.

3.2.1 Superveniência fraca.

Consideremos o conjunto não vazio A, composto pela propriedade superveniente (bh) de ser um bom homem, e o segundo conjunto não vazio B, composto pelas propriedades de base (b) ser benevolente, (h) ser honesto e (r) ser respeitoso. Supondo que A sobrevém a B,

então chegamos à conclusão de que dois indivíduos que partilham as mesmas propriedades subvenientes b^h^r são igualmente bons homens. Da mesma forma, se ao compararmos dois indivíduos percebemos que um deles é um bom homem e o outro não, isto indica que existe alguma propriedade no conjunto B que ambos não compartilham.

A indiscernibilidade dos indivíduos avaliados com respeito a suas propriedades B implica necessariamente na indiscernibilidade de ambos com respeito a sua propriedade A. Não é possível concebermos dois indivíduos idênticos em suas propriedades de base (seja na continência ou na ausência das propriedades de ser benevolente (b), de ser honesto (h) e de ser respeitoso (r)), mas diferindo na propriedade de ser um bom homem (bh). Vejamos como Kim elabora a definição desta relação de superveniência:

A sobrevém fracamente a B se e somente se, necessariamente, para qualquer x e y, se x e y partilham todas as propriedades em B, então x e y partilham todas as propriedades em A – isto é, indiscernibilidade com respeito a B implica indiscernibilidade com respeito a A. (KIM, 1995 a, p. 58)

Apesar de esta definição ser bastante próxima das definições dadas para a relação de superveniência, ela se apresenta como uma versão muito fraca. As limitações da superveniência fraca, segundo denominação de Kim, enquanto uma teoria explicativa que pretende demonstrar a dependência entre dois conjuntos de propriedades surgem pelo fato desta se restringir apenas à constatação de uma consistência intra-mundo de co-variação entre as propriedades dos dois conjuntos (KIM, 1993, p. 143). Ou seja, a implicação necessária entre as propriedades de base e as propriedades supervenientes possui força modal muito reduzida, pois ela depende, por exemplo, de leis existentes no mundo ao qual os conjuntos de propriedades pertencem, e não é uma correlação presente em todos os mundos possíveis. Em decorrência disto, a atribuição da relação de superveniência fraca é compatível com as seguintes situações:

- a) existência de um mundo possível indiscernível com relação às propriedades subvenientes do mundo atual, mas que não possui propriedades supervenientes;
- b) existência de um mundo possível indiscernível em relação às propriedades subvenientes, mas que apresenta propriedades supervenientes distintas;
- c) existência de um mundo possível onde as mesmas propriedades supervenientes são instanciadas por indivíduos que possuem diferentes propriedades subvenientes.

Segundo o exemplo dado acima, a afirmação da superveniência fraca do conjunto A contendo a propriedade bh ao conjunto B contendo as propriedades b, h e r é compatível com: (1) um mundo possível onde todos os indivíduos são benevolentes, honestos e respeitosos, mas que não possui nenhum bom homem; (2) um mundo possível onde todos os indivíduos são benevolentes, honestos e respeitosos, mas onde todos estes indivíduos são maus; e (3) um mundo possível onde a propriedade de ser um bom homem é instanciada tanto pelos indivíduos desonestos e agressivos quanto pelos indivíduos benevolentes, honestos e respeitosos.

Como corolário de a superveniência fraca restringir a co-variação necessária entre propriedades apenas a um mundo possível específico, ela não se caracteriza como uma explicação da relação de dependência entre grupos de propriedades. O objetivo de uma teoria da superveniência é estabelecer um padrão de co-variação de modo que ao serem fixadas as propriedades de base, estas determinarão as propriedades supervenientes não havendo possibilidade lógica para variação. A relação de dependência/determinação a qual nos referimos é observada em casos onde a presença das propriedades precedentes assegura a instanciação das propriedades supervenientes, entretanto em casos onde a correlação é definida como superveniência fraca, o modo como as propriedades são distribuídas em um mundo não interfere na distribuição destas em outros mundos. A superveniência fraca estabelece a correlação de propriedade de acordo com as configurações específica do mundo em questão, possivelmente de acordo com suas leis naturais, o que não implica a existência desta correlação em todos os mundos possíveis.

Após a definição de superveniência fraca proposta por Kim é possível realizar uma ligação com a definição de um tipo de superveniência proposta por Chalmers e denominada pelo mesmo de superveniência nomológica (ou natural, ou empírica). Superveniência nomológica é uma versão mais fraca da superveniência. Ela se dá quando dois conjuntos de propriedades são correlacionadas devido a uma lei natural específica, isto é, é a relação de correlação entre propriedades B e propriedades A onde estas acompanham as primeiras de acordo com as leis naturais que permeiam o mundo sob análise. Em nosso mundo atual, sempre que soltamos um objeto a gravidade exerce uma força puxando-o para o chão. Consequentemente, o fato de o objeto cair sobrevém nomologicamente ao fato de termos soltado-o, pois nenhuma lei natural foi infringida nesta relação. É logicamente possível pensarmos em um mundo sem gravidade, não obstante esta é uma situação nomologicamente impossível no mundo atual.

A noção de possibilidade nomológica requerida para a compreensão da superveniência nomológica corresponde a uma possibilidade empírica real, situações que permanecem de acordo com as leis naturais que regem o mundo possível em questão. Por este motivo é denominada de possibilidade natural ou nomológica. Notemos que inúmeras situações logicamente possíveis não são nomologicamente possíveis, haja vista que a conceitabilidade atribuída àquelas não é limitada por leis naturais, mas toda situação nomologicamente possível é logicamente possível. Logo, as possibilidades nomológicas são um subconjunto das possibilidades lógicas.

3.2.2 Superveniência forte.

Como argumentado na seção anterior, a superveniência fraca não captura, a rigor, o sentido de uma relação de dependência ou determinação entre conjuntos de propriedades. Isto é devido à força modal atribuída à necessidade envolvida nesta relação que não passa de uma necessidade nomológica. A atribuição de uma necessidade lógica/conceitual à covariação necessária postulada pela superveniência a tornaria uma relação mais robusta e que parece satisfazer a ideia de uma relação de dependência/determinação entre conjuntos de propriedades. Assim, consideremos o indivíduo x que possui uma propriedade F no conjunto A e que necessariamente possui uma propriedade subjacente G no conjunto B . Logo, qualquer indivíduo y que possui a propriedade G em B necessariamente possui a propriedade F em A .

A princípio parece não haver tamanha diferença da definição de superveniência fraca, contudo a adição do segundo termo “necessariamente” quando nos referimos à covariação de propriedades em y assegura a correlação destas em todos os mundos possíveis. Ou seja, a inserção de mais um operador modal de necessidade na caracterização da relação ocasiona uma tese de superveniência distinta, de forma que a conexão entre as propriedades de base e as propriedades supervenientes se torna estável em todos os mundos possíveis. Disto podemos inferir que a superveniência forte implica a superveniência fraca, mas a implicação inversa não se sustenta.

Tendo isto em mente é fácil perceber que a atribuição de necessidade lógica/conceitual à formulação da superveniência forte não é compatível com as situações postuladas anteriormente e que acarretam problemas para a superveniência fraca. É contraditório afirmarmos a superveniência forte na medida em que é possível a existência de um mundo possível indiscernível em relação às propriedades subvenientes, mas que não possui propriedades supervenientes; ou que é possível um mundo com as mesmas

propriedades de base, mas com propriedades supervenientes distintas; ou mesmo a existência de um mundo indiscernível em relação a propriedades supervenientes, mas diferindo nas propriedades de base. Em casos de superveniência forte a indiscernibilidade das propriedades subvenientes implica na indiscernibilidade das propriedades supervenientes e vice versa. Kim define a tese da superveniência forte como se segue: “A sobrevém fortemente a B apenas em casos onde, necessariamente, para cada x e cada propriedade F em A, se x tem F, então há uma propriedade G em B tal que x tem G e, necessariamente, se y tem G ele tem F.” (KIM, 1995a, p. 65)

Novamente fica patente uma proximidade entre o conceito de superveniência forte desenvolvido por Kim e o conceito de superveniência lógica (ou conceitual) desenvolvido por Chalmers. Superveniência lógica é aquela relação que ocorre quando é logicamente impossível dois mundos possíveis idênticos com respeito a propriedades supervenientes, mas distintos com respeito a suas propriedades subvenientes. Evidentemente propriedades geológicas são supervenientes a propriedades físicas. Depois de fixadas todas as propriedades físicas de um mundo possível idêntico ao atual, é inconcebível pensarmos propriedades geológicas diferentes das que experimentamos. Dadas as propriedades e relações microfísicas seria contraditória a existência de uma rocha líquida, por exemplo. Portanto, o conhecimento de todos os fatos microfísicos (além, obviamente, da posse de todos os conceitos trabalhados na geologia) seria suficiente para inferir um modelo da estrutura macrofísica deste mundo possível.

A noção de possibilidade lógica é crucial para a compreensão da superveniência lógica, no entanto não nos aprofundaremos nos desdobramentos desta concepção, limitar-nos-emos apenas a vinculá-la a uma possibilidade puramente conceitual que não é sujeita a leis naturais. Tomando os conceitos atribuídos às propriedades B subvenientes como premissas, necessariamente obteremos conceitos atribuídos às propriedades A supervenientes. A instanciação das propriedades supervenientes acontece se e somente se as propriedades de base forem instanciadas anteriormente.

3.2.3 Distinção entre diferentes definições de superveniência fraca e forte.

Por vezes as relações de superveniência fraca e forte são definidas de modos diferentes, e estes modos de expor a superveniência implicam em definições e relações não equivalentes. Serão expostos os dois modos de definir ambas as relações de superveniência e as diferenças que caracterizam estes dois modos.

Definições de superveniência fraca e forte através da quantificação sobre mundos possíveis:

- Propriedades A sobrevêm fracamente a propriedades B se e somente se para qualquer mundo possível M e quaisquer indivíduos x e y em M, se x e y são B-indiscerníveis em M, então eles são A-indiscerníveis em M
- Propriedades A sobrevêm fortemente a propriedades B se e somente se para quaisquer mundos possíveis M1 e M2 e quaisquer indivíduos x em M1 e y em M2, se x em M1 é B-indiscernível de y em M2, então x em M1 é A-indiscernível de y em M2.

Definições de superveniência fraca e forte através de operadores modais (note que são definições semelhantes às utilizadas nas subseções 3.2.1 e 3.2.2):

- A sobrevêm fracamente a B se e somente se necessariamente, se um x qualquer tem uma propriedade F em A, então existe uma propriedade G em B tal que x tem G, e tudo que tem G tem F.

$$\Box \forall x \forall F \in A [Fx \rightarrow \exists G \in B (Gx \& \forall y (Gy \rightarrow Fy))]$$
- A sobrevêm fortemente a B se e somente se necessariamente, se um x qualquer tem a propriedade F em A, então existe uma propriedade G em B tal que x tem G, e necessariamente tudo que tem G tem F

$$\Box \forall x \forall F \in A [Fx \rightarrow \exists G \in B (Gx \& \Box \forall y (Gy \rightarrow Fy))]$$

A princípio, as definições de superveniência fraca e forte baseadas na quantificação de mundos possíveis e as definições baseadas em operadores modais parecem bastante próximas, no entanto não são equivalentes, como ressaltado por Brian McLaughlin e Karen Bennett no artigo “*Supervenience*” da Enciclopédia Standford de Filosofia. As versões de mundos possíveis asseguram que não pode haver mudanças no conjunto de propriedades supervenientes sem que haja uma mudança no conjunto de propriedades subvenientes, isto é, refere-se à indiscernibilidade de ambos os conjuntos de propriedades, sejam elas relações intra-mundo ou inter-mundo. Por outro lado, as versões de operadores modais asseguram que todo indivíduo que possui uma propriedade superveniente necessariamente possui uma propriedade subveniente, e que esta propriedade implica a anterior.

A partir desta diferenciação é possível perceber que as relações de superveniência definidas através de mundos possíveis não são falseadas em situações onde os indivíduos possuem as mesmas propriedades supervenientes, mas são discerníveis com relação às

propriedades de base. Em outras palavras, as versões de mundos possíveis das relações de superveniência são compatíveis com indivíduos com propriedades supervenientes idênticas, porém com propriedades de base distintas ou até mesmo com a ausência de propriedades de base, pois as relações definidas deste modo só se aplicam a indivíduos que possuem conjuntos de propriedades de base idênticos. As relações de superveniência definidas por operadores modais não permitem tais situações. Nelas, toda propriedade superveniente é necessariamente instanciada por uma propriedade subveniente, e a última implica a primeira. As definições que fazem uso de operadores modais, por esta razão, indicam relações mais fortes. Ambas as definições de superveniência são equivalentes apenas em casos onde as propriedades subvenientes são fechadas sob operações booleanas.

Como um adendo à discussão desta subseção, devemos notar que a distinção entre estes dois modos de definir as relações de superveniência também demonstra que a superveniência definida através de mundos possíveis não é uma forma de implicação, apesar de ambas serem relações reflexivas, transitivas e não-simétricas⁷. Tomando emprestado os exemplos utilizados por Mclaughlin e Bennett, um conjunto hipotético $\{P \ \& \ Q\}$ sobrevém fortemente (na definição de mundos possíveis) à um conjunto base $\{P,Q\}$, mas não sobrevém fracamente de acordo com a definição de operadores modais, pois do conjunto base não se implica o conjunto superveniente. No outro exemplo, supondo a existência de propriedades negativas, a propriedade F sobrevém fortemente (na definição de mundos possíveis) à propriedade não- F , contudo não sobrevém fracamente de acordo com a definição de operadores modais, pois F não é implicado a partir de não- F .

3.3 A superveniência global é equivalente à superveniência forte?

No início da subseção 4.2 foi dito que quando as relações de superveniência não se restringem somente a conjuntos de propriedades de indivíduos, mas a mundos possíveis completos ou, como alguns autores utilizam, a padrões de distribuição global de propriedades⁸

⁷ A superveniência é uma relação reflexiva, pois para todo conjunto de propriedades A , A é superveniente a A ; é uma relação transitiva, pois se as propriedades A sobrevém às propriedades B e estas às propriedades C , logo as propriedades A sobrevirão às propriedades C ; é uma relação não-simétrica, pois em algumas situações se apresenta assimetricamente (a consciência sobrevém aos processos cerebrais, mas o inverso não é possível) e em outras se apresenta simetricamente (a área da superfície de esferas perfeitas sobrevém ao volume do mesmo modo que o volume sobrevém à área da superfície de esferas perfeitas). (c.f. MCLAUGHLIN & BENNETT, 2011)

⁸ A noção de padrão global de distribuição de propriedades utilizada por muitos autores para definir a relação de superveniência global pode ser mais bem compreendida como indicando um isomorfismo entre as propriedades instanciadas nos mundos possíveis em questão. Este isomorfismo ou o padrão global de distribuição de propriedades é observado quando, por exemplo, as mesmas propriedades de base instanciadas pelo indivíduo x em $M1$ são também instanciadas pelo indivíduo x^* em $M2$.

(*world-wide pattern of distribution*), então a relação envolvida é a superveniência global. Vejamos esta definição:

Propriedades A sobrevêm globalmente a propriedade B se e somente se para quaisquer mundos w_1 e w_2 , se w_1 e w_2 tem exatamente o mesmo padrão de distribuição global de propriedades B, então eles tem exatamente o mesmo padrão de distribuição global de propriedades A. (MCLAUGHLIN & BENNETT, 2011)

É fácil perceber que a noção de superveniência forte implica a superveniência global, contudo, ao contrário do que pensava Kim (c.f. KIM, 1993, p. 69), a implicação inversa não se mantém. Não se trata de relações equivalentes, como retificado pelo próprio autor em artigo publicado posteriormente. Para percebermos isto basta analisarmos uma situação com dois mundos possíveis M_1 e M_2 , cada um com dois indivíduos x e y , onde em M_1 x tem a propriedade de base G e a propriedade superveniente F , e y tem G , e em M_2 x tem G , mas não possui F , e y não tem G . Isto é, em M_1 o primeiro indivíduo possui tanto a propriedade subveniente quanto a propriedade superveniente, e o segundo indivíduo possui a propriedade subveniente, e em M_2 o primeiro indivíduo possui apenas a propriedade subveniente, e o segundo indivíduo não possui nenhuma das propriedades. Tal situação é claramente um contra-exemplo à superveniência forte entre G - F , pois x nos dois mundos, apesar de indiscernível com relação às propriedades de base, não possui as mesmas propriedades supervenientes. Não é possível sustentar uma relação de superveniência forte entre propriedades considerando dois mundos possíveis onde os indivíduos não são indiscerníveis no que se refere a ambos os conjuntos de propriedades. Não obstante, esta situação é plenamente compatível com a afirmação de que F sobrevêm globalmente a G uma vez que é possível a existência de outro mundo possível qualquer onde esta correlação G - F é constatada. Em outras palavras, em virtude de M_1 e M_2 não serem indiscerníveis em relação às propriedades de base, a possibilidade de atribuímos a superveniência global G - F permanece intocada, porque a superveniência global exige somente que dois mundos com a mesma distribuição das propriedades de base tenham as mesmas distribuições das propriedades supervenientes. Em suma, a violação da superveniência forte entre conjuntos de propriedades não nega a superveniência global entre os mesmos conjuntos de propriedades.

Este contra-argumento foi formulado por Brad Petrie em resposta à Kim no intuito de provar a possibilidade de algumas situações que, apesar de compatíveis com a relação de superveniência global, são um contra-exemplo à superveniência forte. O que demonstra que a superveniência global não implica a superveniência forte. Podemos compreender a ideia de Petrie mais facilmente ao compararmos as colunas abaixo representando a distribuição global

das propriedades de ambos os mundos. Consideremos os mundos possíveis M1, M2; os indivíduos x, y, x^*, y^* ; o conjunto de propriedades supervenientes $A = \{F\}$ e o conjunto de propriedades de base $B = \{G\}$:

M1= Gx	M2= Gx^*
Fx	$\neg Fx^*$
Gy	$\neg Gy^*$
$\neg Fy$	$\neg Fy^*$

A existência de M1 e M2 é incompatível com a relação de superveniência forte das propriedades A às propriedades B, uma vez que os indivíduos x e x^* partilham as mesmas propriedades de base, mas possuem propriedades supervenientes distintas. Não obstante, desta situação não decorre a impossibilidade da superveniência global de A-B. Devido a M1 e M2 não possuírem os mesmo padrões de distribuição global de propriedades, a análise destes mundos não conta como contra-exemplo à superveniência global.

Deve-se explicitar também que o exemplo de Petrie demonstra que a superveniência global não implica nem mesmo a superveniência fraca entre os conjuntos de propriedades em questão. As relações são independentes uma da outra. Isto porque, em M1, os indivíduos x e y , apesar de indiscerníveis quanto às propriedades subvenientes, diferem quanto às propriedades supervenientes. Nesta situação não somos autorizados a afirmar que as propriedades A sobrevém fracamente às propriedades B. Como foi explicitada anteriormente, a superveniência fraca entre propriedades exige que necessariamente, em determinado mundo sob análise, dois indivíduos que possuam as mesmas propriedades de base devem ter as mesmas propriedades supervenientes, ou seja, se x e y possuem G , então ambos deveriam possuir ou não F . Entretanto a situação descrita é compatível com a superveniência global de A-B. A superveniência global requer apenas que não exista outro mundo possível com a mesma distribuição de propriedades subvenientes, mas com uma distribuição de propriedades supervenientes distintas do mundo atual sobre os mesmos indivíduos. Sendo assim, apesar de no mundo sob análise os indivíduos x e y possuírem G , mas apresentarem uma distribuição diferente de F , é possível concebermos um mundo possível onde a correlação entre estas propriedades se mantém. A violação da superveniência fraca não implica na violação da superveniência global.

Em decorrência desta argumentação a superveniência global é uma relação extremamente limitada, de forma que não consegue capturar a ideia de que um conjunto de

propriedades é “dependente de” ou “determinado por” outro conjunto de propriedades. Tendo em vista que as conexões entre conjuntos de propriedades não se mantêm no interior de um único mundo, pois é compatível com a superveniência global a existência de um mundo com indivíduos com propriedades de base indiscerníveis e propriedades supervenientes distintas, como seria possível defender que a superveniência global aponta para uma relação de dependência/determinação entre propriedades? Como afirma Kim, isto parece indicar que a relação de superveniência fraca é um compromisso mínimo necessário para postular uma relação de dependência/determinação entre conjuntos de propriedades (c.f. KIM, 1995 b, p. 84).

Além dos tipos de superveniência trabalhados até o momento neste capítulo existem outras modalidades da relação de superveniência das quais podemos destacar a regional e a baseada na similaridade. A superveniência regional foi proposta por Terence Horgan e consiste em um tipo específico das relações de superveniência individual, porém os indivíduos são tomados como regiões do espaço e tempo. Por sua vez, a superveniência baseada na similaridade foi proposta por Kim (c.f. KIM, 1995b, p. 89) e, ao contrário de todas as relações abordadas até o momento, visa ser aplicada não a conjuntos de base indiscerníveis, mas a conjuntos que possuam certo grau de similaridade (de modo que a indiscernibilidade é compreendida como o máximo grau de similaridade). De forma genérica, é possível resumi-la como a relação que atribui que conjuntos de propriedades subvenientes que possuem alto grau de similaridade não apresentarão grandes diferenças em relação às propriedades supervenientes. Muitas vezes esta modalidade é utilizada para fortalecer a relação de superveniência global, mas também pode ser aplicada na superveniência individual. Entretanto, tanto a superveniência regional quanto a superveniência baseada na similaridade são casos específicos das relações de superveniência individual e global, de modo que suscitam as mesmas questões que estas.

4. PROBLEMAS COM A TEORIA DA SUPERVENIÊNCIA.

Diante dos problemas postos pela consciência fenomenal ao assim chamado programa fisicista/funcionalista, os *qualia* se mostraram a princípio como algo irreduzível. Os conceitos referentes aos estados de nossa consciência fenomenal não são analisáveis, a priori, a partir do prisma teórico proposto por tais teorias reducionistas. Em decorrência destas questões, a posição denominada de fisicismo não reducionista, ainda hoje uma das mais influentes no debate mente-corpo, é uma tentativa de conciliação entre o substrato físico e os *qualia*. Para tal, o cerne desta posição é a noção de superveniência.

A tese da superveniência da consciência consiste em um modo de explicar a interconexão existente entre as propriedades físicas, constituídas pela organização estrutural e pelas interações causais ocorridas em nosso sistema tálamo-cortical, e as propriedades da consciência, que são os estados, eventos e processos conscientes. É possível afirmar que a superveniência é aplicada neste caso com o intuito de demonstrar que a consciência não é um fato bruto sobre a natureza não passível de explicação, como defendido pelo emergentismo. Ao contrário, a superveniência é requerida para representar a interconexão baseada na relação de dependência/determinação entre ambos os conjuntos de propriedades, como se sugere a partir da co-variação entre estes. Dizer que a consciência sobrevém a determinadas propriedades físicas é dizer que a consciência é dependente do substrato físico que a implementa, de forma que, enquanto propriedade superveniente, ela é inteiramente determinada por suas propriedades de base sem, contudo, ser necessariamente redutível a estas. No entanto, esta é uma proposta filosoficamente substancial para o problema difícil da consciência? A teoria da superveniência da consciência realmente explica a relação estabelecida entre estes dois conjuntos de propriedades?

4.1 Pode a teoria da superveniência resolver o problema difícil da consciência?

A pergunta que intitula esta subseção é intimamente ligada às questões precedentes, haja vista que o problema difícil da consciência seria adequadamente resolvido através de uma explicação positiva acerca da relação entre os *qualia* e seu substrato físico. Porém a resposta para estas perguntas é “não”. A teoria da superveniência não explica a relação entre consciência fenomenal e processos cerebrais e não é uma proposta substancial sobre o problema. Argumentaremos sobre isto nesta primeira subseção do quarto capítulo.

De início deve ficar claro que, pelo que foi argumentado na subseção 4.3, a superveniência global em hipótese alguma forneceria uma explicação sobre a relação entre os dois conjuntos de propriedades que analisamos. Considerando que uma situação onde dois indivíduos que não apresentam o mesmo padrão de co-variação de propriedades de base e propriedades supervenientes em um determinado mundo possível não anula a possibilidade da superveniência global entre estas, a atribuição deste tipo de superveniência nada nos diz sobre o tipo de relação efetivamente estabelecida. O único requisito para a superveniência global, a saber, que não existam dois mundos possíveis com o mesmo padrão de distribuição global de propriedades de base sem o mesmo padrão de distribuição global de propriedades supervenientes, deixa sem resposta as perguntas: Que tipo de relação de dependência /determinação há entre estes dois conjuntos? Tendo em vista que esta relação pode não se manter até mesmo no mundo atual, até que ponto é possível defender que a superveniência global expressa uma relação de dependência?

Após este esclarecimento preliminar se faz necessário apontar que a relação de superveniência entre a consciência, considerando aqui tanto a consciência psicológica quanto a consciência fenomenal, e os processos físicos do cérebro não é uma relação uniforme. É fácil perceber por tudo que já foi exposto até este momento do texto que a co-variação do conjunto de propriedades físicas e o conjunto de propriedades que denominamos de consciência psicológica é bastante diferente da co-variação entre propriedades físicas e o conjunto de propriedades fenomenais. Enquanto a co-variação entre propriedades físicas e os estados cognitivo-intencionais ocorre por meio de necessidade lógica, a co-variação entre propriedades físicas e os *qualia* se mantém apenas com necessidade nomológica. Isto é, a força modal atribuída à correlação entre estes últimos conjuntos de propriedades é muito fraca, de modo que a presença das propriedades de base não implica na implementação destes aspectos fenomenais, sendo necessária a postulação de leis naturais referentes a determinado mundo possível em questão. Disto decorre que a consciência psicológica sobrevém fortemente às propriedades físicas, enquanto a consciência fenomenal sobrevém fracamente às propriedades físicas.

Na verdade, a constatação de que os *qualia* sobrevém fracamente ao substrato físico pode ser obtida através de uma rápida análise sobre os argumentos de conceitabilidade. A possibilidade lógica de concebermos um mundo possível físico-funcionalmente idêntico ao atual, mas que apresenta estados qualitativos completamente diferentes (argumento do espectro invertido) ou que não apresenta nenhum estado qualitativo no todo (argumento do

zumbi) demonstra que não há necessidade lógica/conceitual conectando estes dois conjuntos. A possibilidade nomológica é um subconjunto da possibilidade lógica. Assim, a variação da força modal presente nestas relações garante que é logicamente necessário que indivíduos ou mundos possíveis fisicamente indiscerníveis sejam funcionalmente indiscerníveis, o que assegura a superveniência forte entre propriedades cognitivo-intencionais e propriedades físicas; e, por outro lado, garante que a indiscernibilidade qualitativa de indivíduos ou mundos possíveis fisicamente indiscerníveis é apenas nomologicamente necessária, o que assegura a superveniência fraca entre os *qualia* e as propriedades físicas. Em outros termos, os *qualia* não são propriedades necessárias, pois não estão presentes necessariamente em todos os mundos possíveis com as mesmas propriedades de base.

Apesar de a superveniência fraca ser um compromisso minimamente necessário para a postulação de qualquer relação de dependência (c.f. KIM, 1995, p. 84), haja vista que a conexão de conjuntos de propriedades inter-mundo não é forte o bastante para expressar tal relação a menos que haja uma conexão entre estes conjuntos intra-mundo, a superveniência fraca considerada isoladamente também não é suficiente para caracterizar uma relação de dependência. Conseqüentemente, a superveniência psicofísica fraca não é capaz de resolver o problema difícil da consciência.

Isto é o caso porque a ideia de dependência/determinação que se busca expressar com a tese da superveniência carrega em si força modal, de forma que a ocorrência das propriedades subvenientes deve garantir necessariamente a ocorrência das propriedades supervenientes, o que não acontece com a superveniência fraca. A instanciação das propriedades subvenientes deve determinar a instanciação das propriedades supervenientes, não havendo qualquer espaço para variação destas após a definição das primeiras. Não obstante, em casos de superveniência fraca, a instanciação das propriedades supervenientes requer um componente extra além das propriedades de base, provavelmente alguma lei natural do mundo possível onde ocorre esta correlação.

Diante de sua restrição a apenas um determinado mundo possível, a co-variação das propriedades na superveniência psicofísica fraca em nada influencia na superveniência destas propriedades em outros mundos. A superveniência psicofísica fraca reflete apenas a co-variação das propriedades físicas e das propriedades fenomenais no mundo atual, deixando aberta a possibilidade para diferentes configurações em outros mundos possíveis. A mera constatação da superveniência fraca não nos torna aptos a afirmar que os *qualia* são

determinados por ou dependentes dos processos físicos ocorridos no sistema tálamo-cortical, o que demonstra que ela não explicaria adequadamente esta relação. Como esclarecido no capítulo anterior, a superveniência psicofísica fraca é consistente com as seguintes situações:

- a) Um mundo possível com propriedades físicas idênticas ao mundo atual, porém onde não existem propriedades fenomenais;
- b) Um mundo possível com propriedades físicas indiscerníveis ao mundo atual, porém onde apenas seres inanimados possuem propriedades fenomenais;
- c) Um mundo possível com propriedades físicas idênticas ao mundo atual, mas onde seres animados e inanimados possuem experiências conscientes do mesmo tipo.

Outro problema associado à atribuição da superveniência fraca entre conjuntos de propriedades foi levantado por Simon Blackburn. Uma vez que supomos que a correlação entre tais conjuntos ocorre apenas em determinados mundos possíveis, o que implica dizer que existem outros mundos possíveis que são indiscerníveis com relação às propriedades de base, mas discerníveis com relação às propriedades supervenientes, por que não pode haver um mundo possível com ambas as coisas? Isto é, o que impede de concebermos um mundo possível onde determinados indivíduos possuem a propriedade de base B e a propriedade superveniente A, enquanto outros indivíduos possuem B, mas não possuem A? Por que devemos apenas nos deter à dicotomia entre mundos onde A sobrevém à B e onde A não sobrevém à B, mesmo sendo logicamente possível concebermos um terceiro tipo de mundo onde ambas as situações são o caso?

Certamente estes “mundos mistos” (*mixed worlds*) constituiriam situações que falseariam qualquer atribuição de relação de superveniência. No entanto se faz necessário explicar o porquê da restrição aplicada a este terceiro tipo de mundo possível descrito. Ou seja, ao recorrermos à superveniência fraca, além de todas as dificuldades expostas acima, é necessário elaborar uma explicação extra para a questão: Se a co-variação entre os conjuntos de propriedades não se mantém em todos os mundos, por que no mundo atual não pode haver indivíduos com as mesmas propriedades de base, mas, dentre os quais, apenas alguns apresentam as mesmas propriedades supervenientes e outros não? Considerando que a superveniência psicofísica fraca atribui apenas a necessidade nomológica para a co-variação de propriedades, devemos expor os motivos que nos compelem a negar a existência de mundos possíveis onde indivíduos com os mesmos tipos de processos cerebrais dos quais

apenas alguns possuem experiências conscientes e outros não. O que assegura a existência apenas de mundos onde estas co-variações ocorrem e mundos onde estas co-variações não ocorrem? Este problema é denominado por Blackburn de a “proibição dos mundos mistos” (*ban on mixed worlds*) (c.f. BLACKBURN, 1993, p. 134). Vejamos esta passagem do seu texto onde ele se refere a mundos G^*/F como sendo aqueles onde ocorre a superveniência de F à G^* , mundos $G^*/0$ como aqueles onde não ocorre a superveniência, e mundos $G^*/Fv0$ como sendo mundos mistos:

O problema que proponho é o de descobrir a autoridade por trás desta proibição. Por que o embargo à viagem? A dificuldade é que, uma vez que imaginamos um mundo G^*/F e um mundo $G^*/0$, é como se fizéssemos o suficiente para também imaginarmos um mundo $G^*/Fv0$, e implicitamente negamos a nós mesmos o direito de proibir sua existência. Ao menos, se estamos a proibir sua existência, precisamos de alguma explicação do por que podemos fazê-lo. (BLACKBURN, 1993, p. 135)

Devido aos problemas ocasionados pela ausência de co-variação entre o conjunto de propriedades subvenientes e o conjunto de propriedades supervenientes em todos os mundos possíveis, a superveniência psicofísica fraca falha em fornecer uma explicação sobre esta relação. A superveniência fraca não indica nenhuma dependência significativa conectando ambos os conjuntos de propriedades, por outro lado a superveniência forte é uma relação mais robusta, pois assegura a co-variação através dos mundos possíveis. Neste caso, a superveniência psicofísica forte resolveria o problema difícil da consciência? Embora já saibamos que as propriedades fenomenais não sobrevivem fortemente às propriedades físicas, se este fosse o caso o problema estaria resolvido? Aprofundando um pouco mais a questão, a co-variação forte entre conjuntos de propriedades é capaz de fornecer uma relação de dependência/determinação?

Antes de tudo é necessário notar uma diferença crucial entre estas relações. A relação de dependência e a relação de determinação são relações assimétricas⁹: se x depende de y , y não pode depender de x ; se x é determinado por y , y não pode ser determinado por x . É exatamente esta ideia que se pretende expressar ao afirmar a superveniência psicofísica, isto é, se as propriedades fenomenais são dependentes/determinadas pelas propriedades físicas, a relação inversa de dependência/determinação das propriedades físicas às propriedades fenomenais é excluída. Não obstante, como exposto no capítulo anterior, a superveniência é uma relação não-simétrica. Algumas relações de superveniência se mantêm simetricamente, como no caso da superveniência da área da superfície e do volume de uma esfera perfeita. Neste caso a área da superfície depende do volume do mesmo modo que o volume depende da

⁹ Exceto alguns casos de dependência mútua e de determinação mútua.

área da superfície em esferas perfeitas. Em outros casos, como é a intenção de quem afirma a superveniência psicofísica, a relação se mantém assimetricamente. Mesmo a superveniência forte do conjunto de propriedades A ao conjunto de propriedades B não exclui a possibilidade da superveniência de B a A em virtude de sua não-simetria. Assim, aparentemente, aquele que afirma a superveniência psicofísica deve ainda explicar as razões que o fazem negar a possibilidade da superveniência das propriedades físicas à consciência. Isto é, além de afirmar a relação de superveniência de A a B, deve-se esclarecer os critérios que levam a concluir a impossibilidade da co-variação inversa, somente após estes esclarecimentos esta requerida relação de superveniência indicaria um caso de dependência e não apenas de co-variação entre propriedades. Disto se conclui que a relação de superveniência e a relação de dependência/determinação são relações completamente distintas.

Como ficou claro no decorrer do texto, a superveniência despertou interesse filosófico neste tipo de questão por se tratar de uma tentativa de fornecer uma relação de dependência à co-variação estabelecida entre propriedades não se comprometendo com a redução de uma à outra. Contudo a co-variação de propriedades pode muitas vezes ocorrer na ausência de qualquer tipo de relação de dependência. Em um show, quando a banda executa os primeiros acordes o grupo de fãs começa a aplaudir, há uma co-variação entre estes eventos, mas não há uma relação de dependência que justifique esta co-variação. A relação de co-variação suscitada pelos casos de superveniência deve ser separada das relações de dependência, se tratam de coisas distintas.

Obviamente, alguns casos de co-variação entre conjuntos de propriedades apontam para uma relação de dependência entre estas, mas a co-variação isoladamente não implica na dependência. Para haver uma relação de dependência as propriedades devem co-variarem entre si, mas nem todo caso de co-variação é um caso de dependência. Sendo assim, além de afirmarmos a co-variação entre conjuntos de propriedades, se faz necessário afirmar que tipo de dependência é o caso nesta situação, se houver alguma, haja vista que a relação de dependência pode variar em cada caso de superveniência. Do que está sendo argumentado podemos dizer que, ao menos da maneira em que foi formulada a tese da superveniência, não existe algo como dependência superveniente. Sobre isto Kim afirma que:

Outro modo de por este ponto seria este: superveniência não é um tipo de relação de dependência – *não é uma relação que pode ser colocada ao lado da dependência causal, dependência redutiva, dependência mereológica, dependência fundamentada na definibilidade ou implicação, e semelhantes.* Ao invés, qualquer uma destas relações de dependência gera a co-variação de propriedades requerida

por meio da qual se qualifica como uma relação de superveniência. (KIM, 2000, p. 14)

Assim, a superveniência indica apenas a existência de certo padrão de co-variação entre determinados conjuntos de propriedades, sem, contudo, explicitar que tipo de relação de dependência a fundamenta. É certo que a co-variação de propriedades pode ser constatada, por exemplo, quando há uma relação de dependência causal entre conjuntos, mas afirmar a superveniência entre estes conjuntos não esclarece o que é metafisicamente mais fundamental nesta correlação.

Consequentemente, mesmo a suposição da superveniência psicofísica forte não é capaz de resolver o problema difícil da consciência. A superveniência psicofísica não é uma teoria explicativa, pois somente assegura um padrão de co-variação de propriedades sem deixar claro que tipo de relação de dependência está em jogo. Ao contrário, a própria atribuição da superveniência de propriedades fenomenais às propriedades físicas necessita de explicação, na medida em que se deve elucidar aquilo que alicerça esta co-variação. A superveniência psicofísica não resolve o problema difícil da consciência, pois não fornece uma explicação positiva sobre a relação entre os *qualia* e o substrato físico, ao invés disto ela indica a existência deste problema ao passo que afirma a co-variação destas propriedades sem desvelar que tipo de relação a subjaz. Jaegwon Kim expõe esta conclusão no seguinte trecho:

Mas a superveniência ela mesma não é uma teoria explicativa. Não é uma relação metafísica “profunda”; ao contrário, é uma relação “superficial” que relata um padrão de co-variação de propriedades, sugerindo a existência de uma interessante relação de dependência que pode explicá-la. Mas nós não temos uma teoria mente-corpo a menos que tenhamos algo para dizer sobre o fundamento da co-variação de propriedades mental-física. (KIM, 1995 f, p. 167)

Após explicarmos porque a superveniência fraca e a superveniência forte não explicam a relação entre a consciência fenomenal e os processos cerebrais, devemos expor mais alguns pontos que demonstram que ela não é uma proposta filosoficamente substancial sobre este problema. O primeiro deles é que a superveniência psicofísica é um compromisso partilhado por inúmeras teorias mutuamente excludentes, isto é, a co-variação destas propriedades é consistente com diversas posições sobre o problema mente-corpo. Segundo Kim (c.f. KIM, 2000, p. 13), na teoria da identidade, ou fisicismo de tipo (*type physicalism*), a consciência sobrevém ao substrato físico na medida em que é fisicamente redutível. Em outras palavras, a superveniência psicofísica se assegura na teoria da identidade pelo fato de a consciência não ser nada além das propriedades físicas, a co-variação destas propriedades ocorre porque, em última instância, elas são apenas propriedades físicas. É possível perceber

que o tipo de relação de dependência que fundamentaria a superveniência na teoria da identidade é a dependência redutiva, porém esta posição não logrou êxito em reduzir os *qualia* a processos cerebrais.

O funcionalismo, como é sabido, adota uma postura realista com relação ao estatuto ontológico da consciência enquanto aqueles estados internos individuados por seu papel causal no sistema cognitivo. Deste modo, é possível afirmar que o funcionalismo pressupõe a superveniência psicofísica, pois estes estados internos sobrevêm aos processos cerebrais de modo que atuam como intermediadores no processo de estímulo/resposta. O tipo de dependência por trás da superveniência neste caso seria aquela fundamentada na definibilidade ou implicação, uma vez que este posicionamento procura demonstrar que a consciência é funcionalmente analisável. No entanto, mais uma vez deve ficar claro que os *qualia* não são funcionalmente analisáveis.

O emergentismo, por sua vez, também está intimamente ligado à tese da superveniência. Como evidenciado na citação de Donald Davidson destacada no terceiro capítulo, o emergentismo se compromete com a superveniência ao afirmar a co-variação das propriedades mentais e físicas, embora defenda a impossibilidade de atribuição de leis estritas à esta co-variação devido à anomalia do mental. Assim, a superveniência psicofísica é tomada nesta perspectiva como um fato bruto sobre a natureza que não é passível de explicação. Concluimos disto que, em decorrência de a superveniência ser um compromisso adotado por todo este grupo de teorias, não podemos considerá-la como uma teoria acerca da consciência do mesmo modo que estas que acabamos de descrever são.

Por fim, o último ponto que gostaríamos de ressaltar no intuito de demonstrar que a superveniência psicofísica não é uma proposta de solução filosoficamente substancial para o problema difícil da consciência é que a co-variação entre estes conjuntos de propriedades já está pressuposta no realizacionismo físico (a ideia de que as propriedades fenomenais da consciência são realizadas no sistema tálamo-cortical que é seu substrato físico), ou seja, ao passo em que supomos mundos possíveis nomologicamente idênticos ao atual, o realizacionismo físico da consciência implica a tese da superveniência. A co-variação entre a consciência fenomenal e seu substrato físico ocorre devido à implementação desta pelos processos cerebrais ocorridos no sistema tálamo-cortical. Isto fica claro neste trecho do texto de Kim em que ele trata o conjunto “<P1,..., Pn>” como o conjunto de propriedades físicas e o conjunto “<M1,..., Mn>” como o conjunto de propriedades mentais:

Assim, se $\langle P_1, \dots, P_n \rangle$ é uma realização de $\langle M_1, \dots, M_n \rangle$, no sentido de que cada P_i é um realizador de M_i , segue-se que os M_i são supervenientes aos P_i . Realizacionismo físico, portanto, implica a tese da superveniência. (KIM, 2000, p. 23)

4.2 O argumento da superveniência

Uma das principais dificuldades na filosofia da mente é, sem dúvida alguma, o problema da causação mental. Podemos resumi-lo como a dificuldade enfrentada pela tese de que as propriedades mentais possuem a capacidade de intervir no domínio físico de modo a causar determinadas ações ou eventos neste. Assim como muito do que se discute atualmente em filosofia da mente, a origem deste problema está no pensamento cartesiano, porém o problema da causação mental enfrentado por Descartes não é o problema que será exposto aqui. Descartes se deparou com a dificuldade de demonstrar como duas substâncias que representam domínios com status ontológico completamente divergente podem interagir causalmente, por outro lado, aqui trataremos sobre como estas dificuldades surgem a partir dos compromissos fisicistas adotados até o momento.

Este problema pode surgir como relacionado à eficácia causal das propriedades mentais como um todo ou, mais especificamente, relacionado à eficácia causal dos aspectos fenomenais dos estados conscientes (c.f. KIM, 2007, p. 406). Como explicitado desde o segundo capítulo, adotamos um quadro teórico referencial que distingue os aspectos fenomenais das experiências conscientes, denominados de *qualia*, dos estados e processos cognitivo-intencionais. Em outras palavras, adotamos a distinção entre consciência fenomenal e consciência psicológica. Considerando o fato de que os estados e processos cognitivo-intencionais são plenamente funcionalmente analisáveis, isto é, são redutíveis a uma determinada função causal/explicativa realizada pelo sistema que os instancia, então não existem problemas com relação à eficácia causal destes. O problema com o qual nos deparamos se refere aos aspectos qualitativos da consciência, ou seja, às propriedades fenomenais irredutíveis à abordagem fisicista/funcionalista. Assim, o problema da eficácia causal da consciência consiste em demonstrar se as propriedades fenomenais da consciência exercem alguma influência causal tanto na produção de outros estados conscientes quanto na produção de ações ou eventos no domínio físico.

A eficácia causal da consciência constitui uma tese de grande importância, pois ela é um pressuposto elementar da ação humana. Nossos desejos e ações voluntárias, ou intencionais, de algum modo causam o movimento de nossos membros que possibilitam rearranjar os objetos ao nosso redor. De fato, o meu estado intencional que projeta sua

condição de satisfação no ato de digitar este texto nos leva a crer que este próprio estado intencional é efetivamente causa desta ação que é sua condição de satisfação. A possibilidade do conhecimento também pressupõe a eficácia causal, pois a percepção requer o envolvimento das experiências conscientes na geração das crenças, e, além disto, o raciocínio pode ser descrito como o processo no qual nossos conhecimentos e crenças pré-existentes participam da origem de novos conhecimentos e crenças. A realidade da eficácia causal da consciência também é de fundamental importância para a psicologia, haja vista que enquanto uma ciência que busca explicações legiformes utilizando estados conscientes como elos essenciais da cadeia causal que produz o comportamento humano, a psicologia se compromete com sua eficácia causal.

A negação da eficácia causal da consciência, por outro lado, entraria em choque com uma das teorias mais bem fundamentadas do nosso arcabouço teórico-científico e que está na base de muitos dos desenvolvimentos científicos dos últimos séculos: a teoria da seleção natural das espécies. De acordo com esta concepção, a ineficácia causal da consciência implicaria na sua nulidade no processo evolutivo. Por não ser capaz de efetivamente causar nada no domínio físico, a consciência perderia seu valor no processo de seleção natural não atuando como um elemento que torna o organismo mais apto à sobrevivência.

O objetivo desta subseção é expor como o problema da eficácia causal da consciência se põe para a teoria da superveniência psicofísica e, conseqüentemente, para o fisicismo minimalista, através da exposição do argumento da superveniência (c.f. KIM, 200, p. 38). De antemão deve ficar claro que esta dificuldade surge da incompatibilidade existente entre três teses fundamentais para a teoria da superveniência psicofísica (a superveniência das propriedades fenomenais às propriedades físicas, a irreduzibilidade das propriedades fenomenais e a eficácia causal da consciência) e dois princípios que parecem irrecusáveis para o fisicismo. Antes de iniciarmos a exposição deste argumento, tratemos destes princípios.

O primeiro destes princípios incompatíveis com as teses supracitadas da teoria da superveniência expressa a ideia de que o mundo físico constitui um domínio causalmente fechado. Dito de outro modo, ele versa sobre o fato de que todos os fenômenos ocorridos no interior do domínio físico são gerados a partir de outros fenômenos físicos. Kim formula este princípio da seguinte maneira: “O fechamento causal do domínio físico: Se um evento físico possui uma causa em t , então ele possui uma causa física em t .” (KIM, 2005, p. 15).

Considerando o fechamento causal do domínio físico podemos conceber a ideia de que, uma vez que todo fenômeno físico é causado por outro fenômeno físico, o fenômeno causado possui uma explicação causal física em termos do fenômeno que lhe deu origem. De acordo com esta concepção, para explicarmos ou identificarmos a causa de determinado evento físico não é necessário postularmos nada para além do próprio domínio físico, isto é, o domínio físico é causal e explicativamente auto-suficiente. Em razão disto este princípio também é denominado na literatura filosófica de princípio da completude causal/explicativa do domínio físico. Negá-lo implicaria na impossibilidade da formulação de uma teoria física completa que explique todos os fenômenos físicos, de modo que fosse necessário postular a atuação de agentes não-físicos na elaboração de tal teoria.

Este princípio é claramente compatível com a existência de entidades fora do domínio físico e com possíveis relações causais estabelecidas entre tais entidades não-físicas, do princípio do fechamento causal não se infere que todos os eventos, entidades e relações causais existentes devam ser físicas. A única restrição estabelecida é que não haja intervenção causal dos componentes do domínio não-físico no domínio físico. Desta forma, o fechamento causal do domínio físico é compatível até mesmo com o dualismo de substâncias, contudo o interacionismo proposto por Descartes entraria em choque com tal princípio. Não obstante, deve-se notar que o domínio composto pelas propriedades fenomenais da consciência não é causalmente fechado. Diversos eventos físicos podem causar mudanças nas propriedades fenomenais como, por exemplo, a ingestão de bebidas alcoólicas produz alterações nos estados conscientes do indivíduo.

O outro princípio que entra em cena no problema da eficácia causal da consciência é denominado de princípio da exclusão causal. Segundo este princípio, em todas as relações causais que possuem um fenômeno que é uma causa suficiente para a geração de outro fenômeno como seu efeito, não se faz necessário postular a existência de outro fenômeno distinto como causa. Uma vez que em uma relação causal onde o evento y foi produzido através da atuação de uma causa suficiente x , x exclui qualquer possibilidade de atuação de um evento z na produção de y . Com exceção apenas nos casos onde ocorre uma verdadeira sobredeterminação causal, ou seja, casos onde duas causas suficientes atuam concomitantemente na geração de um efeito (discorreremos um pouco mais sobre a sobredeterminação causal posteriormente). Kim define o referido princípio como se segue: “Princípio da exclusão causal: Se um evento E possui uma causa suficiente C em t , nenhum

evento em t distinto de C pode ser uma causa de E (a menos que seja um genuíno caso de sobredeterminação causal).” (KIM, 2005, p. 17)

Neste momento se faz necessário esclarecer qual conceito de causação está envolvido no problema da eficácia causal da consciência e é adotado por Kim como pressuposto crucial para a elaboração do argumento da superveniência. Diferentemente da ideia humeniana de uma conjunção constante, ou de uma dependência contrafactual como proposto por David Lewis, o conceito de causação é compreendido como geração ou produção efetiva. A ideia de que o efeito deriva sua existência daquilo que o causa. Como pode ser percebido no pensamento de Kim, a relevância causal é atribuída somente ao evento que efetivamente gera o efeito, o que indica a pretensão de homogeneização dos processos causais por parte do autor. Kim expõe o conceito de causação em que sua crítica está pautada neste trecho:

O que tenho em mente é muito próximo da noção fundamental de causação, ou determinação, que Elizabeth Anscombe apresentou em seu *Causalidade e Determinação*. Causação como geração, ou produção efetiva e determinação, é de muitas maneiras uma relação mais forte que a mera dependência contrafactual, e neste sentido é que a causação está fundamentalmente envolvida no problema da causação mental. (KIM, 2005, p. 18)

Diante desta concepção de causação, Kim propõe a generalização do princípio da exclusão causal. Vejamos:

Princípio da exclusão determinativa/gerativa: Se a ocorrência de um evento E, ou a instanciação de uma propriedade P, é determinada/gerada por um evento C – causalmente ou de outro modo – então a ocorrência de E não é determinada/gerada por nenhum evento completamente distinto ou independente de C – a menos que este seja um genuíno caso de sobredeterminação. (KIM, 2005, p. 17)

Para iniciar a exposição do argumento da superveniência, suponhamos que uma instanciação de uma propriedade fenomenal X cause outra instanciação de propriedade fenomenal X’ (por brevidade diremos que uma propriedade fenomenal causa outra). Em alguns textos esta situação é descrita como uma relação de causação mental-mental e, como vimos anteriormente, é uma relação compatível com o princípio do fechamento causal. Considerando a superveniência das propriedades fenomenais às propriedades físicas, segue-se que a propriedade fenomenal X’ ocorre em virtude do fato de que seu substrato subveniente, que denominaremos de Y’, é instanciado neste mesmo período. Necessariamente, uma vez que a propriedade de base é instanciada, a propriedade superveniente também deve ser instanciada. Assim, a ocorrência de Y’ é, ao menos nomologicamente, suficiente para a ocorrência de X’ pois esta propriedade é completamente determinada por sua propriedade de

base. Esta situação se mostra problemática uma vez que aparentemente duas propriedades distintas são reivindicadas como causa de X'. A instanciação da propriedade fenomenal X' é devida à atuação da propriedade fenomenal X como sua causa, ou à instanciação da propriedade subveniente Y'? Novamente recorrendo à tese da superveniência, a ocorrência da propriedade de base por si só implica a ocorrência da propriedade superveniente, independente do que precedeu este episódio. Logo, a instanciação da propriedade subveniente Y' implica a instanciação de sua propriedade superveniente X', e isto seria o caso mesmo se a propriedades X não tivesse sido instanciada.

Até este momento o desenvolvimento da argumentação mostra a impossibilidade da causação mental-mental, ou causação de mesmo nível. Dado que a presença da propriedade física Y' assegura a instanciação da propriedade fenomenal X', de que modo é possível resgatar o status causal da propriedade fenomenal X? De que modo é possível inserir X na cadeia causal que culminou com a produção de X'? Um modo plausível de tentar resgatar o status causal da propriedade fenomenal X na geração da propriedade fenomenal X' é afirmar que X causou X' por ter causado sua propriedade subveniente Y'. Em outras palavras, na medida em que a superveniência está envolvida nesta situação, para causar a instanciação de uma determinada propriedade superveniente se faz necessário causar a instanciação de sua propriedade subveniente (mais especificamente a instanciação de uma de suas propriedades subvenientes). Este outro passo do argumento nos compele a afirmar que a causação mental-mental implica a causação mental-físico, ou que a causação de mesmo nível implica a causação descendente (*downward causation*). A superveniência de um conjunto de propriedades a outro nos leva a concluir que não há relação de causação no conjunto superveniente se não houver uma relação de causação mais fundamental no conjunto de base.

A propriedade fenomenal X' é causada pela propriedade fenomenal X por intermédio da atuação desta na geração da propriedade física Y'. No entanto, novamente nos voltando para a relação de superveniência, a instanciação da propriedade superveniente X pressupõe a instanciação de uma propriedade física subveniente que é nomologicamente suficiente para X. Chamemos esta propriedade física de Y. A ocorrência de X depende e é determinada pela ocorrência de Y. Isto significa que nossa reflexão sobre o problema indica a existência de X e Y como causa de Y' e, tendo em vista a irreduzibilidade das propriedades fenomenais às propriedades físicas, somos forçados a supor duas causas distintas para a propriedade Y'. Sendo assim, este seria um caso de sobredeterminação causal, porque duas propriedades distintas e supostamente suficientes são reivindicadas como causa de outra

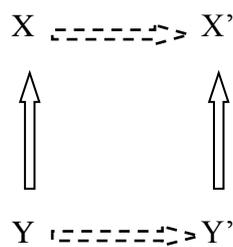
propriedade. Não é possível evitar a sobredeterminação causal neste caso afirmando que este processo na verdade reflete uma cadeia causal entre a propriedade física Y e a propriedade física Y' onde a propriedade fenomenal X atua como elo intermediário desta cadeia, pois a relação Y-X não é uma relação causal. Além disto, dada a superveniência de X à Y, estas duas propriedades são instanciadas exatamente no mesmo instante, o que demonstra outra diferença entre esta relação e uma relação causal.

Mas por que não podemos aceitar isto como um genuíno caso de sobredeterminação causal já admitido pelo princípio da exclusão causal? Pondo de lado por alguns instantes o princípio do fechamento causal para considerarmos melhor a questão da sobredeterminação neste contexto, por que não é viável tomarmos todas as ocorrências de causação mental como um caso específico de sobredeterminação causal? Há uma razão simples para negarmos esta opção. Em todos os verdadeiros casos de sobredeterminação existe a atuação de duas causas, ou duas cadeias causais, distintas e independentes entre si produzindo um único efeito no mesmo tempo. Existem dois caminhos causais separados que convergem para o mesmo efeito. Em decorrência da superveniência, no entanto, a suposta causa de Y', X, é inteiramente dependente e determinada por Y, a outra suposta causa. Assim sendo, existe uma única relação de causa. Este motivo é apresentado por Kim nesta passagem:

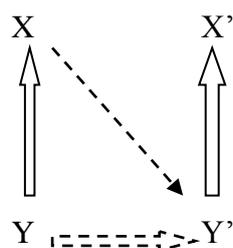
Em casos padrões de sobredeterminação, como duas balas atingindo o coração da vítima ao mesmo tempo, o curto-circuito e a lâmpada derrubada causando o incêndio na casa, e assim por diante, cada causa sobredeterminante executa um papel causal distinto e distintivo. A noção usual de sobredeterminação envolve duas ou mais cadeias causais separadas e independentes com uma intersecção em um efeito comum. Em virtude da superveniência, contudo, este não é o tipo de situação que temos aqui. (KIM, 2005, p. 48)

Então o que temos neste momento são duas causas suficientes e distintas para a geração de uma propriedade como efeito e este, como ficou claro acima, não é um caso de sobredeterminação causal. Deste modo o princípio da exclusão causal deve ser reivindicado para determinarmos qual a única causa suficiente de Y'. Ou a propriedade fenomenal X ou a propriedade física Y deve ser a causa da propriedade física Y'. Recorrendo ao princípio do fechamento causal do domínio físico fica claro que a propriedade fenomenal deve ser excluída deste processo. Optar pela escolha de X como causa de Y' ignorando a existência de Y nos forçaria a supor outra propriedade física que seria o substrato de X, assim novamente nos depararíamos com o princípio da exclusão causal e do fechamento causal iniciando um regresso ao infinito. Além disto, afirmar X como causa nos colocaria em situação semelhante ao dualismo interacionista cartesiano.

Portanto, há aqui somente um único processo causal conectando as propriedades físicas Y e Y' das quais sobrevêm as propriedades fenomenais X e X' que, por sua vez, não executam nenhum papel causal neste processo. De acordo com este raciocínio, as propriedades fenomenais supervenientes são epifenomenais, logo a consciência fenomenal é causalmente ineficaz. A aparente relação causal estabelecida entre as propriedades fenomenais é inteiramente explicável em termos da relação causal estabelecida entre as propriedades físicas subvenientes. Este é o argumento da superveniência que afirma a ineficácia causal da consciência com base na incompatibilidade existente entre as teses da superveniência, da irreduzibilidade e da eficácia causal da consciência e os princípios da exclusão causal e do fechamento causal do domínio físico.¹⁰ Este argumento pode ser apresentado de modo mais resumido e claro por meio das três figuras que se seguem (as setas verticais partem da propriedade subveniente para a propriedade superveniente, e as setas pontilhadas indicam uma relação de causa):

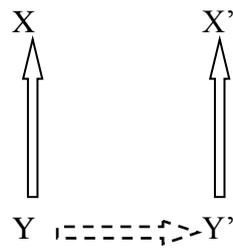


- Sem a presença de uma base física as propriedades fenomenais não seriam instanciadas. Isto ameaça a relação causal $X-X'$, pois poderia indicar um caso de sobredeterminação causal. Sabe-se, por outro lado, que as propriedades físicas são suficientes, o que implica a exclusão de X .



- Uma tentativa de salvar o status causal de X em relação a instanciação de X' é afirmar que ele causa Y' . Contudo, considerando o fechamento causal do domínio físico, toda propriedade física tem como causa suficiente outra propriedade física, e este não é um verdadeiro caso de sobredeterminação. Outra vez se recorre ao princípio da exclusão causal que afirma não haver mais de uma causa suficiente.

¹⁰ Deve-se ressaltar que alguns autores já sugeriram soluções adequadas para o problema da causação mental, em especial, Fred Dretske com seu artigo “*Triggering and structuring causes*”. Sinteticamente podemos afirmar que sua argumentação tem como início a adoção de um viés pragmático fundamentado em nossas práticas explicativas usuais do comportamento que recorrem aos fenômenos mentais. O passo seguinte é de fundamental importância e consiste em negar a homogeneidade dos processos causais (c.f. LECLERC, 2, p. 10), isto é, não atribuir relevância causal somente aos processos de geração e produção efetiva. Após afirmar a heterogeneidade dos processos causais, Dretske propõe a distinção entre causas estruturantes (*structuring causes*) e causas operantes (*triggering causes*). Desta forma, as causas estruturantes, papel causal executado pelos estados conscientes, agem de modo a motivar e organizar nossas ações, enquanto as causas operantes, papel causal realizado pelos processos neurobiológicos, produzem efetivamente nossas ações.



- Como conclusão do argumento da superveniência, existe uma única relação causal entre as propriedades físicas e as propriedades fenomenais sobrevêm enquanto propriedades epifenomenais.

Por fim, citaremos brevemente a resposta da Kim a uma questão levantada por Block referente ao argumento da superveniência. Baseado na premissa de que a microfísica não possui um nível fundamental, sendo esta infinitamente divisível, Block afirma que o argumento da superveniência implica no escoamento das relações causais (c.f. BLOCK, 2003, p. 140). Em outras palavras, suponhamos que uma determinada propriedade de ordem superior P sobrevém a uma série infinita de propriedades subvenientes P-1, P-2, P-3... Uma vez que a propriedade de ordem superior cederia seus poderes causais à propriedade inferior da qual ela sobrevém, e assim por diante, infinitamente, isto significaria que nenhum membro desta série de propriedades possui capacidades causais. Assim, se não houver um nível microfísico fundamental, não haverá nenhuma relação de causação.

No entanto, devemos notar em primeiro lugar que a falência das capacidades causais de um nível de propriedades em detrimento às capacidades causais de suas propriedades subvenientes ocorre apenas quando o nível composto pelas propriedades subvenientes é causalmente fechado. O caminho descendente das capacidades causais postulado aqui, que parte de P para as propriedades de base subsequentes P-1, P-2, P-3..., é o caso apenas quando o nível das propriedades analisadas não é causalmente fechado, de modo que os fenômenos deste nível são completamente explicáveis apenas fazendo referência ao nível subveniente que, por sua vez, deve ser causalmente fechado (e, conseqüentemente, explicativamente completo). Dito de outro modo, a situação descrita no argumento da superveniência onde as capacidades causais de uma propriedade superveniente são substituídas pelas capacidades causais da propriedade subveniente é possível apenas se supormos o nível subveniente como causal e explicativamente auto-suficiente. Conseqüentemente, a existência de um nível fundamental que é ele mesmo causalmente fechado é um pressuposto necessário para o argumento da superveniência, caso contrário, se não houvesse tal nível fundamental como supõe Block, a aplicação deste argumento não seria possível e isto implicaria a nulidade do escoamento das capacidades causais. Isto é exposto por Kim neste trecho:

Se isto é verdade, nenhum nível na série infinitamente descendente de níveis de Block será causalmente fechado, ou explicativamente completo, e o argumento da superveniência não pode ter um apoio precário. Não teríamos disponível a requerida premissa do fechamento causal a menos que tomemos como nosso nível mais baixo a união de todos os microníveis nesta cadeia infinita. Tal união seria causalmente fechada? Ela deve ser, e acredito que isto possa nos dar o nível fundamental o qual interromperá o escoamento causal infinito de Block. (KIM, 2005, p. 67)

Outro ponto ressaltado por Kim como resposta ao escoamento causal de Block é que o argumento da superveniência possui a irredutibilidade como premissa essencial. A ideia apresentada por Block só é possível na medida em que pressupomos que toda a série infinita de níveis de propriedades é composta por propriedades completamente irredutíveis às propriedades subvenientes, o que parece uma situação pouco plausível. Segundo Kim: “A menos que tenhamos razões para pensar que a irredutibilidade será mantida ‘por todo caminho abaixo’, não teremos razões para pensar que o escoamento causal ocorrerá para sempre.” (KIM, 2005, p. 68)

5. CONCLUSÃO.

A consciência é o cerne das discussões em filosofia da mente, e esta pesquisa buscou tratar acerca de alguns problemas que a envolvem. Por mais paradoxo que possa parecer, embora nos seja algo extremamente familiar e vívido, a consciência se revela como algo de difícil trato para nosso arcabouço teórico-científico. Apesar de inúmeros esforços, aparentemente ainda não avançamos o suficiente para resolver adequadamente questões referentes ao por que da existência de algo tão distinto de tudo mais que há no mundo, como o substrato físico de nosso sistema tálamo-cortical pode instanciar a consciência, ou de que modo ela pode atuar no domínio físico e assim nos tornar organismos mais aptos à sobrevivência. É patente inclusive a grande dificuldade de definir o conceito de consciência. Em virtude desta dificuldade optamos nesta dissertação por uma caracterização geral do que é a consciência. Para tal foram expostas três características essenciais para a estruturação de uma teoria da consciência, das quais focamos principalmente na subjetividade.

Seguimos uma abordagem que denuncia uma dicotomia inerente à consciência entre, por um lado, estados e processos cognitivo-intencionais que podem ser completamente funcionalmente analisáveis e, por outro lado, estados fenomenais que possuem um aspecto qualitativo intrínseco. Em razão de sua subjetividade, a consciência parece ter algo inescrutável, alguns estados conscientes refletem aquilo que é como ser o indivíduo que os instancia neste momento e este é o principal bloqueio às teorias reducionistas. Não importa o quão completas sejam as explicações baseadas no que denominamos de programa fisicista/funcionalista, elas nunca conseguirão capturar este aspecto qualitativo, os *qualia*, e tratá-los em uma perspectiva objetiva. Não obstante, estados e processos cognitivo-intencionais nem sempre são associados aos *qualia*. O que há de essencial a este outro aspecto dos estados conscientes é a execução de uma determinada função causal/explicativa do comportamento do organismo que os instancia, sendo, conseqüentemente, redutíveis aos mecanismos subjacentes que possibilitam o indivíduo executar tais funções. Assim, sob a extensão do conceito de consciência estão inseridos os conceitos de consciência fenomenal, referente aos *qualia*, e conceito de consciência psicológica, relativo aos estados cognitivo-intencionais.

Em decorrência disto há uma fatoração do problema da consciência em dois problemas mais específicos: o problema da consciência fenomenal, e o problema da consciência psicológica. Como demonstrado, uma vez que os estados cognitivo-intencionais

são essencialmente estados que remetem a determinada função causal/explicativa do comportamento, estes estados podem ser adequadamente explicados através do quadro teórico funcionalista. Visto que o núcleo dos conceitos referentes aos estados cognitivo-intencionais sugeriu uma determinada função a ser executada pelo agente cognitivo, uma explicação em termos dos mecanismos subjacentes à execução desta determinada função é suficiente para elucidar estes estados. Por outro lado o quadro teórico funcionalista não dá conta dos estados fenomenais da consciência. Esta falha das teorias reducionistas baseadas no programa fisicista/funcionalista foi evidenciada através da exposição dos argumentos de conceitabilidade (o argumento do zumbi, e o argumento do espectro invertido). Em suma, estes argumentos evidenciam que a identidade física/funcional dos organismos não implica em sua identidade qualitativa. É possível concebermos indivíduos funcionalmente idênticos, dos quais apenas alguns instanciam experiências qualitativas conscientes, ou indivíduos funcionalmente idênticos, mas que instanciam experiências qualitativas conscientes completamente distintas. Os *qualia* não são completamente analisados através destas explicações funcionais, este é o problema difícil da consciência.

Estes argumentos parecem nos conduzir à conclusão de que os fatos físicos não são suficientes para explicar os *qualia*, o que nos levou a postular um dualismo de propriedades. Diante da evidente lacuna explicativa entre os aspectos fenomenais da consciência e as explicações científicas fundamentadas em paradigmas físico-funcionais, supomos a existência de dois tipos de propriedades distintas e irreduzíveis. Conjeturamos que a realidade é composta por propriedades fenomenais, os *qualia*, e propriedades físicas. Inegavelmente as propriedades fenomenais devem ser instanciadas por propriedades físicas, entretanto não se mostram redutíveis a estas. Os aspectos qualitativos de nossas experiências conscientes necessitam do substrato físico que é o nosso sistema tálamo-cortical para que possam ser implementadas, porém não são propriedades redutíveis a este sistema.

Após a apresentação destes problemas suscitados pela irreduzibilidade da consciência fenomenal chegamos ao objetivo central desta pesquisa. Em virtude do que foi exposto se mostrou necessário elaborar uma teoria que possibilite a coadunação entre a consciência fenomenal e seu substrato físico. Uma teoria que esteja inserida em um quadro teórico referencial que possua um compromisso mínimo com o fisicismo (fiscicismo minimalista) na medida em que pressupõe a necessidade de um substrato físico que dê origem às experiências conscientes, mas que não esteja necessariamente comprometido com a

redução entre tais propriedades. Exatamente com esta finalidade surge a teoria da superveniência da consciência.

Mais especificamente, a presente dissertação teve por escopo a análise minuciosa da teoria da superveniência da consciência, do modo como através dela podemos tratar os problemas referentes à consciência fenomenal e do quadro teórico no qual ela está inserida. Em linhas gerais, a noção de superveniência pode ser definida como a relação estabelecida entre um conjunto de propriedades de base e um conjunto de propriedades supervenientes, de modo que as propriedades supervenientes são dependentes e determinadas pelas propriedades de base. Ressaltamos também que a relação de superveniência não implica necessariamente a redução do segundo conjunto de propriedades ao primeiro, esta relação indica um compromisso neutro. Assim, a análise proposta por esta pesquisa se mostrou imprescindível pelo fato de que a teoria da superveniência psicofísica é requerida com o intuito de demonstrar a relação de dependência/determinação mantida entre as propriedades fenomenais e as propriedades físicas sem, no entanto, implicar em uma redução entre tais conjuntos. A demonstração desta interconexão por meio da teoria da superveniência nos possibilitaria solucionar o problema difícil da consciência e, conseqüentemente, inseri-la na ordem natural.

No entanto, esta análise chegou a resultados que constata a insuficiência da teoria da superveniência psicofísica. A teoria da superveniência, ao contrário do que se imaginou, não esclarece a interconexão fundamentada na relação de dependência/determinação entre o conjunto de propriedades fenomenais e o conjunto de propriedades físicas. Da superveniência é possível extrair somente a existência de uma co-variação entre estes conjuntos de propriedades, de forma que uma alteração nas propriedades supervenientes implica necessariamente numa alteração nas propriedades subvenientes, porém não fica claro em que está alicerçada esta co-variação. Da simples afirmação da co-variação não é possível inferirmos qual tipo de relação mais profunda a fundamenta ou mesmo se existe tal relação mais fundamental, pois as relações de co-variação não são associadas necessariamente a qualquer tipo de relação de dependência. A própria co-variação entre estas propriedades necessita de explicação, na verdade esta co-variação é justamente aquilo que buscamos explicar. Logo, a superveniência psicofísica não soluciona o problema difícil da consciência, a própria atribuição da superveniência de propriedades fenomenais a propriedades físicas apenas reafirma a necessidade de explicação desta relação.

Além desta dificuldade que mina os sustentáculos da teoria da superveniência, há outro problema sério que esta teoria não é capaz de solucionar, a saber, o problema da eficácia causal da consciência. Este problema consiste na dificuldade da inserção das propriedades fenomenais na cadeia causal capaz de produzir nossas ações ou mesmo outras propriedades mentais. Como expusemos no último capítulo, no contexto da teoria da superveniência da consciência, este problema se põe a partir da incompatibilidade existente entre três teses fundamentais a esta teoria e dois princípios básicos com os quais nossa visão fisicista do mundo parece estar comprometida. Esta incompatibilidade ocorre ao analisarmos as teses da superveniência das propriedades fenomenais às propriedades físicas, a tese da irreducibilidade das propriedades fenomenais e a tese da eficácia causal da consciência em conjunto com o princípio do fechamento causal/explicativo do domínio físico e o princípio da exclusão causal. Resumidamente, desta análise chegamos à conclusão de que a aparente relevância causal das propriedades fenomenais para o ocasionamento de determinada ação do indivíduo é, por assim dizer, esvaziada, ou antecipada, pela relevância causal das propriedades físicas que as subjazem. Esta argumentação apresentada por Jaegwon Kim atribui um caráter causal suficiente aos processos neurobiológicos, de forma que não é necessário recorrer às experiências conscientes para explicar o comportamento humano, por exemplo. Decorre deste raciocínio, então, que as propriedades fenomenais são epifenômenos, logo a consciência fenomenal é causalmente ineficaz.

De tudo o que foi explanado no decorrer do texto e, de forma sucinta, recapitulado agora na conclusão, somos impelidos a concluir que a teoria da superveniência psicofísica é extremamente problemática e incapaz de superar o problema difícil da consciência e o problema da eficácia causal da consciência. Não se configura como uma teoria explicativa acerca da consciência, pelo contrário, a própria teoria da superveniência suscita tais questões.

Atribuir um caráter irreduzível aos *qualia* nos coage, como bem ressalta David Chalmers, a postular um elemento extra em nossas teorias científicas que tratam da consciência. Mas que elemento é este? Como ele poderia ser capaz de solucionar o problema difícil da consciência? Este suposto elemento seria capaz de pôr os *qualia* na ordem natural enquanto algo que possui efetividade causal? A inserção de tal elemento numa teoria científica sobre a consciência é deveras um trabalho hercúleo. O que parece claro, ao contrário, é que com isto regredimos a certos problemas do dualismo cartesiano.

Os problemas discutidos ao longo deste texto demonstram as limitações tanto das teorias funcionalistas como das teorias fundamentadas na superveniência da consciência. Os quadros teóricos referenciais com os quais abordamos estes problemas, a saber, o quadro teórico fisicista/funcionalista e o quadro teórico do fisicismo não reducionista se mostraram insuficientes. Isto pode sugerir a necessidade de buscarmos um novo quadro teórico referencial que possibilite a formulação de teorias mais apropriadas para estes problemas. Contudo, é inequívoca a necessidade de uma análise mais precisa acerca da consciência fenomenal. A distinção entre as propriedades que constituem a consciência fenomenal e consciência psicológica é uma distinção real? De fato, o que presenciamos cotidianamente é a co-ocorrência de ambos os aspectos, assim, não seria mais adequado interpretarmos apenas como uma distinção metodológica? A consciência fenomenal é detentora de um conteúdo representacional? Estas são algumas das questões que não foram abordadas aqui, mas que devem ser submetidas a uma análise mais acurada da consciência fenomenal.

REFERÊNCIAS

- BLACKBURN, Simon. Supervenience revisited. *In: _____ Essays in quasi-realism*. New York: Oxford University Press, 1993, p. 130-148.
- BLOCK, Ned.. On a confusion about a function of consciousness. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, v. 18, p. 227-247, mai. 1995.
- _____; STALNAKER, Robert. Conceptual analysis, dualism and the explanatory gap. **The Philosophical Review**, v. 108, n. 1, p. 1-46, jan, 1999.
- BLOCK, Ned. Do causal powers drain away? **Philosophy and phenomenological research**. v. 67, p. 133 – 150. 2003.
- _____. The higher order approach to consciousness is defunct. **Analysis**. New York, v. 71, n. 3, p. 419-431, jul 2011.
- CHALMERS, D. **The conscious mind: in search of a fundamental theory**. New York: Oxford University Press, 1996.
- _____. Facing up to the problem of consciousness. **Journal of consciousness studies**, v. 2, n. 3, p. 200-219, jan. 1995. Disponível em: <http://consc.net/papers/facing.pdf> Acesso em: 07 nov 2013.
- _____. Phenomenal concepts and the explanatory gap. *In: Alter, T.; Walter, S. (Org.) Phenomenal Concepts and Phenomenal Knowledge: New Essays on Consciousness and Physicalism*, Oxford University Press, 2006. Disponível em: <http://consc.net/papers/pceg.pdf> Acesso em: 07 nov 2013.
- _____; BAYNE, Tim. What is the unity of consciousness? *In: Cleeremans, A. (org.) The Unity of Consciousness: Binding, Integration, Dissociation*, Oxford University Press, 2003. Disponível em: <http://consc.net/papers/unity.pdf> Acesso em: 20 ago 2013.
- CHURCHLAND, Paul M. **Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- _____. The rediscovery of light. **The Journal of Philosophy**, v. 93, n. 5, p. 211-228, 1996.
- DAVIDSON, Donald. Mental events. *In: _____ Essays on action and events*. 2. ed. Oxford: Clarendon press, 2001, p. 207-227.
- DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. *In: Os pensadores: Descartes*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.
- _____. *Discurso do método*. *In: Os pensadores: Descartes*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.
- DRETSKE, Fred. Triggering and structuring causes. *In: O'Connor, Timothy e Sandis Constantine (orgs.), A companion to the philosophy of action*. Oxford: Blackwell, p. 139-144. 2010.
- GAZZANIGA, Michael. The split brain revisited. **Scientific American**, v. 279, n. 1, p. 51-55, jul, 1998.

JACKSON, Frank. Epiphenomenal *Qualia*. **The Philosophical Quarterly**, v. 32, n. 127, p. 127-136, abr, 1982.

_____. What Mary didn't know. **The journal of philosophy**, v. 83, n. 5, p. 291-295, mai, 1986.

KIM, Jaegwon. Concepts of supervenience. *In: _____* **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 a, p. 53-78.

_____. "Strong" and "global" supervenience revisited. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 b, p. 79-91.

_____. Epiphenomenal and supervenient causation. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 c, p. 92-108.

_____. Supervenience for multiple domains. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 d, p. 109-130.

_____. Supervenience as a philosophical concept. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 e, p. 131-160.

_____. Postscripts on supervenience. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 f, p.161-171.

_____. Psychophysical supervenience. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 g, p. 175-193.

_____. Multiple realization and the metaphysics of reduction. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 h, p.309-335.

_____. The nonreductivist's troubles with mental causation. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 i, p.336-357.

_____. Postscripts on mental causation. *In: _____*. **Supervenience and mind: selected philosophical essays**. 2. ed. Cambridge university press, 1995 j, p. 358-367.

_____. **Mind in a physical world: an essay on the mind-body problem and mental causation**. Cambridge: MIT press, 2000.

_____. **Physicalism, or something near enough**. Oxford: Princeton University Press. Princeton, 2005.

_____. The causal efficacy of consciousness. *In: Velman, M., Schneider, S. (org.)*. **The Blackwell Companion to Consciousness**, Wiley-Blackwell, Oxford, 2007, p. 406-417.

_____. "Supervenient and yet not deductible": is there a coherent concept of ontological emergence? *In: _____*. **Essays in the metaphysics of mind**. New York: Oxford university press, 2010 a, p. 85-104.

_____. Reduction and reductive explanation: is one possible without the other? *In: _____*. **Essays in the metaphysics of mind**. New York: Oxford university press, 2010 b, p. 207-233.

_____. Causation and mental causation. *In: _____*. **Essays in the metaphysics of mind**. New York: Oxford university press, 2010 c, p. 243-262.

_____. Two concepts of realization, mental causation, and physicalism. *In: _____*. **Essays in the metaphysics of mind**. New York: Oxford university press, 2010 d, p.263-281.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.

LECLERC, André. **Introdução à filosofia da mente**. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2014

_____. **Disposições e ações intencionais**.

LEVINE, Joseph. Materialism and *qualia*: the explanatory gap. **Pacific philosophical quarterly**, v. 64, p. 354-361, 1983.

_____. Conceivability, identity and the explanatory gap. *In: Hameroff, Stuart (org.)*. **Toward a science of consciousness: the third discussions and debates**, Cambridge: MIT press, 1999.

McGINN, Colin. Can we solve the mind-body problem? **Mind**, v. 98, p. 349-366, jul. 1989.

McLAUGHLIN, Brian; BENNETT, Karen. Supervenience. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, nov. 2011. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/supervenience/>
Acesso em: 30 jan 2014.

NAGEL, Thomas. What is like to be a bat? **The philosophical review**, v. LXXXIII, n. 4, p. 435-450, out. 1974.

_____. **A última palavra**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

POPPER, Karl R.; ECCLES, John C. **O eu e seu cérebro**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

PRATA, Tárík A. Subjetividade ontológica na filosofia da mente de John Searle. **Philosophos**, v. 12, n. 2, p. 171-204, jul/dez 2007.

_____. Dificuldades da concepção de John Searle sobre a redução da consciência: o problema das capacidades causais. **Princípios**, v. 15, n. 24, p. 5-29, jul/dez 2008.

_____. Características e dificuldades do naturalismo biológico de John Searle. **Philosophos**, v. 14, n. 1, p. 141-173, jan/jul 2009 a.

_____. Pode-se explicar a consciência através de processos cerebrais? Os argumentos de John Searle contra a concepção de Thomas Nagel. **Kalagatos: revista de filosofia**, v. 6, n. 11, p. 137-172, jun 2009 b.

_____. Irreduzibilidade ontológica versus identidade: John Searle entre o dualismo e o materialismo. **O que nos faz pensar**, n. 25, p. 107-124, ago 2009 c.

- ROSENTHAL, David. **Consciousness and mind**. New York: Oxford University Press, 2005
- SEARLE, John R. Minds, brains and programs. **Behavioral and brain sciences**, v. 3, p. 417-457, 1981.
- _____. **O mistério da consciência e discussões com Daniel C. Dennet e David J. Chalmers**. São Paulo: Paz e terra, 1998.
- _____. **Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000
- _____. **Intencionalidade: um ensaio em filosofia da mente**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002 a.
- _____. Why I am a not property dualist. **Journal of Consciousness Studies**, v. 9, n. 12, p.57-64, 2002 b.
- _____. **A redescoberta da mente**. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- _____. O problema da consciência. *In:* _____. **Consciência e linguagem**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 a.
- _____. A consciência. *In:* _____. **Consciência e linguagem**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 b.
- SHOEMAKER, S. The Inverted Spectrum. **The Journal of Philosophy**, v. 79, n. 7, p. 357-381, 1982.
- TEIXEIRA, João de F. **Mentes e máquinas: uma introdução à ciência cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- _____. **Filosofia e ciência cognitiva**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **A mente pós-evolutiva: a filosofia da mente no universo do silício**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. **Mente, cérebro e cognição**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TYE, Michael. **Consciousness revisited: materialism without phenomenal concepts**. Massachusetts: MIT Press, 2009.
- VELMANS, Max. How could conscious experiences affect brains? **Journal of consciousness studies**, v. 9, n. 11, p. 3-29, 2002.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. *In:* **Os Pensadores: Wittgenstein**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.
- ZEKI, Semir. Parallel Processing, Asynchronous Perception, and a Distributed System of Consciousness in Vision. **Neuroscientist**, v. 4, p. 365-372, 1998.